

Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFMG  
Universidade Federal de Uberlândia

**ANNA LETÍCIA ARAÚJO LEAL**

**INTERSECCIONALIDADE E CIDADE:  
A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NA  
COMUNIDADE CIDADE CRISTO REI EM MONTES  
CLAROS-MG**

Uberlândia, MG  
Setembro, 2022



Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFMG  
Universidade Federal de Uberlândia

**ANNA LETÍCIA ARAÚJO LEAL**

**INTERSECCIONALIDADE E CIDADE:  
A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NA  
COMUNIDADE CIDADE CRISTO REI EM MONTES  
CLAROS-MG**

Dissertação para apresentação ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de mestre (PPGAU-UFU).

**Linha de Pesquisa:** Arquitetura e Cidade: teoria, história e conservação.

**Orientador:** Prof. Dr. Marco Antônio Pasqualini de Andrade

Uberlândia, MG  
Setembro, 2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da  
UFUcom dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

L435  
2022

Leal, Anna Letícia Araújo, 1996-  
Interseccionalidade e cidade: [recurso eletrônico] : a  
experiência de mulheres negras na Comunidade Cidade  
Cristo Rei em Montes Claros - MG / Anna Letícia Araújo  
Leal. - 2022.

Orientador: Marco Antônio Pasqualini de Andrade.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de  
Uberlândia, Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.517>  
Inclui bibliografia.

1. Arquitetura. I. Andrade, Marco Antônio Pasqualini  
de, 1965-, (Orient.). II. Universidade Federal de  
Uberlândia. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.  
III. Título.

CDU: 72




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1I, Sala 234 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4433 - www.ppgau.faued.ufu.br - coord.ppgau@faued.ufu.br


**ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em:	Arquitetura e Urbanismo				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico PPGAU				
Data:	vinte e quatro de setembro de 2022	Hora de início:	16:45 h	Hora de encerramento:	18:30 h
Matrícula do Discente:	12022ARQ003				
Nome do Discente:	Anna Letícia Araújo Leal				
Título do Trabalho:	INTERSECCIONALIDADE E CIDADE: a experiência de mulheres negras na Comunidade Cidade Cristo Rei em Montes Claros-MG				
Área de concentração:	Projeto, Espaço e Cultura				
Linha de pesquisa:	Arquitetura e Cidade: teoria, história e conservação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Invisibilidades na história da arquitetura e da cidade: revelando tipologias obscurecidas				

Reuniu-se em web conferência pela plataforma Mconf-RNP, em conformidade com a PORTARIA nº 36, de 19 de março de 2020 da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, assim composta: Professores Doutores: Gabriela Leandro Pereira – UFBA, Luiz Carlos de Laurentiz – PPGAU.FAUeD.UFU e Marco Antônio Pasqualini de Andrade – PPGAU.IARTE.UFU - orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Marco Antônio Pasqualini de Andrade, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Pasqualini de Andrade, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/10/2022, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Anna Letícia Araújo Leal, Usuário Externo**, em 25/10/2022, às 07:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos de Laurentiz, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/10/2022, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Leandro Pereira, Usuário Externo**, em 07/11/2022, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4020805** e o código CRC **F7043C35**.

---



Dedico este trabalho a todas as mulheres  
negras que vivem e resistem cotidianamente  
nas cidades brasileiras.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que vieram antes de mim e abriram os caminhos para que hoje eu possa expressar essas ideias.

Aos Orixás e à espiritualidade. À minha mãe Oxum que me conduziu durante todo esse processo e cuidou do meu Orí para que eu não desanimasse e perdesse o brilho mesmo nos momentos mais desafiadores.

Aos meus pais Rita e Newton por todo amor, educação e cuidado que sempre me foram dados. À minha irmã Camila e minha prima Stephany pela compreensão e suporte em todos os momentos. À minha família, obrigada pelo apoio e por me fazerem acreditar que tudo seria possível.

À Mãe Dália, à Mãe Pequena Polyana e toda minha família de santo pelo o cuidado, carinho e acolhimento nessa jornada.

Agradeço ao Marco Antônio, meu orientador, pela paciência, generosidade, incentivo e todo conhecimento compartilhado. Obrigada por sempre demonstrar o interesse e o cuidado em se aprofundar no tema trabalhado.

Aos meus amigos, obrigada pelos momentos alegres e de acolhimento. Com vocês, esse percurso foi trilhado com mais leveza.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que a realização desse trabalho fosse possível.

“Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas.”

(Audre Lorde)







## RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar de que forma a produção do espaço urbano exerce influência no cotidiano de mulheres negras na cidade, e nesse estudo, o das moradoras da Comunidade Cidade Cristo Rei em Montes Claros-MG. Para que essa compreensão fosse possível, oito mulheres participaram da construção dessa pesquisa por meio das entrevistas sobre suas incursões cotidianas e foram capturadas informações através da oralidade e observação de suas experiências e percepções sobre Montes Claros e a comunidade que residem. A mobilidade urbana será o eixo norteador das investigações, embora possa se desdobrar em aspectos como trabalho produtivo, doméstico, reprodutivo e lazer e como a cidade é parte do suprimento dessas demandas. Assim, é fundamental estudar os processos históricos que formam as hierarquias e estruturas que compõem a sociedade brasileira, para então compreender qual ordem social é projetada sob o espaço urbano e como a cidade segrega e materializa suas opressões, e quais corpos são os mais marginalizados e têm o direito à cidade cerceado. A utilização de interseccionalidade como método de análise teórico nesse trabalho é imprescindível para apresentar de que forma as mulheres negras estão sujeitas às opressões de gênero e raça e como esses corpos experienciam a sociedade e consequentemente o espaço urbano. Faz-se necessário introduzir e contextualizar a inserção da cidade de Montes Claros no contexto regional para então retratar a evolução territorial da Comunidade Cidade Cristo Rei, que convive com o estigma pela presença do tráfico de drogas, através de documentos, mapas e imagens. Por fim, dissertar sobre o cotidiano de mulheres que moram nessa comunidade na cidade.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade; gênero; raça; cotidiano; produção do espaço urbano; mobilidade urbana; direito à cidade.

## ABSTRACT

The objective of this study is analyze how the production of urban space effect the daily life of black women in the city, and in this study, that who lives on Cidade Cristo Rei Community in Montes Claros-MG. For this understanding to be possible, eight women will participate in the construction of this research, through interviews or monitoring of their daily incursions, and the information will be captured through orality and observation of their experiences and perceptions about Montes Claros and the community where they live in. Urban mobility will be the guiding axis of the investigations, although it can unfold into aspects such as productive, domestic, reproductive work and leisure and how the city is part of the supply of these demands. Thus, it is essential to study the historical processes that shape the hierarchies and structures that framework Brazilian society, in order to understand which social order is projected under the urban space and how the city segregates and materializes its oppressions, and which bodies are the most marginalized and has the right to the city denied. The use of intersectionality as a method of social theoretical analysis in this work is essential to show how black women are subject to gender and racial oppression and how these bodies experience society and consequently the urban space. It is necessary to introduce and contextualize the insertion of the city of Montes Claros in the regional context to then describe the territorial evolution of the Cidade Cristo Rei Community, which coexists with the stigma of the presence of drug trafficking, through documents, maps and images. Finally, discuss the daily life of women who live in this community in the city.

**Keywords:** Intersectionality; gender; race; daily; urban space production; urban mobility; right to the city.

## **LISTA DE SIGLAS**

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**SBBA** - Sociedade Brasileira de Artes

**FBPF** - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**CEMIG** - Companhia Energética de Minas Gerais

**SUDENE** - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

**COPASA** - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

**CEMEI** - Centros Municipais De Educação Infantil

**ESF** - Estratégia Saúde da Família

**IPTU** - Imposto Predial e Territorial Urbano

**PSF** - Programa de Saúde Familiar

**UPA** – Unidade Pronto Atendimento

## **LISTA DE FIGURAS**

**Fig. 1:** Carolina Maria de Jesus e a capa da primeira edição de "Quarto de Despejo".

**Fig. 2:** Localização de Montes Claros-MG.

**Fig. 3:** Maurício Milene Antonieta Coutinho - O patrimônio Histórico de Montes Claros.

**Fig. 4:** Casa sede da Fazenda dos Montes Claros construída pelo Alferes José Lopes de Carvalho.

**Fig. 5:** Obras de construção de um viaduto em Montes Claros em 1948.

**Fig. 6:** Estação de estrada férrea, Serafim Facella, 1930.

**Fig. 7:** Mapa de expansão urbana de Montes Claros 1970 – 2010.

**Fig. 8:** Mapa de localização do Cristo Rei.

**Fig. 9:** Imagem de entrada do loteamento Cristo Rei, 1944.

**Fig. 10:** Arremate da Chácara, 1944.

**Fig. 11:** Celebração de missa na praça Dom Sartori 1951.

**Fig. 12:** Primeiro loteamento aprovado pela prefeitura para a Comunidade Cristo Rei datado em 1977.

**Fig. 13:** Trecho do Jornal Mais Lido, 1982.

- Fig. 14:** Mapa evolução dos usos.
- Fig. 15:** Gráfico números de habitantes por faixa etária.
- Fig. 16:** Mapa principais ruas.
- Fig. 17:** Gráfico números de acabamentos construtivos.
- Fig. 18:** Distribuição de linhas de ônibus Princesa do Norte.
- Fig. 19:** Distribuição de linhas de ônibus - TRANSMOC.
- Fig. 20:** Mapa equipamentos educacionais.
- Fig. 21:** CEMEI Professor Hamilton Lopes.
- Fig. 22:** Escola Estadual Filomeno Ribeiro.
- Fig. 23:** Mapa equipamentos de saúde.
- Fig. 24:** Mapa equipamentos esportivos.
- Fig. 25:** Ruas e residências da Comunidade Cristo Rei.
- Fig. 26:** Ruas e residências da Comunidade Cristo Rei.
- Fig. 27:** Ruas e residências da Comunidade Cristo Rei.
- Fig. 28:** Ruas e residências da Comunidade Cristo Rei.
- Fig. 29:** Mapa trajeto de Vitória.
- Fig. 30:** Mapa trajeto de Maria.
- Fig. 31:** Mapa trajeto de Paula.
- Fig. 32:** Mapa trajeto de Poliana.
- Fig. 33:** Mapa trajeto de Luciana.
- Fig. 34:** Entrecruzamento dos trajetos.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>CAPÍTULO 1 - Interseccionalidade e cidade: gênero, raça e classe na produção urbana capitalista</b>	24
1.1 Período escravocrata e formação da sociedade brasileira	26
1.2 Mulheres e espaço público	36
1.3 Produção das cidades, racismo e sexismo	42
1.4 Cidade branca e masculina, corpo negro e feminino	49
1.5 Interseccionalidade e o Direito à cidade	52
<b>CAPÍTULO 2 - Comunidade Cristo Rei: história e desenvolvimento de um lugar de exclusão</b>	56
2.1 A cidade de Montes Claros	58
2.2 História da Comunidade Cristo Rei	63
2.3 Dados sobre a Comunidade	70
<b>CAPÍTULO 3 – Histórias, cotidiano, narrativas e percursos</b>	78
3.1 Histórias e narrativas	80
3.1.1 Dona Joana	80
3.1.2 Maria	82
3.1.3 Paula	83
3.1.4 Dona Conceição	83
3.1.5 Poliana	84
3.1.6 Dona Selma	85
3.1.7 Luciana	86
3.2 Mulheres negras e o trabalho produtivo	87
3.3 Cotidiano e percursos	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	102
<b>REFERÊNCIAS</b>	107

## INTRODUÇÃO

A compreensão do que é o espaço urbano passa também por entender de quais processos históricos ele é fruto. A sociedade brasileira profundamente marcada pela colonização europeia e pela escravização de pessoas negras se estruturou ao longo do tempo tomando como referência hegemônica de poder o homem branco. A transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial não altera essa ordem, o que faz com que a urbanização decorrente dessa transformação aconteça à mercê dessa hegemonia que vai demandar sobre o uso do solo na cidade. Diante disso, optou-se por pesquisar como esses espaços produzidos de acordo com as demandas do capitalismo que são prioritariamente brancas e masculinas impactam no cotidiano de mulheres negras na cidade.

A escolha da Comunidade Cristo Rei em Montes Claros-MG, se deu por se configurar como um território estigmatizado pelo tráfico, pobreza e exclusão, ainda que esteja geograficamente próxima ao núcleo central da cidade. No documentário “*O lugar não te define*”, de 2020 produzido pelo Centro de Prevenção à Criminalidade em parceria com o programa Mediação de Conflitos, alguns moradores da comunidade relatam que não se sentem bem-vindos em outras regiões da cidade e um senhor de aproximadamente 60 anos afirma que nunca foi ao centro da cidade. Com o que foi exposto, despertou-se o desejo de compreender como seria o cotidiano para as mulheres dessa comunidade em Montes Claros e quais são as experiências e narrativas sobre o espaço urbano, utilizando das incursões e dos trajetos como norteadores para as análises.

...

O geógrafo brasileiro Milton Santos (2008) e o sociólogo francês Henri Lefebvre (2006) dissertam sobre o espaço urbano como sendo a projeção de uma sociedade sobre um determinado território. Dessa forma, o olhar sobre as cidades brasileiras não deve estar desassociado do que foi o período colonial e escravocrata. Esse sistema foi estruturado tomando como referência hegemônica o homem branco, que instituiu hierarquias de mando e subalternização a partir da diferenciação de sua condição. A população negra, lida como inferior e menos

capaz, foi escravizada, explorada e violentada. Era tolhida de manifestar os seus costumes, teve sua religião demonizada, eram apartados das pessoas com quem tinham laços de consanguinidade e direitos à educação ou a posses eram negados. As mulheres negras, em sua dupla condição biológica de raça e gênero eram as mais oprimidas nesse sistema, já que além dos castigos físicos, experienciavam a violência de gênero pelos estupros cometidos pelos senhores escravocratas, o que já indiciava o que atualmente se delinea como cultura do estupro (CARNEIRO, 2009; SCHWARCZ, 2019). A transição do sistema escravocrata não significou o fim da estrutura racista e machista da sociedade brasileira, ela só teve novas configurações e desdobramentos que passaram a ser lidos na paisagem urbana, após a industrialização capitalista e a consequente urbanização das cidades. O poder continuou centrado nas mãos de um grupo hegemônico que passa a demandar agora, sob a cidade, desconsiderando a demanda de mulheres e negros e limitando o exercício de cidadania desses grupos (SCHWARCZ, 2019; HARVEY, 2013).

Os historiadores Luciano Figueiredo (2004) e Raquel Soihet (2004) abordam, em diferentes contextos, como o espaço público foi considerado sinônimo de restrição para as mulheres no ocidente. A divisão dos papéis de gênero que atribuem ao masculino o produtivo/público e ao feminino o doméstico/privado a partir da performance e dos comportamentos que se associam a uma condição natural dos dois grupos, enquanto é construída histórica e socialmente. A imputação da fragilidade, da pureza, dos cuidados com lar, com os filhos e com o casamento às mulheres e o discurso de que a rua é um lugar profano faz com que parte desse grupo seja tolhido de experimentar a vida na cidade. Contudo, é necessário que essa análise seja feita sob a perspectiva de gênero e classe, uma vez que mulheres negras pertencentes às classes populares experienciam a cidade de maneira diferente de mulheres brancas das elites (LYRA, 2017).

No que tange a produção do espaço urbano, esse processo envolve várias práticas sociais e materializa os modos de produção e reprodução do capitalismo sobre o território. Ermínia Maricato (2015) aborda sobre como a cidade é produzida por agentes que tem como intenção utilizar o espaço urbano de acordo com as demandas de lucro, excluindo parte da população do acesso à moradia em lugares dotados de serviços públicos e infraestrutura urbana de qualidade. As cidades são

regidas por planos e códigos urbanos que se sobrepõem as necessidades da população, em favor de um grupo hegemônico que trata o solo urbano e a vida na cidade como mera mercadoria.

Compreendendo a cidade como produção branca e masculina é importante discutir sobre a relação entre a corpo, espaço e sociedade, para então entender como as mulheres negras são vistas e tratadas no contexto social e urbano. A relação entre essas duas dimensões é um definidor para o exercício da cidadania no Brasil e influencia no conhecimento e na reivindicação dos direitos dos indivíduos nos âmbitos jurídico e políticos (SANTOS, 1996).

A filósofa Lélia Gonzalez (2011) escreveu sobre o sufocamento social de mulheres negras e ameríndias pela sua dupla condição biológica de cor e raça no final do século XX. Kimberlé Crenshaw (2002) e Carla Akotirene (2019) no século XXI abordam sobre a interseccionalidade como o entrecruzamento das opressões de raça, gênero e sexualidade que no capitalismo se transformam em um determinante para a exploração e formação de classes, que acentua ainda mais o sufocamento social e o silenciamento a que mulheres não brancas estão sujeitas. Unindo às questões de formação de classe, a maneira como as cidades capitalistas são produzidas e priorização das demandas masculinas e brancas em detrimento de outros grupos sociais, torna-se de extrema relevância que as mulheres negras sejam ouvidas e que suas necessidades, experiências, saberes e práticas sejam consideradas para que suas necessidades sejam elencadas a fim de reivindicar o direito à cidade e o usufruto do espaço urbano de forma equitativa.

Montes Claros-MG, como a grande parte das cidades brasileiras, é desigual e segregada, e pela fragmentação da paisagem urbana fica evidente que essa separação se dá em função das diferentes condições socioeconômicas (LEITE, PEREIRA, 2005). Dentre esses territórios segregados, escolheu-se a Comunidade Cidade Cristo Rei para análise empírica, por ser um território de exclusão que possui proximidade geográfica com o núcleo central da cidade, mas que alguns moradores nunca acessaram o local devido ao receio pelo estigma que associa o seu território a violência e ao tráfico de drogas (SANTOS, 2011, FONSECA, 2017). Compreender como mulheres negras que lá vivem e enfrentam a conotação negativa da comunidade onde moram frente a todo contexto urbano é o eixo central desse trabalho, registrar suas percepções sobre Montes Claros e a Comunidade

que residem e compreender como elas experienciam, praticam e transformam a cidade cotidianamente.

Portanto, esse trabalho procura compreender como mulheres negras experienciam o espaço urbano em duas perspectivas: a primeira relacionando a macroestrutura social e o conceito de interseccionalidade, que consiste no entrecruzamento de opressões de raça, gênero e classe, com o Direito à Cidade; e a segunda, analisar, em uma escala micro, delimitando a Comunidade Cidade Cristo Rei em Montes Claros-MG como local de estudo, como as mulheres negras vivenciam e fazem a cidade, sobretudo sob a ótica das interlocutoras, para então responder as seguintes questões: como a cidade, *locus* da sociedade, materializa suas opressões sobre as mulheres negras? Como a produção do espaço urbano influencia na vivência cotidiana na cidade? Como as mulheres negras da Comunidade Cristo Rei experienciam a cidade de Montes Claros-MG? Como são construídas suas relações, como transitam pelo espaço, qual cidade, para além de uma estrutura posta e consolidada, elas constroem? Qual cidade emerge da cidadindade das mulheres da Comunidade Cristo Rei?

O objetivo geral do trabalho consiste em analisar como a produção capitalista do espaço urbano materializa as opressões da sociedade brasileira sobre mulheres negras, em que medida as cerceiam do direito à cidade e como elas resistem na cidade segregada. Os específicos são: estudar o processo de produção do espaço urbano a partir do século XX, especialmente a segregação social, econômica, racial de gênero como resultado dessa urbanização; apresentar qual a relação das mulheres com o espaço público a partir do período colonial até a industrialização urbana; contextualizar como a cidade materializa as opressões da sociedade brasileira sobre mulheres negras utilizando da interseccionalidade, que consiste em analisar o processo a partir da sobreposição de opressões estruturadas pelo racismo, capitalismo e heteropatriarcado; analisar como mulheres negras, moradoras da Comunidade Cidade Cristo Rei, experienciam o espaço urbano na cidade de Montes Claros-MG e descrever e constatar quais narrativas de cidade emergem a partir do cotidiano dessas mulheres, com foco nas incursões cotidianas, mobilidade, deslocamentos e percursos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, para a construção desse trabalho, utilizou-se da abordagem qualitativa de natureza aplicada, descritiva e



fenomenológica, uma vez que o objetivo se centra em analisar, compreender e descrever as dinâmicas e relações das mulheres negras com o espaço urbano, sobretudo das moradoras da Comunidade Cidade Cristo Rei, com a cidade de Montes Claros-MG (TOLFO E CÓRDOVA, 2019; TRIVIÑOS, 1987).

Para que fosse possível a realização dessa pesquisa, buscou-se em acervo bibliográfico a produção e planejamento das cidades capitalistas a partir do século XX com Lefebvre (2006) e Santos (2008), contextualizando com o conceito de interseccionalidade centrando em Crenshaw (2002), Akotirene (2019) e Gonzalez (2011), que nesse trabalho é a encruzilhada de opressões em que mulheres negras condicionadas pelos seus marcadores sociais como o gênero, raça e consequentemente classe e trazer as discussões sobre participação no processo de construção do espaço urbano e no exercício do direito à cidade a partir da ideia de Lefebvre (2001). Foi abordada a formação histórica e o processo de desenvolvimento da Comunidade Cidade Cristo Rei bibliograficamente a partir de Fonseca (2017) e de forma documental, por meio de imagens, mapas, jornais ou revistas que registrem o desenvolvimento da cidade e o processo histórico dessa comunidade até a atualidade.

Durante a análise de campo foram investigados oito estudos de caso a fim de compreender como essas mulheres experienciam a cidade de forma prática, exercendo a escuta e observação, capturando na oralidade sobre os trajetos das interlocutoras, como elas praticam e quais saberes e visões seriam direcionados à cidade de Montes Claros-MG. A princípio a pesquisa tinha como intuito se direcionar para a etnografia como método de análise, mas devido à pandemia causada pela COVID-19 foram realizadas entrevistas nas residências das entrevistadas, de forma a evitar o contato com muitas pessoas. Então, foi coletado qual cidade emerge da experiência cidadina dessas mulheres sob a concepção do que Agier (2011) esboça como cidade vivida, cidade sentida e cidade em processo a partir dos discursos.

A pesquisa de campo foi organizada na seguinte estrutura. Foram analisados os trajetos casa/trabalho produtivo de mulheres de 27 a 74 anos, casadas, aposentadas, que cuidam dos filhos, de idosos e solteiras. Não foram aplicados questionários, mas algumas perguntas foram pré-estabelecidas (embora as interlocutoras fossem livres para falarem sobre o que quisessem sobre o bairro e a

cidade) para a entrevista, por exemplo: Há quanto tempo reside na Comunidade Cristo Rei? Como é morar na comunidade? O que mais gosta e o que menos gosta no Cristo Rei? Como se sente quando precisa ir em outros bairros da cidade? Com que frequência usa os espaços públicos, praças e parques como espaço de lazer e se está associado ou não ao lazer dos filhos? Qual o principal meio de transporte que usa para se movimentar pela cidade? De que forma avalia a qualidade desse meio de transporte e se a infraestrutura da cidade permite com que esse tenha qualidade?

O conteúdo da dissertação foi organizado da seguinte forma:

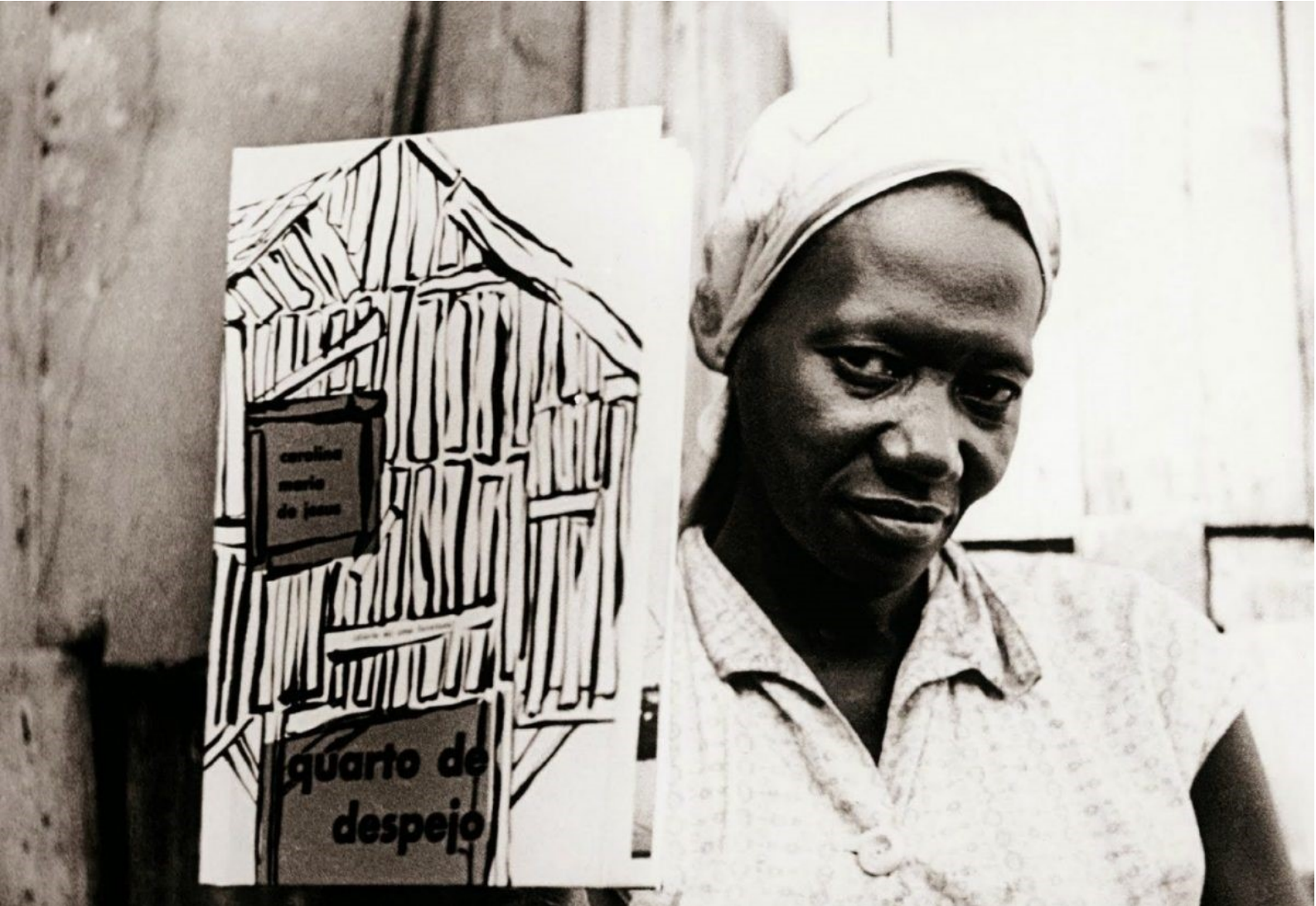
**Introdução** - Apresentação do tema, organização do trabalho, motivação sobre a pesquisa, caracterização do problema e metodologia.

**Capítulo 1 - Interseccionalidade e cidade: gênero, raça e classe na produção urbana capitalista** – Nesse capítulo são exibidos os resultados dos estudos sobre a estruturação da sociedade brasileira e o desenvolvimento das cidades desde o capitalismo mercantil ao capitalismo industrial. Como as mulheres se relacionam com as cidades desde o período colonial e a diferença da experiência em função de raça e classe social no cotidiano urbano. Aborda sobre como a produção das cidades em função da circulação do capital impacta na vida de mulheres negras e trabalhadoras na cidade. Como corporeidade está intrinsecamente relacionada às experiências sociais e conseqüentemente no espaço urbano e por fim como os marcadores de gênero e raça influenciam no exercício de cidadania que é o direito à cidade. Para construção desse capítulo, esses foram os autores que formaram o arcabouço teórico: Schwarcz (2019), Almeida (2019), Souza (2017), Ribeiro (1995), Lefebvre (1999) e (2006), Santos (1998), Harvey (2013), Maricato (2015), Kilomba (2019), Carneiro (2000), Akotirene (2019), Gonzalez (2011) e Berth (2019).

**Capítulo 2 - Comunidade Cristo Rei: história e desenvolvimento de um lugar de exclusão** – Apresenta a contextualização da cidade de Montes Claros, do seu surgimento e expansão urbana, para depois adentrar na história e desenvolvimento da Comunidade Cristo Rei a partir de 1944. Abordará como o território se forma como um espaço de estigma que impacta na população que reside até os dias de hoje e por fim, relacionar os marcadores sociais, o endereço e o cotidiano no espaço urbano de mulheres negras periféricas. Para tanto foram utilizados os autores Canan (2014), Alkimin (2021), Fonseca (2017), Santos (2011).

**Capítulo 3 - Histórias, cotidiano, narrativas e percursos** – É um capítulo dedicado a apresentação das interlocutoras, protagonistas da pesquisa, suas histórias e como chegaram ao Cristo Rei. Serão apresentados também os mapas dos trajetos cotidianos e de que forma elas apropriam o espaço urbano e vivenciam a cidade de Montes Claros. O dia-a-dia dessas mulheres foi registrado com a inspiração nos trabalhos e métodos apresentados por Lyra (2017), Cardoso (2018) e Merlí (2018).

**Considerações finais** – Apresentam o fechamento e resultados da pesquisa com as possíveis soluções e respostas para os questionamentos centrais, conclusões e novos horizontes acerca do tema.



## **CAPÍTULO I**

### **INTERSECCIONALIDADE E CIDADE: GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA PRODUÇÃO URBANA CAPITALISTA**



## **1.1 Período escravocrata e formação da sociedade brasileira**

Dissertar sobre o espaço urbano na atualidade consiste em compreendê-lo, também, no passado não como estrutura desassociada do presente, mas como espaço social que é construído historicamente a partir de diversos acontecimentos e determinações particulares de cada época (GODOY, 2011). Henry Lefebvre (2006) toma o espaço urbano como sendo o reflexo das relações sociais que são projetadas sob um determinado território. O geógrafo Milton Santos (2008), por sua vez, semelhante à ideia Lefebvriana define o espaço como sendo um conjunto de sistemas de objetos e sistema de ações que são indissociáveis e contraditórios. Esses se relacionam de forma que os objetos condicionam as ações, mas ao mesmo tempo as ações demandam por novos objetos ou pela alteração dos existentes.

Considerando o espaço urbano como resultado da materialização das práticas sociais sobre o território, é necessário retomar o passado como processo histórico a fim de entender como a sociedade brasileira se estruturava e ainda se estrutura. Dessa forma, é fundamental discorrer sobre o que foi o período escravocrata, como são construídos os aparelhos de dominação e hierarquias e se existem, quais os resquícios dessa ordem social e econômica presentes até a contemporaneidade.

De acordo com o antropólogo Darcy Ribeiro (1995), o sistema escravocrata começou a ser implantado no Brasil no século XVI com a chegada dos europeus em solo brasileiro através das buscas marítimas por terras a serem exploradas. Ao chegarem na América Latina os europeus encontraram o litoral povoado por diversas tribos indígenas. Na década de 1530 a coroa portuguesa iniciou a construção de unidades açucareiras, mas encontraram dificuldades em se estabelecer pela escassez de mão de obra e recursos que financiassem a construção dos engenhos até 1570. A indústria de açúcar escravista na América deslanchou após a articulação entre a produção brasileira com os centros mercantis norte-europeus junto ao tráfico de negros escravizados entre África e Brasil. Até 1580 a mão de obra empregada na produção dos engenhos de açúcar era predominantemente indígena, que trabalhava sob o regime de assalariamento, embora a maior parte fosse submetida à escravidão. Os africanos escravizados

começaram a ser sequestrados a partir da segunda metade do século XVI e eram empregados principalmente em atividades que exigiam alguma especialidade, por isso um africano escravizado custava três vezes mais que um indígena escravizado. As epidemias de sarampo e varíola no litoral brasileiro após 1560 fizeram com que a morte da população indígena tomasse grandes proporções, exigindo a reposição da força de trabalho nos engenhos. A pressão dos jesuítas e a aprimoração do funcionamento de tráfico negreiro transatlântico, principalmente após a conquista de Angola no final do século XVI, fez com que a coroa portuguesa promulgasse leis que continham parcialmente a escravização dos povos indígenas (MARQUESE, 2006).

A historiadora Lilia Schwarcz (2019) e o sociólogo Jessé Souza (2017) consideram que para além da implantação de um sistema produtivo/econômico, a escravidão definiu comportamentos de mando e obediência, consolidou desigualdades sociais e criou hierarquias a partir da diferenciação de raça e cor, tomando a figura branca e masculina como referência que exerce poder de maneira violenta e autoritária sobre seus subordinados. Os negros e negras eram submetidos a árduas jornadas de trabalho para que tivessem condições mínimas de sobrevivência. Eram-lhes negado o acesso à educação e o direito a posse de terras, dificultando a possibilidade de mobilidade social desse grupo que é forçosamente inserido no contexto de pobreza (RIBEIRO, 1995).

Angela Davis (2019) constata no seu livro *Mulheres, raça e classe* que no que diz respeito à exploração, diferente do que se é pregado para as mulheres como sendo sexo frágil que ficam apartadas do trabalho pesado ou o que é comumente associado às mulheres negras como trabalhadoras domésticas, cozinheiras, arrumadeiras e responsáveis por cuidar da higiene, saúde e alimentação das crianças dos escravocratas, uma quantidade significativa de mulheres trabalhava em lavouras e tinham o mesmo regime de trabalho dos homens negros. Também experienciavam as violências do período escravocrata a partir de sua condição de gênero. Além de serem submetidas aos longos e pesados regimes de trabalho que se somavam aos afazeres domésticos, elas eram forçosamente submetidas as alcovas dos senhores escravistas, quando engravidavam, tinham seus filhos sequestrados e vendidos e ainda eram obrigadas a amamentar os pequenos senhores e senhoras de engenho (SCHWARCZ, 2019).

Quanto à estrutura familiar, o sistema escravista condicionou a família dos escravizados a parte do mundo hierárquico e patriarcal dos seus senhores, embora em alguns contextos ela pudesse ocorrer de forma autônoma. Os escravos viveram em domicílios que eram dependentes e próximos a casa grande e tudo que acontecia afetava a vida familiar. A formação e permanência dessas famílias dependiam da condição financeira e do ciclo de vida dos senhores. Os negros que eram de proprietários ricos tinham maior probabilidade de formar uma família estável e duradoura enquanto os que viviam em propriedade de maior instabilidade econômica, não tinham a garantia de um núcleo familiar permanente. O casamento e a morte dos senhores também influenciavam nessa estabilidade, já que costumavam ser períodos de venda e compra que poderiam causar a separação entre seus entes (METCALF, 1987).

Por mais que fossem submetidas à hierarquia patriarcal, as famílias negras não funcionavam na mesma configuração doméstica que as famílias brancas. Enquanto na casa grande os homens brancos eram vistos como referência hegemônica, aos homens negros era desencorajada a supremacia masculina pelo sistema escravista por viverem sob o mesmo regimento que as mulheres negras. Maridos, esposas, pais e filhas eram submetidos à mesma autoridade dos feitores e encorajar a supremacia masculina entre os escravizados poderia causar algum desequilíbrio no sistema vigente. Enquanto as mulheres cozinhavam e costuravam, os homens caçavam e cuidavam da horta. A divisão sexual do trabalho doméstico não parecia hierárquica e nem era rigorosa, as tarefas realizadas pelos homens não eram consideradas superiores ou inferiores as feitas pelas mulheres e por vezes elas eram responsáveis por cuidar da horta e da caça enquanto eles cuidavam da casa. A vida doméstica e na senzala foi baseada na igualdade sexual. A população negra nesse período conseguiu transformar a igualdade negativa que foi instituída pelos senhores de forma opressiva em algo positivo nas relações sociais entre os seus que foi a não hierarquização das atividades e funções domésticas (DAVIS, 2016).

Apesar de ter sido um sistema baseado na subserviência, a população escravizada não aceitava sua condição de forma pacífica. Rebelavam-se, aquilombavam, promoviam revoltas e matavam seus senhores como formas de romper com o sistema. Lutavam por retomar os seus costumes e cultura, sua



religião, negociavam suas condições e lugares. Já os senhores de escravos utilizavam de todo um aparato de violência para se manterem no topo da hierarquia de privilégios. Os negros escravizados eram punidos com castigos físicos que iam da palmatória à chibatada em praça pública, o que já mostrava indícios da construção de uma sociedade que naturaliza a violência sobre corpos negros desde o princípio (SCHWARCZ, 2019; SOUZA, 2017). Nesse sentido, é importante ressaltar que embora as mulheres negras tenham se posicionado ativamente ao lado dos homens negros contra as ordens dessa estrutura patriarcal e racista na luta pela liberdade, elaborando estratégias de resistência, rotas de fuga, elas ficaram invisibilizadas pela história (OLIVEIRA E BORTOLUCCI, 2016).

Com disputas entre liberais e conservadores sobre a regulamentação da terra e a abolição da escravatura, leis começaram a ser implementadas no Brasil. Essas normas mais favoreciam aos proprietários de pessoas escravizadas, mas gradualmente colocou fim a escravidão no Brasil ainda que de forma tardia. É importante mencionar que de forma contrária às políticas de inclusão, em 1850 a Constituição Brasileira institui o direito a terras somente através da compra. No início da ocupação do território brasileiro pelos europeus a distribuição de terras era feita por regime de sesmaria, em que as terras eram doadas a um sesmeiro e ele se comprometia em cultivar a terra. Contudo, muitos sesmeiros não cumpriam com esse acordo o que culminou no surgimento dos posseiros que ocupavam e cultivavam essas terras improdutivas. A princípio os posseiros surgem como pequenos lavradores que ameaçam o regime de sesmaria, mas que ao longo dos anos se tornam grandes fazendeiros, fazendo com que muito sesmeiros passassem a assumir o papel de posseiros. Isso era bastante negativo para a organização política do país no controle da distribuição de terras o que levou a uma série de discussões sobre a revalidação das concessões de sesmaria e a regularização das posses. Em 1821 José Bonifácio propõem uma nova legislação sobre a sesmaria e a posse de terras. As terras que não fossem cultivadas deveriam retornar ao patrimônio nacional, deixando aos donos meia légua quadrada somente sob a condição de ser rapidamente cultivada. As terras adquiridas por posse também deveriam ser regularizadas e seria estipulado um prazo fixo para que os terrenos fossem cultivados, exceto os com mais de 400 braças. Além disso, incluía a política de vendas e a proibição de novas doações. Esse projeto não saiu do

papel, pois não era interessante para os sesmeiros e posseiros, pois os obrigavam a cultivar suas terras dificultando a aquisição de novos terrenos, limitando os seus poderes. Em 1850, mesmo ano da criação da Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos para o território brasileiro é instituída em pouco mais de vinte artigos a Lei de Terras como uma tentativa de corrigir os erros cometidos pelas concessões de sesmarias durante o período colonial até o início da independência e o crescimento de posseiros após a promulgação. A partir da Lei de Terras de 1850 a ocupação da terra no Brasil deixou de ser um privilégio e passou a ser vista como uma mercadoria geradora de lucro (MARICATO, 2002; CAVALCANTE, 2006).

A Lei Eusébio de Queiroz de 4 de setembro de 1850 foi instituída para acabar com o tráfico negreiro no Brasil após a pressão da Inglaterra com a criação da Lei Biil Aberdeen de 1845 que autorizava os britânicos a apreenderem qualquer navio negreiro que navegasse pelo oceano atlântico. Em 1871 a Lei do Ventre Livre permitia a liberdade para os filhos de negros e negras escravizados que nascidos a partir daquele ano. Já a Lei dos Sexagenários de 1885 veio como uma tentativa de adiar a abolição da escravidão no Brasil, essa lei decretava que os escravizados acima de 60 anos pudessem ser libertos. Por fim, a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 instituiu o fim da escravidão, mas não promoveu a integração das populações que eram cativas e foram libertas, dando início ao período chamado de pós-emancipação. A população negra é inserida na sociedade do trabalho livre sem nenhuma garantia socioeconômica que pudesse auxiliar o seu desenvolvimento. Os negros que continuaram no meio rural, permaneceram nas terras dos fazendeiros trabalhando em troca do suficiente para sobreviver e alguns mantimentos que pudessem prover moradia e alimentação, conservando uma estrutura não muito diferente do que a escravidão havia consolidado e que se repete no agregado urbano. Outra parte da população negra foi habitar os grandes centros em busca de melhores condições de vida. Nas cidades como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador o percurso foi em direção às periferias e habitações coletivas como os cortiços e mais tarde as favelas. (SCHWARCZ, 2019; OLIVEIRA, 2020).

A condição de descaso e ausência de apoio governamental acaba por consolidar uma sobreposição entre uma população pobre e despossuída, com a

mesma marcada por uma diferenciação racial e de cor de pele, e assim promovendo uma substituição das questões raciais pelas econômicas em relação às hierarquias, posses e classes sociais.

Contrário à promoção de políticas de integração e redistribuição de terras como ocorreu nos EUA com a *Homestead Act*<sup>1</sup> de 1862 em que foi adotada uma política distributivista da terra, caracterizada pela doação de terras públicas a quem desejasse cultivar, as teorias “darwinistas raciais” tiveram visibilidade e tinham como objetivo atribuir diferentes capacidades físicas, intelectuais e morais aos grupos raciais. Os homens brancos ocidentais eram classificados como superiores, ocupando o topo da pirâmide, enquanto os grupos que foram racializados eram considerados menos capazes por causa da diferenciação de sua cor e seus traços. Essa discriminação, que contava com aparatos científicos e jurídicos da época, demonstrava a perversidade do racismo por marcar a superioridade de um grupo em detrimento do outro atribuindo “naturalmente” capacidade, excelência e competência a uma parcela, a fim de perpetuar privilégios de dominação e mando e a ocupação desses “seres superiores” em cargos e posições de poder na sociedade (GUEDES, 2006; SCHWARCZ, 2019; CARNEIRO, 2009; ALMEIDA, 2019).

O território brasileiro contava com um grande contingente populacional formado por pessoas negras nos períodos do século XIX para o século XX. Como forma de promover uma limpeza étnico racial e evitar as consequências do fim do regime escravocrata, as políticas de branqueamento passam a ser endossadas pelo discurso da mestiçagem associada a construção do mito da democracia racial, propagada pela elite branca na construção de uma sociedade livre e republicana. Assim, passou-se a incentivar a política imigratória ligada à ideologia eugenista de branqueamento que teve impacto em todas as regiões e, principalmente, nas regiões sul-sudeste. O país que era formado predominantemente por negros e indígenas, passa a receber um contingente populacional europeu que modifica essa ordem (GARCIA, 2012). Para Lélia Gonzalez (1948), além da “higienização étnica” por meio da mestiçagem, a política de miscigenação reforçou a

---

<sup>1</sup> O Homestead Act foi uma lei aprovada pelo Presidente Abraham Lincoln em 1862 nos Estados Unidos que estabeleceu a distribuição de 160 acres de terras (64,75 hectares) por família na região Oeste do país.

naturalização da hiper sexualização da mulher negra, que já era traço do período escravocrata e construiu o estereótipo da “mulata”, como mulher propensa a lascívia, que hoje faz com que mulheres negras e pardas sejam mais vulneráveis a violação de seus corpos, delineando assim, a cultura do estupro (SCHWARCZ, 2019).

A ideia da falaciosa democracia racial propagada no Brasil era um disfarce para implementação de uma violenta política eugenista e funcionava como um instrumento de controle social para legitimar as estruturas de desigualdade, discriminação e opressões raciais e transferi-las para a esfera pessoal (SCHWARCZ, 1994). Assim, o problema de origem estrutural passa a ser analisado de forma limitada e associado às relações interpessoais, como se as pessoas fossem racistas por questões de ordem individual. Isso impede, ainda, que os casos de racismo e opressão sejam encarados como questão pública tornando invisível o debate a nível político e coletivo relacionando às estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, responsáveis pela formação social que é reproduzida nas práticas cotidianas. A escravidão e a não inclusão dos grupos racializados na construção de um projeto de República, fez com que o racismo tornasse prática social que mantém o privilégio de pessoas brancas, enquanto, até os dias de hoje, é negada a cidadania para a população negra (MADEIRA E GOMES, 2018; GARCIA, 2012).

Milton Santos (1996) considera que a escravidão negra faz parte da história do Brasil e apresenta reflexos na sociedade e no processo de ocupação do território mesmo após a promulgação da Lei Áurea de 1888). Os reflexos da escravidão sobre a sociedade resultam em diversas ordens e estruturas que se materializam no espaço urbano e refletem na forma como o espaço é produzido e ocupado ao longo do tempo a partir dessas e em acordo as dinâmicas sociais ao decorrer do tempo. As cidades e regiões brasileiras são caracterizadas pela separação dos lugares de negros e lugares de brancos e podem ser compreendidas como a materialização dos processos históricos sociais do espaço urbano durante os anos, evidenciando uma das consequências da escravidão. A naturalização das desigualdades sociais no Brasil ameniza a herança escravocrata, o que culmina no não tratamento das responsabilidades e opressões geradas por esse sistema (SOUZA, 2009; SILVA, 2018).

A precariedade de vida que um terço da população foi submetida ao longo do tempo não se resume somente à escravidão, mas ao abandono de escravizados, homens e mulheres recém libertos, à própria sorte tão desprovidos de recursos para a inserção nos novos moldes econômicos quanto os próprios escravos. Esse descaso e a ausência de políticas de inclusão desse grupo na lógica produtiva é a principal causa das desigualdades de classe na sociedade brasileira. Dessa forma, falar sobre desigualdade socioeconômica desconsiderando a existência do racismo, oculta a racismo estrutural da sociedade brasileira e não explica o motivo das classes menos abastadas serem compostas em sua grande maioria por pessoas negras (SOUZA, 2009; SILVA, 2018).

A falta de políticas de reparação e inclusão da população negra no pós-abolição, no acesso à terra e à educação, fez com que raça fosse um determinante para a estruturação de classes na sociedade capitalista. A população negra forma 78,5% nos estratos mais pobres da sociedade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016. Nisso fica evidente a diferença na condição material que permeia as comunidades negras. Quando a condição de gênero é estatisticamente analisada junto a categoria étnico racial, outra face perversa do racismo é apresentada. Mulheres negras recebem em média rendimentos abaixo das mulheres brancas e menos da metade do que homens brancos (HELENE, 2019). Assim como no período colonial, há uma evidente separação física entre os espaços ocupados por dominantes e dominados, enquanto os lugares dos brancos dominantes são as regiões mais privilegiadas, que vão desde a estética à segurança. Já o lugar do negro, a população dominada, fica destinado o completo oposto, são as senzalas, favelas, cortiços, ocupações, conjuntos habitacionais, onde as condições de saúde e higiene se apresentam pela precariedade e a polícia e as instituições de proteção nesses locais se materializa como instrumento de violência e opressão (GONZALEZ, 1984).

É possível compreender através do que foi dissertado que o acesso à terra e ao trabalho são elementos que estruturam as desigualdades sociais e conseqüentemente espaciais. A desvinculação desses dois elementos faz com que o capital seja multiplicado pela força de trabalho do corpo e pela especulação imobiliária da terra. A alteração da concepção do trabalho e da terra pelo capitalismo industrial, nos países periféricos apresenta reflexos significativos nas

condições socioeconômicas dos ex-escravos. A instituição da propriedade privada como acordo social das sociedades capitalistas pós-abolição dificultou a população negra despossuída de capital econômico o acesso à terra e o Estado corroborou com a exclusão, se eximindo da responsabilidade de criar mecanismos para que houvesse a distribuição de terras, já que essas são fundamentais para reprodução de vida e inserção na lógica econômica (SILVA, 2018).

Além da produção econômica o reconhecimento e participação na sociedade como sujeito histórico, a cultura, as subjetividades e os saberes produzidos por esse grupo também foram secundarizados, reduzidos ou apagados dentro de um regime capitalista liberal que desconsidera as diferentes condições materiais e não se preocupa em tornar igualitária a valorização para o diverso nesses segmentos (MADEIRA E GOMES, 2018).

Essas condições impedem que a população negra e sobretudo as mulheres negras, consigam mobilidade social e desenvolvam suas potencialidades por ocupar lugar de desvantagem no que diz respeito à renda, ocupação no mercado de trabalho, escolaridade e ingresso no ensino superior. Apesar de alguns avanços ao longo dos anos, a população negra persiste em condição de subalternidade na sociedade, sendo as piores posições ocupadas por mulheres negras (MADEIRA E GOMES, 2018).

Portanto, a discriminação e o racismo fazem parte do cotidiano de muitos negros e negras, principalmente quando esses transitam entre os lugares que são considerados brancos. A branquitude estabelece e mantém os espaços de poder, construídos predominantemente por homens e cria hierarquias socioeconômicas, políticas e culturais. A população negra saiu da senzala em direção às favelas, morros, mocambos, periferias e estão em maior proporção nas habitações que são consideradas ilegais pela legislação urbanística (OLIVEIRA, 2020).

A nação brasileira foi construída dentro da hegemonia branca patriarcal e profundamente violenta, desigual e racista, sendo que essa impede a expansão dos direitos para a população negra que sofre com a negligência de políticas públicas para acesso à saúde, educação, trabalho, moradia, transporte e segurança. A troca do regime escravocrata e a chegada do capitalismo industrial não significou o rompimento da estratificação racista, pelo contrário, ela está imbricada no cotidiano, costumes, crenças e só se reconfigura. (SCHWARCZ,

2019). As teorias e lutas feministas, antirracistas e anticapitalistas são fundamentais para romper com esse sistema de dominação social que abrange os aspectos econômico, político, cultural e simbólico que são estruturantes para as desigualdades de gênero e raça na atualidade. O patriarcado, o racismo e o capitalismo não são sistemas diferentes que coexistem, esses são resultado de um mesmo sistema produtivo e trabalham de forma conjunta (GARCIA, 2012).

## 1.2 Mulheres e espaço público

Apresentado contexto de estruturação patriarcal e racista da sociedade brasileira, centrada na figura branca e masculina como símbolo de poder e maior capacidade social, justificado ideologicamente por sua condição biológica de cor e gênero, o trabalho dissertará sobre como as mulheres viveram o espaço público, desde o período colonial escravocrata ao início da urbanização das cidades e como a experiência feminina nos espaços públicos está condicionada às relações de raça e classe econômica.

Luna Lyra (2017) no seu trabalho “*Por onde caminham as mulheres?*” Aborda que a relação das mulheres com o espaço público ocidental é repleta de controvérsias a depender da perspectiva analisada. A divisão dos papéis de gênero que atribuem a autoridade ao masculino caracteriza como o patriarcado se organiza socialmente e se justifica historicamente. A principal delas está ancorada em um determinismo biológico e divisão binária de gênero que atribui a existência de uma essência masculina e outra feminina como sendo natural e genético que diferenciaria a sociedade em dois grupos segundo habilidades que lhes seriam inerentes. Esta visão foi e tem sido contestada por teóricas feministas que argumentam que a performance da feminilidade ou masculinidade são construídas socialmente que podem alterar em diferentes contextos.

As *cidades brasileiras*<sup>2</sup> não foram espaços de domínio das mulheres ao longo da história. O lugar destinado às mulheres sempre foi o espaço privado e doméstico, enquanto aos homens o espaço público, político e econômico. A

---

<sup>2</sup> É citado “*cidades brasileiras*” como não sendo domínio feminino baseado no contexto de sociedade apresentado no texto, embora tenham existido e ainda existem raras organizações e sociedades centradas na figura feminina.

distinção das esferas públicas e privadas dividiu a cidade a partir do sexo o que causou o domínio masculino do espaço, resultando na invisibilização das mulheres nos diversos aspectos que compõem o espaço urbano. O não reconhecimento do sexismo presente na cidade impede que as mulheres sejam reconhecidas nela pela ideologia patriarcal que ela reflete. Culturalmente as mulheres foram confinadas ao espaço doméstico, sendo privadas do acesso ao conhecimento, prestígios, poder e aos valores culturais que são privilégio masculino (SARAIVA, 2017).

Ao longo da história o papel que as mulheres exercem na sociedade foram modificados e a sua relação com a cidade também. As mulheres não poderiam usufruir do direito à cidade por serem consideradas socialmente, economicamente e culturalmente inferiores confinando-as no ambiente residencial e as condicionado às atividades domésticas. Nesse sentido, os comportamentos são construções culturais que se estabelecem em função das relações de poder no espaço construído (SARAIVA, 2017).

O século XIX foi um marco no que diz respeito às transformações culturais e urbanas que amparam a sociedade moderna. Nesse século as noções de urbanidade foram construídas e deu início a modificações comportamentais que irão reger as relações entre homens e mulheres mesmo com o conservadorismo vitoriano. As cidades tidas como espaços de presença majoritariamente masculina fizeram com que a circulação ou permanência de mulheres no espaço urbano, sobretudo para contemplação da vida cotidiana cidadina, não fosse algo comum.

O *flanêur*, surge a partir da escrita do poeta Charles Baudelaire (1859) como um espectador da cidade que se torna “uma só carne com a multidão”. O filósofo e escritor sobre a vida urbana Walter Benjamin (1939) cristaliza esse personagem como essencial na cidade moderna que surge nas ruas de Paris no início do século XX. George Simmel (2005) ainda disserta sobre a capacidade de transitar pela cidade como um ser inominado que é inerente à modernidade urbana como uma “atitude blasé”. O *flâneur* aparece no urbano como um ser anônimo que vaga sem rumo pela multidão da metrópole europeia, atento a tudo que acontece, buscando descobrir o mundo que emerge da cidade, a fim de se inspirar artisticamente. Esse personagem se fazia invisível em meio as muitas pessoas que caminhavam na rua exercitando a contemplação.



Flanar como ato de caminhar despreziosamente pelas ruas só era possível aos homens, dificilmente era associado ao feminino. As mulheres não costumavam passar despercebidas nas ruas que eram espaço predominantemente masculino. A cidade era um lugar associado a promiscuidade, tratava as mulheres como intrusas e todas que circulavam ou adentravam as ruas eram estereotipadas como vagabundas ou prostitutas de presença indesejada pelo seu poder de subverter os valores e a moral impostas pelos homens na época. As mulheres deveriam se manter longe dos olhares masculinos e como tentativa de controle dos corpos femininos nas cidades, diversas leis foram sancionadas em muitas cidades ocidentais que restringiam a circulação de mulheres e as que precisavam utilizar o espaço urbano para atender suas demandas produtivas eram vistas como mulheres públicas (KERN, 2019<sup>3</sup>; LYRA, 2017).

Trazendo para o contexto brasileiro, de acordo com Figueiredo (2004) em Minas Gerais no século XVIII, era permitido as mulheres que ocupavam as classes mais altas da sociedade cuidar somente dos afazeres domésticos e reprodutivos. Elas eram excluídas dos serviços nos âmbitos político, econômico e administrativo. Já as mulheres que eram escravizadas ou alforriadas tinham a necessidade de trabalhar. Comumente eram cozinheiras, criadas, lavadeiras, trabalhavam com artesanato e tecelagem, já que os afazeres nas minas eram considerados atividades masculinas. A presença dessas mulheres era muito comum no comércio. As chamadas “*negras de tabuleiro*” eram ambulantes que circulavam a cidade e iam nas áreas de extração de minério, vendiam diversos produtos e recebiam ouro contrabandeado como pagamento de alguns escravos. O cotidiano dessas mulheres na cidade era muito diferente da experiência das mulheres que pertenciam a elite. Enquanto tinham liberdade para transitar pela cidade em função de sua demanda econômica, as mais abastadas eram proibidas de andar desacompanhadas. A presença delas também era corriqueira nas quitandas,

---

<sup>3</sup> Retirado do original: [...] “The figure of flaneur, emerging prominently in Charles Baudelaire’s writing, is a gentleman who is a “passionate spectator” of the city, seeking to “become one flesh with the crowd,” at the centre of the action and yet invisible. The philosopher and writer of urban life Walter Benjamin further crystallized the flaneur as an essential urban character in the modern city, and urban sociologists such as Georg Simmel located traits like a “blasé attitude” and the ability to be anonymous as inherent to the new urban psychology. Not surprisingly, given the perspectives of these writers, the flaneur was always imagined as a man, not to mention on who is white and able-bodied.” p.24

mercearias e tavernas, que serviam de espaço para organização política dos escravizados e trabalhadores.

As mulheres negras forras e escravizadas rompiam com a ideia que as mulheres deveriam se resguardar nos espaços domésticos e nas propriedades rurais. Elas se apropriavam da cidade através da circulação nos espaços públicos. Também eram importantes referências para a articulação política nos grupos de resistência popular ao poder institucionalizado, oferecendo abrigo, mantimento e organizando as lutas reivindicações abolicionistas. O papel dessas mulheres era de extrema relevância para os grupos marginalizados a ponto de se tornarem uma “ameaça” para o poder público, que dispôs de esforços legislativos para tolher a livre circulação das “negras de tabuleiro” (FIGUEIREDO, 2004; LYRA, 2017).

Soihet (2004) em outro contexto também disserta sobre a tentativa de cercear o acesso das mulheres aos espaços públicos no fim do século XIX e começo do século XX. Inspirado nas reformas das grandes cidades europeias, sobretudo de Paris, a capital francesa, a burguesia brasileira tentava impor um planejamento social e urbano que promovesse a higienização das cidades. Eram implementadas normas que regiam tanto o espaço quanto o comportamento das pessoas. Essas imposições do Estado em conjunto com os desejos da elite exerciam grande influência no cotidiano de mulheres trabalhadoras na época. As regras não limitavam somente ao cotidiano coletivo, mas se estendiam ao espaço doméstico, refletindo até no funcionamento das estruturas familiares e na organização do trabalho reprodutivo.

Assim como Figueiredo (2004), Soihet (2004) também relata que as mulheres ricas tinham restrições para a aparição pública, a fim de evitar o contato com pessoas de classes sociais diferentes e terem então, sua reputação questionada. Só lhes era permitido a presença em eventos sociais como teatro e as casas de chá da época. Já o cotidiano das mulheres que precisam trabalhar para garantir o sustento de sua família era divergente. Transitar pela cidade era necessário para conseguir a subsistência econômica. Embora houvesse retaliação do poder público e da população na época, era no espaço público, praças, ruas e comércios que elas conseguiam cumprir com as demandas do lar e também construíam sua rede de apoio, criavam laços de afeto e solidariedade.

Os dois autores apresentam o contexto de urbanização do país e a persistente tentativa do poder público e da sociedade de regular a presença das mulheres nos espaços públicos e coletivos. O surgimento do Brasil urbanizado é permeado pelas desigualdades de gênero, mas também pela resistência e subversão das mulheres. As imposições eram feitas de acordo com a cor e classe social pertencentes, implicando em diferentes opressões no cotidiano (FIGUEIREDO, 2004; SOIHET, 2004; LYRA, 2017).

É, contudo, importante ressaltar que a permissão que mulheres pobres tinham para transitar e usufruir do espaço urbano ao longo da história se manteve condicionada a necessidade de trabalhar e ainda era permeada de restrições e normas. As cidades brasileiras não eram lugares direcionados à permanência e contemplação das mulheres. A presença feminina nos espaços públicos foi sempre questionada e deveria cumprir uma série de exigências que iam desde o seu comportamento aos cumprimentos de suas responsabilidades com o lar, o trabalho econômico e com o casamento (LYRA, 2017).

Na primeira metade do século XX algumas conquistas históricas foram fundamentais pra que as mulheres tivessem acesso à alguns direitos que lhes eram negados. Em 1931 foi realizado o 1º Salão Feminino de Arte, promovida pela Sociedade Brasileira de Belas Artes (SBBA) em colaboração com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Essa exposição foi a primeira a ter a participação exclusiva de mulheres na pintura, escultura, gravura, arquitetura e artes. O objetivo da exposição era mostrar a presença feminina nas artes plásticas brasileiras. Como o ensino acadêmico para as mulheres só foi permitido no início da Primeira República, em 1892, a participação feminina nas exposições só se dava na condição de “amadoras”.

O direito ao voto feminino está relacionado às reivindicações de mulheres por inclusão nos espaços de educacionais e políticos. Não existem registros na Constituição de 1891 que proibissem as mulheres do direito ao voto, porém, a Carta Magna só permitia que cidadãos acima de 21 anos alfabetizados pudessem votar e poucas eram as mulheres que tinham acesso à educação nesse período, já que só foi permitido no ano seguinte. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi fundamental na luta por esse direito. Após uma série de reivindicações conseguiu aprovar um Código Eleitoral Provisório e o Decreto nº 21.076 de 28 de

fevereiro de 1932 que concedia a permissão ao voto de mulheres casadas com o consentimento do esposo, e as solteiras e viúvas com a condição de que possuíssem renda própria, mas o apogeu foi com a promulgação da Constituição Federal de 1934 que consolidou o voto feminino no Brasil (BARBOSA; MACHADO, 2012).

Portanto, é possível perceber que assim como as mulheres enfrentavam restrições na utilização do espaço público elas também eram impedidas do acesso à educação e de exercerem seus direitos políticos. O direito ao voto só foi possível após as reivindicações dos movimentos femininos que por muitos anos foi pautado nas demandas de mulheres brancas de classe média, não considerando a realidade de mulheres negras, tanto no acesso aos direitos sociais e políticos, quanto ao usufruir dos espaços públicos e privados.

### **1.3 Produção das cidades, racismo e sexismo**

O espaço é definido como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações que estão intimamente conectados e permeados de contradições. Esses sistemas se relacionam de maneira que os objetos são condicionantes para as ações e ao mesmo tempo as ações produzem novos objetos ou irão transformar os que já existem (SANTOS, 2008). Alinhando à ideia de Lefebvre (2006), o espaço urbano é produto de um sistema econômico e social que se altera a medida em que essa ordem se modifica, em função da produção e reprodução do capital, das organizações dos fluxos e redes de compartilhamento e a organização do trabalho. A prática espacial, no sentido homogêneo, nada mais é do que a prática social, sujeita à prática política e ao poder do Estado, sobre um determinado território.

O espaço urbano, é reflexo das relações sociais que são estruturadas por hierarquias e mecanismos de dominação e controle, ainda que discursivamente tenha a intenção de produzir lugares neutros. Um plano urbanístico é a materialização política de um modo de vida que se sobrepõe sobre o outro (LEFEBVRE, 1999). O processo de urbanização que privilegia o poder econômico em função do uso equitativo da cidade, transforma o solo e a vida no urbano em mercadoria, cria cidades segregadas, onde os que são despossuídos de poder

econômico e político são expulsos das regiões privilegiadas e bem equipadas das cidades (MARICATO, 2015; HARVEY, 2012; LEFEBRVE, 2001).

Assim, compreendemos que o espaço é construído para a configuração e manutenção de uma ordem social que condiciona as práticas sociais. Ou seja, a produção e a reprodução das formas de poder estão presentes na constituição do espaço arquitetônico e o coloca a serviço dos mecanismos da disciplina dos sujeitos e modos de existência. A forma como o espaço urbano é produzido atua no controle dos corpos de maneira que influencia em quais sujeitos irão transitar e permanecer nos espaços contribuindo para a reprodução da subordinação nos usos da cidade. Revela também que essas normas de manutenção de poder são reproduzidas pelos profissionais que projetam as cidades, através de estratégias e aparatos que vão determinar os usos nos espaços públicos e privados (FOUCAULT, 1987; GARCIA, 2018).

O desenvolvimento das cidades brasileiras sobretudo a partir do século XX tem em sua gênese a exclusão da população negra, pobre e das mulheres que se mantém na atualidade. Com o processo de urbanização das cidades e o aumento do contingente populacional devido à migração campo-cidade, sobretudo nas metrópoles, o poder público junto aos planejadores urbanos da época deu início a uma grande reformulação urbana que tinha como objetivo tornar as cidades mais semelhantes ao padrão urbanístico europeu. A abertura de novas vias e o alargamento das existentes foram realizadas para facilitar o escoamento e a distribuição de mercadorias. A população negra, que era associada a propagação de doenças, foi expulsa dos centros urbanos e obrigadas a se abrigarem em regiões irregulares, ausentes de infraestrutura urbana de qualidade, dando início a formação das periferias, cortiços e favelas<sup>4</sup> comuns às cidades brasileiras. Essa

---

<sup>4</sup> É importante mencionar brevemente sobre a história do Morro da Conceição, a primeira favela formada no país, na cidade do Rio de Janeiro. O Morro da Conceição está localizado próxima ao Centro da cidade e da Zona Portuária, que era o local onde desembarcavam o ouro e minério trazidos de Minas Gerais no século XVIII. Segundo Santos (2016) devido à chegada dessas mercadorias no porto, houve a necessidade da construção de galpões naquela região. A transferência do comércio de escravos do centro da cidade para a Praça Mauá, no porto, fez com que a essa área se tornasse um polo central de comércio negreiro. Isso fez com que aumentasse a quantidade de pessoas que transitavam naquele espaço: as envolvidas no tráfico negreiro e os trabalhadores que transportavam as mercadorias. As mudanças de função da Zona Portuária e a sua consolidação como local comercial fez com que as encostas e morros vizinhos, como o Morro da Conceição, fossem ocupados de forma que o porto fosse visto como local de trabalho e os morros como lugar de moradia.

reestruturação adaptou a ordem senhorial-escravista nas cidades capitalistas, onde a terra é mercadoria e passa ter valor no processo de acumulação de riquezas (PAULA, 2016; ROLNIK, 1989).

A população negra, desprovida da posse terras e condição material para se manter nas áreas privilegiadas da cidade é expulsa para as margens e começa a habitar locais com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, distante do centro da cidade dotado de serviços. É possível perceber que a preocupação do Estado não era com o bem-estar da população ou com o funcionamento urbano, o propósito era higienizar o espaço desses corpos indesejáveis e conter a população. Essa prática de expulsão das pessoas negras das regiões centrais só tem sua dinâmica reconfigurada ao longo dos anos através de reformas e reestruturações do espaço urbano perpetuando a lógica do racismo estrutural (PAULA, 2016).

Assim, os territórios negros são marcados pela ausência de planejamento urbano, os equipamentos públicos funcionam precariamente, já que o poder público concentra os recursos nas regiões mais privilegiadas da cidade e quando atua nessas áreas frequentemente é utilizando da violência para com esse grupo. Além da exclusão e marginalização, os espaços negros na cidade são comumente associados a criminalização, vistos como locais de violência e desconfiança. Por mais que na legislação brasileira não houvesse a segregação legal dos negros, os seus espaços são segregados e marginalizados. As favelas são tomadas como sinônimos do caos e da desordem, lugar da marginalidade e quando experencia a presença do Estado, normalmente é através da violência das viaturas policiais seja para extermínio dos corpos ou expulsão dos moradores para outras regiões mais precárias da cidade. Historicamente os territórios negros são estigmatizados na cidade, se no período escravocrata ao negro era reservado a subumanidade e a barbárie, no capitalismo industrial virou sinônimo de marginalidade (PAULA, 2016).

Se o estudo da marginalização da população negra adicionar o fator gênero nas análises, outra face da perversidade do racismo e também do patriarcado é apresentado. O resultado desse entrecruzamento de opressões é o que se se conceitua como “matriarcado da miséria”, que é característico das condições de vida imposta a mulheres negras em função da dupla asfixia social causada pelo racismo e sexismo (CARNEIRO, 2000). Elas são maioria nas comunidades consideradas irregulares, 66% das habitações em áreas de vulnerabilidade são

chefiadas por pessoas negras, mulheres em sua maioria, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2011). Isso ressalta que, historicamente, as mulheres negras brasileiras são as maiores vítimas de exclusão, são rejeitadas e discriminadas socialmente, protagonistas e por vezes são condicionadas a assumir o papel de liderança e resistência no contexto de marginalização e pobreza em suas comunidades (CARNEIRO, 2000).

Além da precariedade e da falta de infraestrutura urbana dos locais em que essas mulheres residem, elas ainda experienciam o zoneamento da cidade em função da divisão sexual do trabalho. Helene (2019) discorre que a partir do estabelecimento e avanço do processo de industrialização, a estrutura urbana é projetada para separar os espaços de trabalho e moradia, criando arquiteturas direcionadas para cada função, zonas urbanas separadas pelo funcionalismo e isso passa a estruturar o que é público/produtivo e privado/reprodutivo sendo o primeiro de domínio masculino e o segundo local adequado ao gênero feminino. A desigualdade na inclusão das mulheres nos espaços cerceia a possibilidade de quem elas decidam politicamente sobre a sua apropriação da cidade (MERLI, 2018).

A inserção da mulher no mercado de trabalho e no sistema produtivo a partir do século XX fez com que os homens aceitassem a divisão das despesas com as mulheres, mas não assumiram a responsabilidade de compartilhar as atividades domésticas e reprodutivas fazendo com que as mulheres assumissem as duas funções (CARNEIRO, 2000). Ou seja, além da dupla jornada entre trabalho produtivo e doméstico/reprodutivo, a necessidade de circulação pela cidade para as mulheres é maior em relação aos homens, já que sua relação com os espaços públicos é feita de acordo às necessidades dos filhos e da casa, acompanhando-os em creches, escola, parques, praças e indo aos supermercados, padarias e farmácias comprar os mantimentos da casa. São elas também que realizam viagens relacionadas a serviços de saúde da família. Locomovem mais pela cidade em função do trabalho reprodutivo do que os homens, normalmente elas transitam 4 vezes mais do que eles, também fazem rotas diversificadas, e costumam se deslocar mais fora dos horários de pico e comumente utilizam modais mais baratos quando pertencentes às classes sociais menos favorecidas. Isso afeta o tempo que elas têm disponível para usufruir da cidade de maneira contemplativa, tendo assim

seu direito de cidadã limitado ao papel social a que foram condicionadas (HELENE, 2019; MERLI, 2018; LYRA, 2017).

Maricato (2015) ressalta que o ambiente urbano é moldado conforme as necessidades do capital como mercadoria geradora de lucro para atender e reproduzir as demandas da produção e circulação de dinheiro sem considerar as necessidades das pessoas. O Estado, as grandes empresas privadas impõem à população, sobretudo a desprovida do acesso à cidade e situadas em contexto de precariedade códigos e planos urbanos que atendem aos seus interesses e que em geral não pautam as necessidades comuns dos habitantes. Os inconvenientes causados por essa hierarquização de prioridades e interesses são a grande causa de zoneamentos segregadores que geram distância entre habitação e serviços essenciais, periferação, baixo investimento em transporte público e a violência urbana. Um exemplo simples de como isso pode ser justificado é observar como a mobilidade urbana é pensada. Normalmente as linhas de transporte público são projetadas para conectar os bairros periféricos ao centro, mas não liga a periferia aos bairros vizinhos, atendendo somente à dinâmica masculina de locomoção, que se articula no movimento linear ou pendular entre casa e trabalho. Essa exclusão promovida pela maneira de projetar o transporte público se desdobra em dificuldade de locomover pela cidade para as mulheres negras e não-brancas (LYRA, 2017; HELENE, 2019).

No contexto de desigualdade socioeconômica, o transporte individual como o carro e a motocicleta são inacessíveis, sendo privilégio de apenas uma parcela da população. O cotidiano de uma mulher branca de classe média que utiliza transporte individual e particular e paga por serviços domésticos é bastante diferente das mulheres negras, pobres e periféricas que são marginalizados pelo racismo e sexismo e dependem dos serviços públicos. A forma como a esfera pública vai tratar a voz dessas mulheres no espaço urbano também é desigual, ainda que a opressão de gênero esteja presente na vida delas de alguma forma (LYRA, 2017). A especulação imobiliária nas regiões centrais e mais abastadas, o espraiamento urbano, a dispersão da pobreza e a precarização dos locais de moradia recai com maior peso no cotidiano das mulheres, sobretudo mulheres negras, que têm maior dificuldade em usufruir das centralidades e da cidade pelo aglomerado de funções e tarefas, falta de infraestrutura e ineficiência do transporte



público (HELENE, 2019).

A liberdade das mulheres fora de casa é restringida. Ao andarem na rua após escurecer estão sujeitas ao assédio e ataque sexuais dos homens. Se não houver transporte público acessível e qualidade, há a possibilidade de ficarem restritas, já que não conseguem pagar financeiramente por uma alternativa privada. Estarem acompanhadas dos seus filhos podem não ser bem-vindas em locais como bares, lojas e restaurantes. O planejamento urbano tal como é feito com que a cidade se tornasse um ambiente hostil e alienante em que os edifícios são meros objetos alocados nos espaços abertos sem conexão uns com os outros, ligados por vias que servem para ir de um ponto ao outro passando por diferentes aspectos da vida cotidiana como casas, lojas, fábricas, escritórios, todos em áreas separadas. Essa separação tem impacto maior na vida das mulheres, porque elas não têm uma rotina que seja bem dividida entre espaço de trabalho, lazer e moradia como a dos homens (JOS *et al*, 2022<sup>5</sup>).

Portanto, as cidades são produzidas por diversos agentes e interesses, sobretudo para atender à demanda de lucros do capital, excluindo uma parcela da população do acesso à moradia digna dentro do mercado formal. Elas são regidas por planos urbanos e códigos que se sobrepõem à população que vive em condições precárias em função da ausência da detenção de capital. O grupo hegemônico por trás da ordem capitalista e que, conseqüentemente, demanda sobre o espaço urbano não se preocupa com as necessidades dos diversos modos de vida presentes na cidade (LYRA, 2017).

As cidades brasileiras apresentam diversos problemas em decorrência da hierarquização de interesses e prioridades como as grandes distâncias e a segregação gerada pelos zoneamentos, a pressão imobiliária e a periferização, a baixa qualidade nos transportes públicos e a violência urbana. Esses são aspectos

---

<sup>5</sup> Retirado do original: "Women's independence is severely restricted outside the home. If we walk on the streets after dark, we are accused of inviting violent sexual attack from men. If we do not have cheap and convenient public transport, we are physically restricted since most of us cannot afford a private alternative. If we are with our children we are made unwelcome in pubs, shops, restaurants and public buildings. Recent urban planning has provided us with a cold, alienating environment in which buildings have become free-standing 'objects' lost in a sea of unusable open space, disconnected from each other and linked by roads which merely serve the function of getting from A to B as different aspects of life; homes, shops, factories and offices are all in separate areas. This segregation has affected women more than man, because our lives have never been so neatly partitioned between the different areas of work, leisure and home in the way that men's have." p. 4.

que afetam negativamente a vida de todos os moradores das cidades em diferentes graus, mas tem peso negativo principalmente na vida de mulheres negras. O planejamento urbano pode ser um mecanismo implantado tanto para renovar como para reforçar as relações sociais racistas e patriarcais, a depender como a distribuição material é pensada para a cidade (LYRA, 2017; HELENE, 2019).

A maior parte do ambiente foi pensado tomando como referência os estereótipos e papéis de gênero relacionados ao trabalho de mulheres e homens. A disposição das cidades, os locais de residência e trabalho e algumas edificações reforçam que o trabalho produtivo é domínio masculino. Como se os homens trabalhassem a maior parte do dia fora de casa com pouca responsabilidade sobre o seu cotidiano e com o cuidado com os filhos. Também presume que mulheres não trabalham fora de casa, quando esse não é um padrão reproduzido pela maior parte da população (JOYS *et al*, 2022).

A análise de gênero na cidade precisa estar acompanhada dos estudos raciais e de classe social, uma vez que a experiência no espaço urbano é intrínseca a essas condições. O acesso à cidade a partir das demandas do trabalho feminino fazem com que a sua participação política seja limitada. No contexto brasileiro, a junção do trabalho produtivo, reprodutivo e doméstico centrados na figura feminina impõe duplas ou triplas jornadas de trabalho, negligenciam a necessidade de lazer das mulheres e as afastam da possibilidade de organização coletiva para reivindicação de liberdade e agência de seu próprio destino na cidade e sociedade. O espaço público não se configura como um espaço seguro da perspectiva da violência de gênero, já que comumente mulheres são assediadas e tem os seus corpos violados devido à estrutura patriarcal que determina ao homem o controle dos corpos femininos (LYRA, 2017).

O espaço urbano ainda foi criado de forma a reproduzir e facilitar os papéis de gênero centrado nas experiências masculinas sem considerar como essa mesma cidade causa entraves no cotidiano das mulheres quando ignoram a sua vida urbana. Essas normas patriarcais e excludentes podem ser agravadas conforme são adicionados os contextos étnicos, econômicos, geográficos e raciais. As mulheres negras, por exemplo, estão em maior número no trabalho informal, estando sujeitas a maior precariedade na cidade e não usufruem de moradia, lugar de trabalho seguros e transporte de qualidade (KERN, 2019; LYRA, 2017).

#### **1.4 Cidade branca e masculina, corpo negro e feminino**

Milton Santos (1996) discute sobre o cotidiano relacionado as três dimensões humanas: a corporeidade, a individualidade e a socialidade. A corporeidade trata da dimensão objetiva do corpo humano, como o indivíduo se vê e se apresenta ao mundo, dá conta também da educação, mobilidade, riqueza, localização e lugaridade. A individualidade, por outro lado se trata das dimensões subjetivas, tem a ver com a forma como o indivíduo se conscientiza sobre si mesmo, do outro, do coletivo e do mundo. A socialidade ou a transindividualidade seria a relação entre os indivíduos, fenômeno do encontro, de estarem juntos. Essas relações acontecem nos espaços.

O corpo é o território de onde dizemos o mundo, por onde se é permitido viver e expressar o universo. Torna possível as ações, pensamentos, olhares e sentimentos. É o anúncio do movimento e das memórias. Circula entre os espaços, interno e externo, dentro e fora. Desloca-se, cria percursos e trajetos. É o corpo que experiencia a cidade e faz com que seja possível sentir, pensar, dizer e transformá-la. Essa relação é mútua, já que a cidade usa dos corpos dos sujeitos, que praticam a vida nos territórios e lugares, para marcar sua existência. Seria possível então, explorar o espaço como tendo cinco dimensões. Essa quinta seria o que é o cotidiano. O cotidiano é o encontro das individualidades nos espaços, associado ao tempo. O cotidiano no urbano é marcado pela relação entre corpo e cidade. A partir dela e do movimento dos corpos que a vida urbana se faz. O corpo vive a cidade e essa se faz por meio dos corpos dos sujeitos (HISSA E NOGUEIRA, 2013; SANTOS, 1996).

Tratando-o agora, não na dimensão individual, mas enquanto mediador social, o corpo transita nos espaços-tempos em que a vida cotidiana acontece, se abre para o vivido dentro de uma prática socioespacial permeada de normas. O mundo capitalista neoliberal imprime normas públicas e privadas que se impõem ao poder público, normas formais e informais. O uso dos lugares por meio do corpo para a realização do cotidiano está ligado à ação dos sujeitos que produzem uma vida concreta, imprimem as marcas de uma sociedade e sua construção histórica. O corpo junto à materialidade do espaço contempla a cultura e a manifestação do viver de um grupo em um determinado território. Dessa forma, a cidade se

apresenta como espaço-tempo da ação que fundamenta a vida humana, o lugar onde a vida acontece (CARLOS, 2014; SANTOS, 1996; HISSA E NOGUEIRA, 2013, SANTOS, 2008).

O cotidiano e a prática da cidade associada às normas que os estruturam, nas cidades capitalistas estão submetidos à imposição da propriedade privada e a produção do espaço urbano voltado às demandas do capital. Assim, o corpo expressa as relações sociais dentro uma lógica dupla e antagônica que se dá na subordinação/subversão. Portanto, os sujeitos contatam o espaço através do corpo, esse é o meio que os conecta ao mundo e aos outros dentro do cotidiano estabelecido pelas normas espaciais e temporais. A vida cotidiana acontece a partir da relação espaço tempo e dessa forma a vida adquire uma dimensão física e, o que induz a pensar que essa, necessariamente tem uma condição pressuposta. Torna-se possível compreender que todas as relações ocorrem em lugares no espaço em um determinado tempo. Aqui, toma a cidade como agente que coopta a vida por meio dos corpos e dos seus sentidos (CARLOS, 2014). O cotidiano permeado de normas apresenta também a possibilidade para a espontaneidade e para constituição novas formas e usos do espaço (SANTOS, 1996).

Essa relação entre corporeidade, individualidade e sociabilidade vai ser também um definidor da cidadania. No Brasil, a cidadania dos negros é afetada pela corporeidade. A diferenciação do exercício da cidade em uma mesma sociedade está diretamente ligada ao corpo. A cidadania envolve a relação dessas três dimensões, nos âmbitos políticos, jurídicos e no exercício do conhecimento e reivindicação de seus direitos (SANTOS, 1996; SILVA, 1997).

Como forma de exemplificar essa relação, o texto apresentará em alguns relatos de Carolina Maria de Jesus, compreendendo a partir da autora Gabriela Pereira (2015) a associação do seu corpo com a experiência na cidade. Esse corpo que afeta e é afetado por diversos atravessamentos e se apresenta em territórios cujos limites são definidos, quase sempre, por outras corporeidades e sujeitos, opostos ao seu corpo de mulher negra.

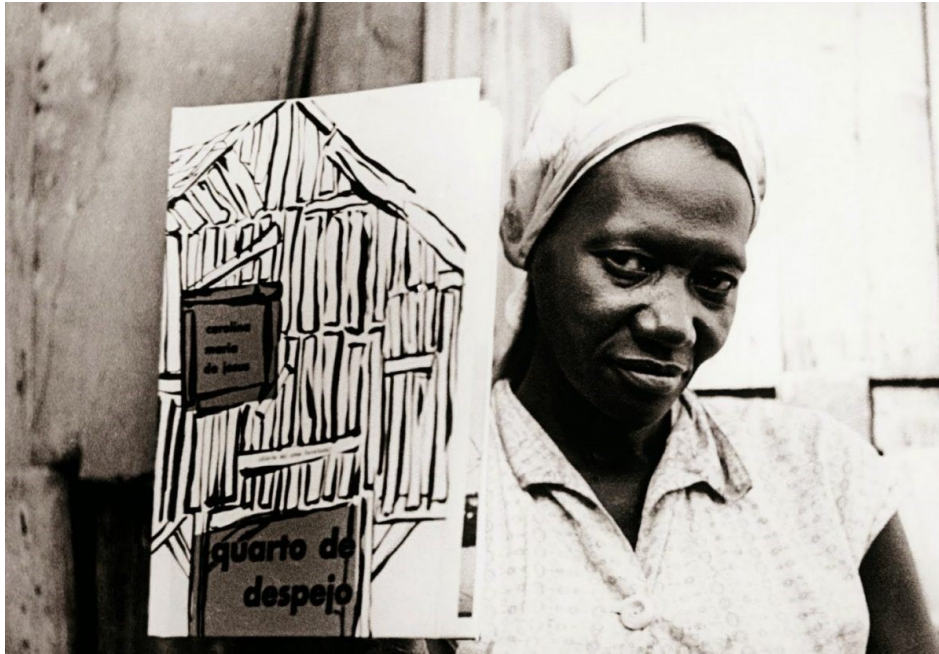


Figura 1: Carolina Maria de Jesus e a capa da primeira edição de "Quarto de Despejo".  
Fonte: Marques, 2018.

A favela, comumente caracterizada pela construção de habitações precárias em locais desprovidos de infraestrutura, é tida como lugar perigoso e repleto de conflitos. Por vezes esse discurso é alterado e ela se apresenta de maneira ambígua, como sendo um lugar receptivo, onde residem famílias decentes e que os moradores constroem redes de solidariedade. Longe de apresentar uma visão fictícia ou romantizada da favela do Canindé, Carolina de Jesus (1960), por vezes tece críticas e apresenta os seus sentimentos em relação ao lugar em que vivia. Se sentia um objeto dispensável pelo poder público em um ambiente precário. Narra que via a cidade como a sala de visitas, lugar estruturado onde ficam localizadas as coisas de qualidade e a favela seria o quarto de despejo onde era jogado tudo que não era desejável aos olhos. Em seu livro, *Quarto de despejo*, Carolina relata que não gostava, também, da personalidade com que as redes de sociabilidade eram construídas entre os vizinhos, pois se sentia hostilizada por ser mãe em uma estrutura familiar monoparental, sobretudo por outras mulheres. Conta como é transitar pela cidade de São Paulo, sendo uma mulher preta, favelada, que precisava catar papel para sobreviver. Ao mesmo tempo em que ela questiona a existência da favela e a forma como é tratada tanto pelo poder público, quanto por seus vizinhos, quando se via ameaçada em outras regiões da cidade, utilizava do

fato de ser moradora do Canindé para afastar quem a apresentasse perigo ou a importunasse.

Carolina por meio de seus escritos, denunciava modos de vida que se reproduzem na cidade, sobretudo nas periferias. A existência desse corpo negro e feminino na cidade é permeada por uma série de opressões existentes na sociedade. Contudo, ainda que existam essas violências no cotidiano, a não adequação ao que é normatizado, pressupõe uma abertura que é dada através da subversão. Ao invés de se confinar ao espaço que lhe é imposto pelas estruturas racistas e patriarcais que produzem a cidade, Carolina de Jesus caminha pelos espaços públicos incomodando e subvertendo a ordem social tanto por sua corporeidade quanto pela lugaridade, seu território de origem. A consciência da representação de seu corpo e seus marcadores denuncia o descaso com que é tratada no espaço urbano e na sociedade através dos seus escritos. A autora se mostra como um símbolo de enfretamento de algumas de muitas normas que a cidade branca e masculina impõe cotidianamente aos corpos negros e femininos, sobretudo pobres que existem até a atualidade.

Portanto, a relação corporeidade, individualidade e sociabilidade é permeada de diversos infortúnios quando inseridas no espaço-tempo ou no cotidiano, sobretudo para as mulheres negras que têm a sua cidadania questionada e tolhida no viver e produzir a cidade. O reconhecimento do seu corpo enquanto lugar que se insere e é inserido em um espaço a partir das estruturas sociais é fundamental para denunciar os modos desiguais de vida e reivindicar uma realidade política e social diferente no cotidiano e na cidade.

### **1.5 Interseccionalidade e o Direito à cidade**

Partindo do cerceamento da cidadania a que negros, principalmente mulheres negras são submetidas historicamente, dissertar sobre a relação interseccional no exercício do direito à cidade se faz fundamental. No final do século XX as ciências sociais e humanas começaram a reivindicar os estudos de gênero no espaço acadêmico, mas essas análises se centravam majoritariamente nas experiências de mulheres brancas tratando-as como universais, acabavam por excluir as vivências e mulheres negras. A partir disso, passou a se reivindicar a

inclusão da questão racial nos estudos de gênero e movimentos de mulheres. Essa demanda foi atendida primeiramente nos Estados Unidos e Canadá. Nas décadas de 1970 e 1980 as feministas negras como Angela Davis e Audre Lorde e as mulheres do Combahee River Collective, que foi uma organização feminista negra e lésbica ativa em Boston nos anos de 1974 a 1980, desafiaram o movimento de mulheres a compreender as diferentes formas de opressão que mulheres não brancas e homossexuais estavam sujeitas. Alguns anos depois essas demandas chegaram ao Brasil mesmo sob forte resistência por parte das feministas brancas. Foi nesse período que surgiram as referências intelectuais e de liderança como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro que colocavam em pauta a necessidade de observar as diferenças entre as mulheres e não as colocar em uma categoria universal nos estudos de gênero. De acordo com elas, a questão racial é um determinante para essas divergências, uma vez que mulheres negras passam a cidade permeada de restrições e desigualdade que não atingem as mulheres brancas. Desde então, a articulação entre raça e gênero tem ganhado cada vez mais espaço na academia e em diversas áreas do conhecimento (OLIVEIRA E BORTOLUCCI, 2016; KERN, 2019<sup>6</sup>; FALQUET, 2018).

A partir dessa reivindicação, o termo interseccionalidade vem sendo pautado pelo feminismo negro desde o fim do século XX, com reconhecimento social no século XXI, que surge em função da ausência da abordagem racial dentre as teorias feministas que tomam a visão de mulheres brancas como única, como também dos movimentos negros que por muito tempo se centrou nas experiências masculinas, como forma expor as especificidades da necessidade de mulheres negras e a reivindicação de sua própria narrativa e espaço no movimento. A interseccionalidade é uma ferramenta de análise metodológica usada para pensar o racismo, capitalismo e o cisheteropatriarcado de forma indissociáveis, e dessa forma, à medida que essas opressões se sobrepõem, colocam mulheres negras em maior situação de vulnerabilidade nessas estruturas (AKOTIRENE, 2019).

O conceito foi cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989 e teve força e desenvolvimento ao longo da década de 1990 por feministas negras como Patricia

---

<sup>6</sup> Retirado do original: "In the 1970s and 1980s, black and women of colour feminists like Angela Davis, Audre Lorde, and the women of the Combahee River Collective were challenging the mainstream women's movement to come to terms with the different forms of oppression faced by woman outside the white, heterosexual middle class." p.16.

Hill Collins e *bell hooks*<sup>7</sup>. A interseccionalidade transformou a forma como o feminismo entendia as relações entre os sistemas de privilégios e opressões incluindo o racismo, classismo, homofobia e capacitismo junto às análises de gênero (KERN, 2019<sup>8</sup>). No contexto brasileiro, Akotirene (2019) analisa o lugar da mulher negra na sociedade a partir do entrecruzamento das opressões causadas pelos marcadores sociais. Dessa forma, as condições raciais e sexuais fazem com que as mulheres negras americanas e indígenas sejam os corpos marginalizados e explorados no sistema capitalista. A ideia da superioridade do homem branco transforma a diferenciação dessa condição em desigualdades e para as mulheres não brancas, as chances de serem oprimidas é triplamente maior (GONZALEZ, 2011).

Apropriando da ideia de Lefebvre (2001), de que o Direito à Cidade é um exercício de cidadania coletivo na construção de espaços democráticos e igualitários, mulheres e negros não são atuantes nas tomadas de decisões que concebem e alteram o urbano e sequer são protagonistas em seu destino nela. A cidade é dominada por homens brancos que discriminam, oprimem e marginalizam mulheres negras, principalmente periféricas, mantendo seus postos de poder em uma estrutura racista e patriarcal (GARCIA, 2012).

As cidades brasileiras apresentam diversos problemas em decorrência da hierarquização de interesses e prioridades como as grandes distâncias e a segregação gerada pelos zoneamentos, a pressão imobiliária e a periferização, a baixa qualidade nos transportes públicos e a violência urbana. Esses são aspectos que afetam negativamente a vida de todos os moradores das cidades em diferentes graus, mas tem peso negativo principalmente na vida de mulheres negras. O planejamento urbano pode ser um mecanismo implantado tanto para renovar como para reforçar as relações sociais racistas e patriarcais, a depender como a distribuição material é pensada para a cidade (LYRA, 2017; HELENE, 2019).

---

<sup>7</sup> A escritora Gloria Jean Watkins adota o nome artístico “bell hooks” em homenagem a sua bisavó e o utiliza em caracteres minúsculos para enfatizar que o essencial é o que está em seus escritos, não o seu nome.

<sup>8</sup> Retirado do original: [...] “Their work led to the development of what we now call intersectional feminist scholar Kimberlé Crenshaw in 1989 and further developed through the 1990 by black feminists such as Patricia Hill Collins and bell hooks. Intersectionality led to a radical shift in how feminism understood the relationships among various systems of privilege and oppression including sexism, racism, classism, homophobia, and ableism.” p.16.



O desinteresse em discutir e transformar as estruturas que produzem as desigualdades é proposital, já que o silenciamento de quem é marginalizado é conveniente para a manutenção perpetuação de hegemonia e dos privilégios do quem é dominante. Dessa forma, os estudos relacionados à instrumentalização da sociedade para uma prática que erradique esses problemas históricos são incompletos e superficiais (BERTH, 2019).

O Brasil urbanizado é negro e feminino e são esses os grupos que precisam ser ouvidos quanto ao que os impede de exercer o Direito à Cidade na sociedade brasileira. Reconhecer as desigualdades que atingem esses grupos se torna fundamental para a criação e implementação de políticas públicas para equiparar as condições de vida no espaço urbano. A abordagem racial e feminina sobre o espaço urbano ainda é recente e é necessário avançar no empoderamento de negros e mulheres para o questionamento e ruptura dos sistemas de dominação vigentes (GARCIA, 2012).

A cidade vem sendo palco para as manifestações dos movimentos feministas desde o início do século XX. As ruas eram tomadas para reivindicação de direitos sociais e igualdade salarial. O feminismo se produziu a partir das manifestações públicas e urbanas essencialmente. O movimento se constitui a partir do direito de ocupar fisicamente os espaços públicos e é central nos questionamentos como as espacialidades público/privado são constituídas como suporte para as hierarquias de gênero (GARCIA, 2018). Desse modo é possível associar o corpo à subversão e resistência às estruturas de poder que castram a subjetividade e impõem os espaços de pertença dos sujeitos de acordo com os seus marcadores sociais que irão ditar quem tem acesso ou não à propriedade privada e aos privilégios do sistema capitalista. Esses corpos, contrários ao que o capital tem como padrão, são os que produzem novas formas de se pensar a existência e a vida, mesmo que só os reste o corpo (CAMPOS, 2021).

Para Kern (2019), ler a cidade a partir do feminismo é reivindicar contra um conjunto de relações de poder que estão conectadas. Questionar mulheres sobre a cidade vai além de questionar a divisão de gênero. A segurança pública das mulheres não pode ser pensada a partir de um mecanismo que leva a violência policial para comunidades de cor. Facilitar o acesso aos carrinhos de bebês pode estar associado às necessidades das pessoas com deficiência e dos idosos.

Reivindicar o espaço urbano para as mulheres deve ir no sentido contrário de perpetuar práticas e discursos coloniais.

Pensar na relação intrínseca entre corpo-cidade-cotidiano diante do que Lefebvre (2001) concebe o Direito à Cidade como sendo exercício de cidadania coletivo na construção de espaços democráticos e igualitários, as mulheres, sobretudo mulheres negras, estão a margem desse direito e não atuam nas tomadas de decisões que constroem e transformam o urbano. E se a cidade não se encontra alinhada ao desfrute desse direito equitativo para todos os grupos sociais, ela precisa ser transformada. O direito à cidade não pode ser só um direito à visita ou o acesso a aquilo que já existe, mas sim o direito à vida urbana, de transformar a cidade de acordo com as demandas de toda a população (HARVEY, 2014).

O protagonismo precisa ser passado para as margens e periferias e deixar de ser visto somente como local de perda de privação, mas como símbolo de resistência a possibilidade. Kilomba (2019) nesse sentido, enxerga a margem como espaço de abertura radical em que as ideias de opressão pautadas em raça, gênero e sexualidade são questionadas, desafiando a autoridade colonial seus discursos hegemônicos, imaginando novos mundos e discursos.

Para tanto, seria necessária uma mudança que a autora chama de perspectiva do sujeito, que consiste em desconstruir a ideia de indivíduos, para que ajam como sujeitos, assim protagonistas, de suas realidades sociais e sintam-se contemplados reconhecidos de forma relacional nos níveis político, social e individual, determinar tópicos, anunciar temas e agendas das sociedades que vivem. Significa ter, apesar de diferentes esferas de intersubjetividade, seus interesses individuais e coletivos reconhecidos, validados e oficialmente representados na sociedade. Desse modo, urge a necessidade de considerar a cidade apenas como plano de fundo e deslocar o foco para os sujeitos, para que as múltiplas cidades que emergem das relações e práticas sejam vistas (AGIER, 2015).

A possibilidade de existência de outras formas de viver a cidade ainda é construída nas lutas pelo direito à cidade e precisa estar alicerçada na compreensão da realidade de mundo que foi estruturado e se impõe. Construir essa nova realidade depende da negação da ordem vigente imposta pelas estruturas de

dominação desta sociedade. É necessário que o plano teórico esteja articulado à práxis como prática socioespacial. Dessa forma, a apropriação e o fortalecimento do conceito do Direito à Cidade dentro dos movimentos urbanos e sociais são fundamentais para que seja possível a criação de novas formas de se pensar e viver o urbano (HARVEY, 2012).

Diante o que foi exposto anteriormente, selecionou-se a Comunidade Cristo Rei, na cidade de Montes Claros/MG, como território para análise empírica em torno das questões teóricas que foram apresentadas. Esse local se constitui como um espaço de estigma no contexto montesclareense, sendo caracterizado pela marginalização, pobreza e exclusão. Doravante o trabalho trará um breve contexto sobre a cidade de Montes Claros para então apresentar a Comunidade Cristo Rei.



## **CAPÍTULO II**

### **COMUNIDADE CIDADE CRISTO REI: HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DE UM LUGAR DE EXCLUSÃO**



## 2.1 A cidade de Montes Claros

Montes Claros/MG, localizada na região norte de Minas Gerais, possui população estimada em 409.341 mil habitantes e se insere em um território de 3.576,76 km<sup>2</sup> estando a 418km de Belo Horizonte, a capital mineira. É classificada como a 6<sup>o</sup> maior cidade do estado e a 62<sup>o</sup> do país, 92,5% dessa população reside em área urbana. Possui limite ao norte com o município de São João da Ponte, na direção nordeste, Capitão Enéas, Francisco Sá ao leste, ao lado sudeste com Juramento, Glaucilândia e Claro dos Poções, ao sul com Bocaiúva, a oeste com Coração de Jesus e São João da Lagoa e na direção noroeste, com Mirabela e Patis (IBGE, 2019).

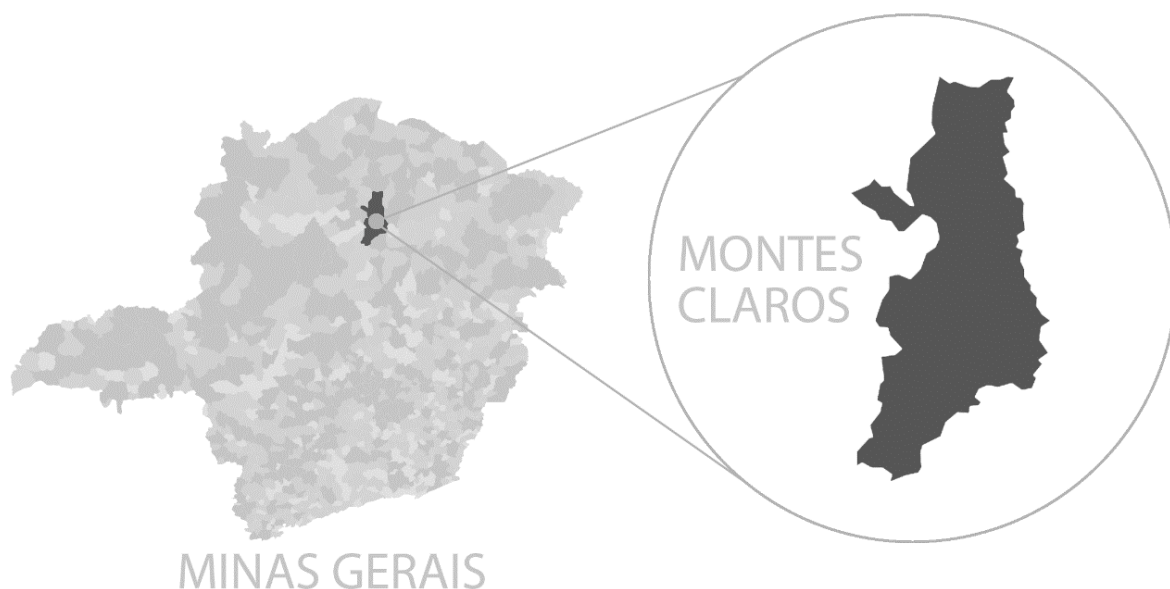


Figura 2: Localização de Montes Claros-MG. Fonte: IBGE (2022) Alterado pela autora.

O contexto de surgimento da cidade de Montes Claros está relacionado às ações bandeirantes paulistas que vieram para o norte de Minas em busca de ouro e pedras preciosas no século XVIII. Antônio Gonçalves Figueira e Matias Cardoso abandonam a bandeira de Fernão Dias, tornam-se colonizadores e vêm para o Sertão Mineiro à procura dessas riquezas. Assim foram fundadas três grandes fazendas: Olhos D'água, Jaíba e Montes Claros, situada às margens do Rio Verde Grande. Em 1707, Antônio Gonçalves Figueira ganhou uma sesmaria na cabeceira do Rio Verde formando a fazenda Montes Claros. A abertura de estradas de acesso

para facilitar o comércio de gado e seu conseqüente desenvolvimento fez com que a fazenda se transformasse em um arraial que passou a ser povoado por negros, indígenas e mineiros que procuravam se estabelecer em lugar fixo (CANAN, 2014).

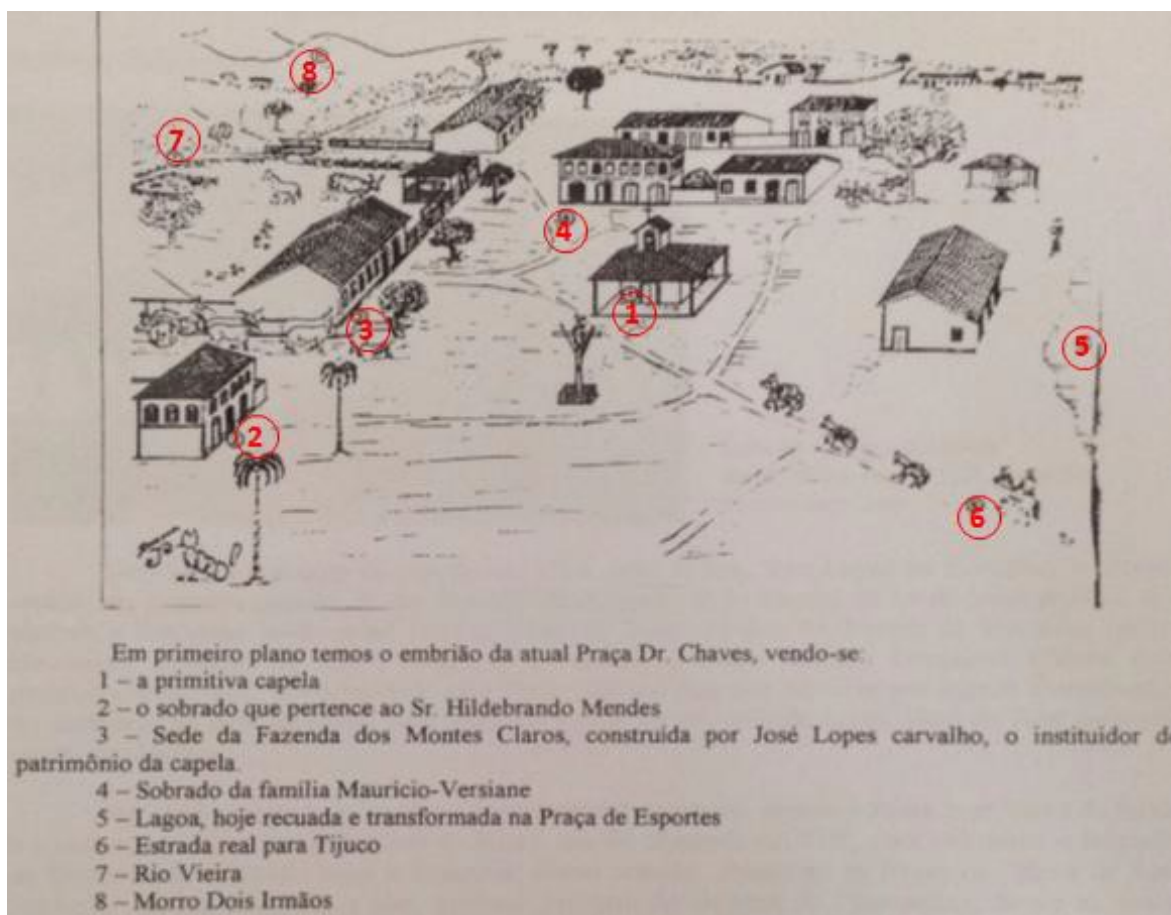


Figura 3: Maurício Milene Antonieta Coutinho - O patrimônio Histórico de Montes Claros.  
Fonte: Canan, 2014.

Anos depois Figueira se mudou para São Paulo e a fazenda foi adquirida por José Gomes que decidiu transferir a sede para mais abaixo do rio em função da falta de infraestrutura das edificações existentes. Após sentir necessidade de um espaço religioso para a sua família e moradores da vila, fez a doações de terra para que a Igreja pudesse construir uma capela em frente à sua casa. Essa nova edificação acabou se tornando um atrativo para que os fazendeiros vizinhos construíssem suas casas de passeio aos arredores (CANAN, 2014).



Figura 4: Casa sede da Fazenda dos Montes Claros construída pelo Alferes José Lopes de Carvalho.  
Fonte: Canan, 2014.

Dessa forma criou-se um povoado que primeiramente se chamava Arraial das Formigas, depois passou a ser Arraial de Nossa Senhora da Conceição e posteriormente São José de Formigas. Em 1831 cria-se a Vila de Montes Claros de Formiga e já no ano de 1857 recebe o título de cidade de Montes Claros, sendo que em 1832 o município já possuía autonomia jurídica e administrativa e uma Câmara Municipal (CANAN, 2014; GUIMARÃES, 2007).

Em 1926 a Estrada de Ferro Central do Brasil foi implantada em Montes Claros e fez com que o tecido urbano se expandisse consideravelmente, principalmente na direção sudoeste a partir do núcleo central. A ferrovia facilitou a circulação de mercadorias acentuando a importância da cidade como centro urbano e comercial, permitindo a ligação entre o norte e sul do país, conectando Rio de Janeiro e São Paulo com o interior de Minas Gerais e Bahia (CANAN, 2014). Na década de 1940 Montes Claros teve um aumento populacional expressivo como consequência das migrações causadas pelas secas e o desemprego na região. A partir dos anos de 1950 essa população foi aumentando e a ocupação do espaço passou a formar uma paisagem urbana fragmentada e descontínua, já que a população pobre ocupou o lado leste da ferrovia, embora houvessem vazios na região central. O surgimento desses novos loteamentos veio desacompanhado de



infraestrutura urbana causando problemas urbanísticos que ficaram à cargo de correção do poder público (ALKIMIM, 2021).



Figura 5: Obras de construção de um viaduto em Montes Claros em 1948.

Fonte: Alberto Bouchardet, 1948.



Figura 6: Estação de estrada férrea, Serafim Facella, 1930.

Fonte: Nassau, 2014.

Batista e Pereira (2018), tratam que no decorrer de sua história, Montes Claros passou por diversas transformações econômicas e morfológicas. Até 1960 teve sua produção ligada à agricultura e parte expressiva da população vivia no

campo. Esse cenário é transformado a partir da década de 1970 e ocasiona um rápido crescimento urbano ligado à articulação econômica entre industrialização e o setor de serviços. O aumento populacional teve como consequência o espraiamento da malha urbana, diante da necessidade e busca por moradia e culminou no surgimento de novos bairros e favelas, principalmente na região norte da cidade, enquanto a zona oeste é que menos se expande, por abrigar as classes mais abastadas.

#### EXPANSÃO URBANA DE MONTES CLAROS 1970-2010



Figura 7: Mapa de expansão urbana de Montes Claros 1970 – 2010.  
Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2021.

O processo de industrialização da cidade foi atrativo para que muita gente migrasse para a cidade em busca de trabalho. Contudo, as indústrias além de absorverem baixa quantidade de mão de obra, ainda procuravam por trabalhadores que possuíssem alguma especialidade nas funções exigidas, o que fez com que os migrantes da zona rural não fossem qualificados para preencherem essas vagas. Além disso, o fluxo migratório acabou por reduzir o valor da mão de obra na cidade e deixou vários migrantes desempregados, reforçando o processo de marginalidade urbana em Montes Claros. Esse contexto social fez com que os novos moradores não tivessem condições de adquirir ou alugar um imóvel em que pudessem morar o que culminou na ocupação irregular de espaços urbanos nas periferias, desprovidos de infraestrutura, iniciando o processo de favelização nas bordas da cidade (ALKIMIM, 2021).

Em um curto espaço de tempo o principal centro urbano norte mineiro passou a ser um polo comercial, econômico, político e cultural, recebendo fluxos de mercadoria, informação, capital e conseqüentemente de pessoas. O crescimento da cidade, a ocupação e os novos usos do solo, a inserção de novos loteamentos e a segregação socioespacial passaram a ser uma realidade na nova dinâmica urbana da cidade (CANAN, 2014).

Atualmente, segundo o Censo do IBGE de 2010, a população economicamente ativa em Montes Claros é de 51% dos habitantes. O setor terciário, a categoria de comércio e serviços, é a que mais exerce influência na economia da cidade junto ao setor industrial. A cidade de Montes Claros é considerada um polo regional não só pelos setores de economia, indústria e serviços, mas também pelo setor educacional. A Universidade Estadual de Montes Claros, o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, a Universidade Federal de Minas Gerais e as mais de 15 instituições privadas de ensino superior fazem com que o município exerça influência e também atraia um contingente populacional em função da oferta no setor da educação. Montes Claros é uma cidade média, a mais importante no polo nortemineiro, embora apresente números baixos nos índices socioeconômicos (ALKMIM, 2021).

## **2.2 História da Comunidade Cristo Rei**

Diante do breve contexto apresentado sobre o surgimento de Montes Claros, dentre os espaços marginalizados que surgiram no período de industrialização e expansão da malha urbana na cidade, se encontra a Comunidade Cristo Rei, localizada no Bairro Alto São João, na região centro-leste, adjacente ao núcleo central do município. É caracterizada por construções precárias e marcada por estigmatização, pobreza, exclusão, marginalização e discriminação, pela presença e domínio do tráfico de drogas e foi o território escolhido como centro das análises do trabalho (SANTOS, 2011; FONSECA, 2017<sup>9</sup>).

---

<sup>9</sup> Para a contextualização deste capítulo e apresentação de dados sobre a área estudada, o trabalho de dissertação O trabalho “*Planejamento em área de vulnerabilidade social: um estudo sobre o bairro Cidade Cristo Rei (Montes Claros – MG)*” de Guilherme Fonseca foi fundamental para a construção dessa pesquisa por abordar como a ausência de planejamento urbano junto à necessidade de ocupação dos grupos social e economicamente vulneráveis culmina em um espaço

## Montes Claros



Figura 8: Mapa de localização do Cristo Rei. Acervo da autora: 2021.

A história da origem do Cristo Rei começa a ser contada em 1933, a partir do Documento da Associação Comercial de Montes Claros de 1954. Neste documento a Comunidade Cristo Rei é descrita como uma chácara<sup>10</sup> de 22 alqueires, localizada em uma área rural na periferia da cidade que atualmente é bairro Alto São João (FONSECA E MONTE-MÓR, 2019).

Uma entidade religiosa chamada Conferência Cristo Rei adquire essa área após o arremate em um leilão no ano de 1944 pelo presidente Augusto Getúlio Vieira. Os líderes dessa entidade tinham como ideia a criação de um projeto que continha a construção de escolas, dormitórios, enfermaria para o auxílio e assistência completa à população pobre da cidade que seria denominado Cidade Cristo Rei. Esse é o nome da Comunidade até os dias atuais, sendo reconhecido pela Prefeitura e pelo Plano Diretor de Montes Claros (FONSECA, 2017; FONSECA E MONTE-MÓR, 2019).

---

caracterizado pela irregularidade dos assentamentos, aprofundando na Comunidade Cristo Rei como exemplo.

<sup>10</sup> Esse território passou por diversos compradores até 1944, mas atualmente pertence à Prefeitura de Montes Claros.

Na figura 9 é possível perceber que a chácara arrematada estava em um terreno com pouco desnível topográfico, delimitado por cercas e apresentava uma entrada com o nome do local. Havia poucas edificações e a principal construção existente era feita em adobe e telha colonial. O monumento destacado em amarelo, uma escultura de Jesus Cristo, marcava a propriedade pertencente a organização religiosa e no seu entorno aconteciam as missas e celebrações do Cristo Rei. O monumento e as edificações foram demolidas e atualmente dão lugar às residências dos moradores e onde estava o Cristo hoje se encontra a Praça da Escola Estadual Filomeno Ribeiro, que tem outra escultura de cunho religioso mesmo espaço.



Figura 9: Imagem de entrada do loteamento Cristo Rei, 1944. Fonte: Fonseca, 2017.



Figura 10: Arremate da Chácara, 1944. Fonte: Fonseca, 2017.

É possível analisar pela figura 10 que a assistência prestada pela organização vicentina era majoritariamente para a população negra que historicamente vive em condições materiais precárias e é o principal grupo a utilizar dos serviços e benefícios das práticas e políticas assistenciais na sociedade. Ao centro da imagem está o confrade presidente da associação e os homens de terno, um a sua esquerda e o outro no canto direito da foto são outros membros responsáveis pela associação, enquanto os adultos e crianças aos arredores eram a população que beneficiava dos serviços prestados pelo Cristo Rei.

A ocupação do Cristo Rei se inicia a partir da década de 1950, quando os migrantes da zona rural chegaram em Montes Claros e a Conferência Vicentina inicia o seu projeto de assistência integral à população pobre, embora as construções não tenham sido iniciadas na época. O grupo de confrades apoiava as



mulheres e a população em vulnerabilidade através do fornecimento de alimentos como feijão e fubá. Periodicamente eram realizadas missas que congregavam todas as pessoas. Aos poucos os confrades passaram a permitir com que esses migrantes construíssem pequenas casas no terreno como forma de moradia temporária. Dessa forma, a Conferência passou a se tornar uma referência para a população proveniente do campo que chegava na cidade a procura de emprego e moradia. (FONSECA, 2017). Pela figura 11 é possível ver que o entorno era ocupado por poucas construções, na época indicava a presença de muitos vazios entre a chácara e o núcleo central de Montes Claros. As missas costumavam acontecer ao ar livre no entorno do monumento localizado na Praça Dom Sartori.



Figura 11: Celebração de missa na praça Dom Sartori 1951.

Fonte: Fonseca, 2017.

Em 1970, Montes Claros passa por um aumento expressivo da população em função do êxodo rural. A quantidade de migrantes rurais que demandavam por terras também aumentou de tal forma que confrades já não conseguiram mais controlar a ocupação do Cristo Rei. O espaço foi ocupado sem autorização da

organização com a construção de pequenos casebres de adobe e a Conferência Vicentina considerava essas novas ocupações como invasão da sua propriedade.

Como uma forma de conter essa ocupação, os vicentinos requereram junto à Prefeitura o parcelamento da terra como uma solução viável. Em 1975 o ex-Prefeito Moacir Lopes (1973-1975) ofereceu um valor à Conferência pelas terras e decretou a desapropriação de 11.578,75m<sup>2</sup>. A proposta foi recusada pelos confrades pelo baixo valor e foi iniciado um processo da Entidade contra a Prefeitura de Montes Claros que só foi resolvida na gestão seguinte sob o mando do ex-prefeito Antônio Lafetá Ribeiro (1977-1982) (FONSECA, 2017).

Antônio Lafetá procurou a Conferência em abril de 1977 para negociar o valor de desapropriação do terreno e propor a criação e aprovação do parcelamento do terreno vicentino, além de levantar a topografia, definir os arruamentos, praças e fazer a terraplanagem sem gerar custos para os proprietários. Em contrapartida, a entidade religiosa deveria desistir da indenização pela desapropriação. Após a verbalização do acordo, a prefeitura levou mais de dois anos para oficializar documentalmente. A demora em iniciar as obras fez com que a conferência se repostasse a Sociedade São Vicente de Paula sobre a preocupação com a ocupação descontrolada, solicitando medidas urgentes que pudessem proteger o Cristo Rei. Em outubro de 1979 a Prefeitura oficializou o acordo e deixou à cargo da Conferência colocar os meios-fios, a instalação da rede elétrica e de água que foram colocados posteriormente (FONSECA, 2017).

A Prefeitura não executou de forma integral as ações previstas no acordo de 1977, mas criou e aprovou uma planta para o loteamento das terras da Conferência Vicentina. Além de regularizar a área, o parcelamento tinha como intuito integrar o Cristo Rei à malha urbana de Montes Claros. A aprovação desse projeto foi a primeira medida de planejamento urbano para o local, demarcou as suas fronteiras dentro de uma área total de 120.198m<sup>2</sup>. A região recebe oficialmente o nome de bairro Cristo Rei sendo composta por 14 quadras e 172 lotes, além da criação de uma praça, da paróquia e a separação de um terreno para a Escola Municipal Marcelina Lopes (FONSECA, 2017).



Figura 12: Primeiro loteamento aprovado pela prefeitura para a Comunidade Cristo Rei datado em 1977. Fonte: Adaptado de Fonseca, 2017.

Embora tenha facilitado estabelecer um regime de comodato sobre as terras durante um período e tenha auxiliado temporariamente o controle sobre o espaço, em 1982, com o fim do mandato do Prefeito Antônio Lafeté Ribeiro e a promessa da realização de obras de infraestrutura pelo candidato Luís Tadeu Leite, fez com que a ocupação ganhasse força de modo que moradores de outros bairros migraram para aquele território. No primeiro semestre desse mesmo ano o Cristo Rei abrigava 200 famílias, no segundo semestre após a campanha eleitoral 250 famílias passaram a ocupar o espaço. O Jornal Mais Lido veículo de comunicação da época fez uma matéria sobre o movimento de ocupação que as novas famílias chamaram de “campanha mutirão”, afirmando que os moradores que residiam na



Conferencia Vicentina eram desprovidos de condições de infraestrutura, saúde e higiene. O planejamento urbano dessa região não foi efetivado de forma que fornecesse alguma estrutura para abrigar aquelas famílias, iniciando assim o seu processo de favelização (FONSECA, 2017).



Figura 13: Trecho do Jornal Mais Lido, 1982. Fonte: Fonseca, 2017.

Em 1984, Luiz Tadeu Leite solicita a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG a instalação da rede elétrica no bairro Cristo Rei, contudo, a distribuição dos postes de iluminação pública foi realizada sem seguir a planta aprovada em 1977. A rede de água e esgoto também foi instalada depois de algum tempo, ainda no primeiro mandato do ex-Prefeito Luiz Tadeu Leite. O acesso a esses serviços fez com que a qualidade de vida dos moradores melhorasse, mesmo em um contexto de desenho viário irregular.

A presença do tráfico de drogas tem seu início datado na região a partir da década de 1990 com o enfraquecimento dos subsídios dados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE desde os anos de 1960 para os setores da agricultura, pecuária e indústria, o que fez com que diversos projetos fossem paralisados, gerando uma onda de desemprego que impactou as condições econômicas daquela população. A junção da favelização do espaço urbanizado na construção de vielas e becos irregulares à dificuldade econômica dos moradores, fez com a Comunidade se tornasse um ambiente favorável ao comércio ilícito de substâncias, que por anos foi foco de disputa

territorial de facções, embora na atualidade seja um ambiente pacificado, após diversos acordos (SANTOS, 2011; FONSECA, 2017).

### MAPA EVOLUÇÃO DOS USOS

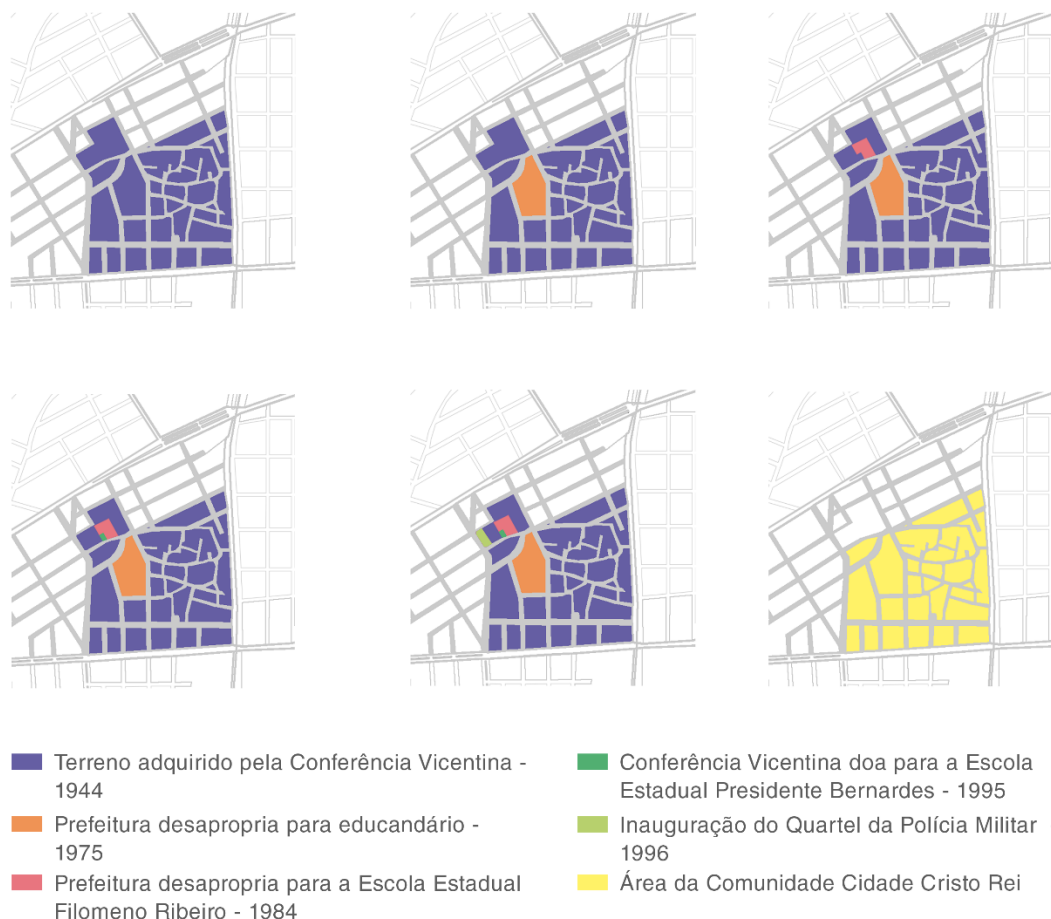


Figura 14: Mapa evolução dos usos. Fonte: Adaptado de Fonseca, 2017.

### 2.3 Dados sobre a Comunidade

O Cristo Rei está localizado na região centro-leste de Montes Claros, próximo ao núcleo central da cidade com acesso à serviços e comércios. Possui área total de 122.611,25m<sup>2</sup> considerada como área de ocupação irregular. É considerado um espaço de alto índice de adensamento populacional, classificado em 75% a 100%, espaço de urbanização espontânea, já que a malha urbana é irregular se comparada aos bairros arredores (FIG. 15). As residências possuem um padrão de acabamento do simples ao precário e nem todas as residências estão

cadastradas na Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA ou na Companhia Elétrica de Minas Gerais – CEMIG (FONSECA, 2017).

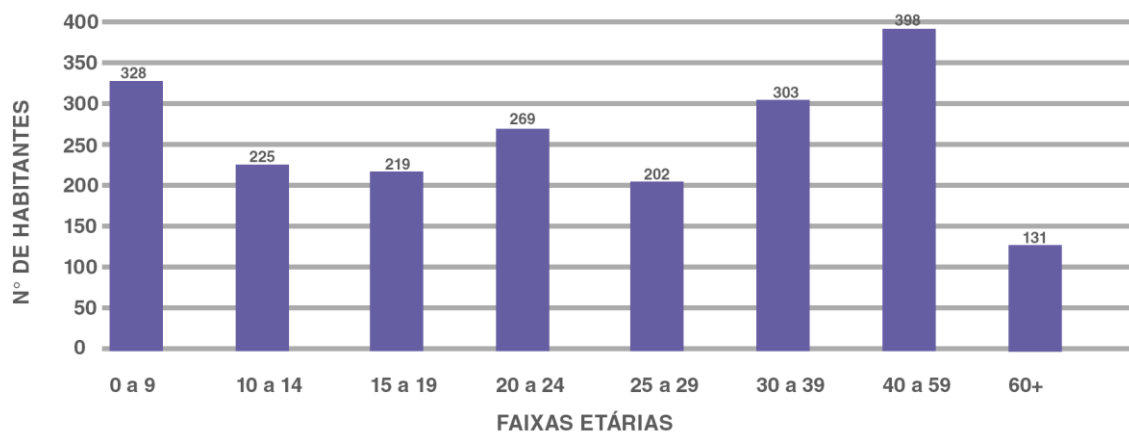


Figura 15: Gráfico números de habitantes por faixa etária. Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.



Figura 16: Mapa principais ruas.  
Fonte: Adaptado do Google Maps, 2022.

De acordo com censo IBGE de 2010, no Cristo Rei contem 535 casas que são distribuídas em 15 quarteirões. Dentre essas residências a maioria são construções feitas em alvenaria e uma menor parte é caracterizada por um padrão construtivo precário. São poucas as casas que não possuem piso em cimento ou cobertura em laje ou telha conforme mostra o gráfico a seguir (FONSECA, 2017).

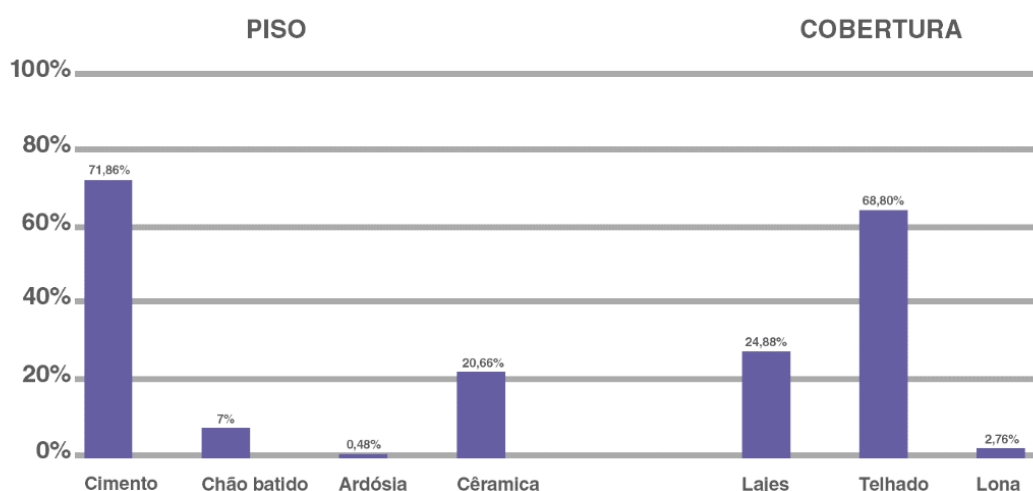


Figura 17: Gráfico números de acabamentos construtivos.  
 Fonte: Adaptado de Fonseca, 2017.

Das residências contabilizadas em 2010, somente 30 estavam alugadas, sendo o restante dos domicílios são propriedade dos moradores, embora não possuam escritura do imóvel. Toda comunidade é abastecida por rede elétrica, água, esgoto e pavimentação, porém 8 das 535 residências não possuem acesso a água da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA segundo o IBGE de 2010. Porém, diferentemente do que é informado pelo censo, Fonseca (2017) aponta que 136 das 535 residências utilizam de cisternas ou têm instalações informais de água e 144 possuem ligações ilegais nas redes elétricas. A coleta de lixo também é um serviço municipal que contempla o bairro, é realizada por 3 vezes durante a semana no período da manhã. Devido ao adensamento e a proximidades das residências e a quantidade de ligações elétricas ilegais, a Comunidade é classificada como um local com alto potencial de risco de incêndio.

No que diz respeito à mobilidade, Montes Claros possui o ônibus como único modal público disponível para a população. É fácil o acesso ao transporte público para a população do bairro Cristo Rei. Foi possível analisar que 11 linhas de ônibus atendem a comunidade. Da empresa Princesa de Norte trafegam 8 linhas sendo elas a: 4405, 6201, Circular A, 4401, 4403, 8201, 2601 e 2602 nas proximidades. Já da empresa Transmoc circulam três linhas que são as: 3303, 4606 e a Circular B.



## DISTRIBUIÇÃO LINHAS DE ÔNIBUS - Princesa do Norte

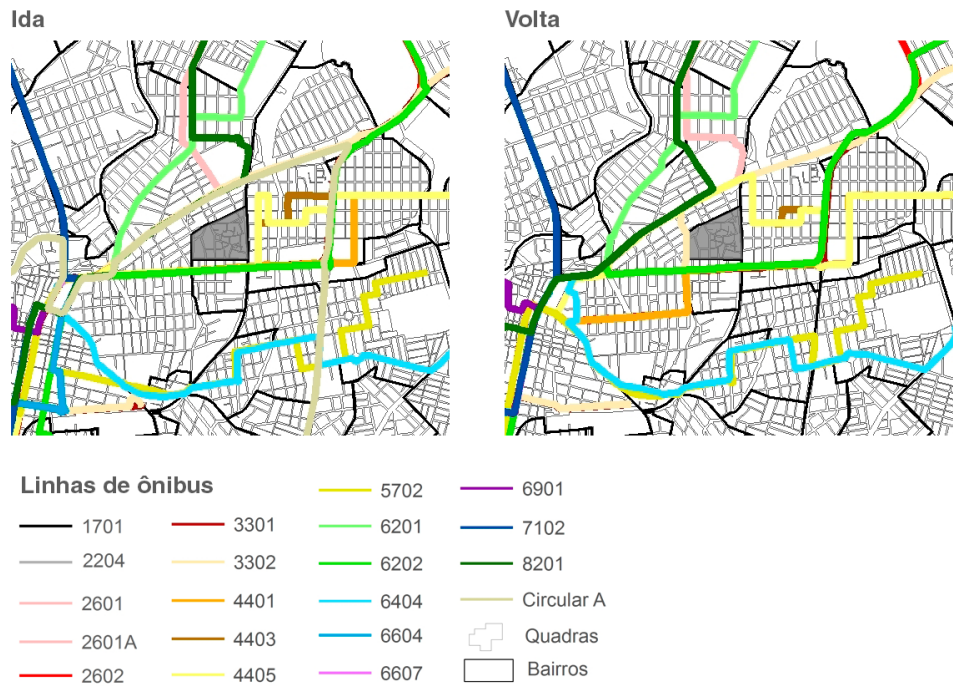


Figura 18: Distribuição de linhas de ônibus - Princesa do Norte.  
Fonte: Adaptado de Plano Diretor de Montes Claros, 2015.

## DISTRIBUIÇÃO LINHAS DE ÔNIBUS - Transmoc

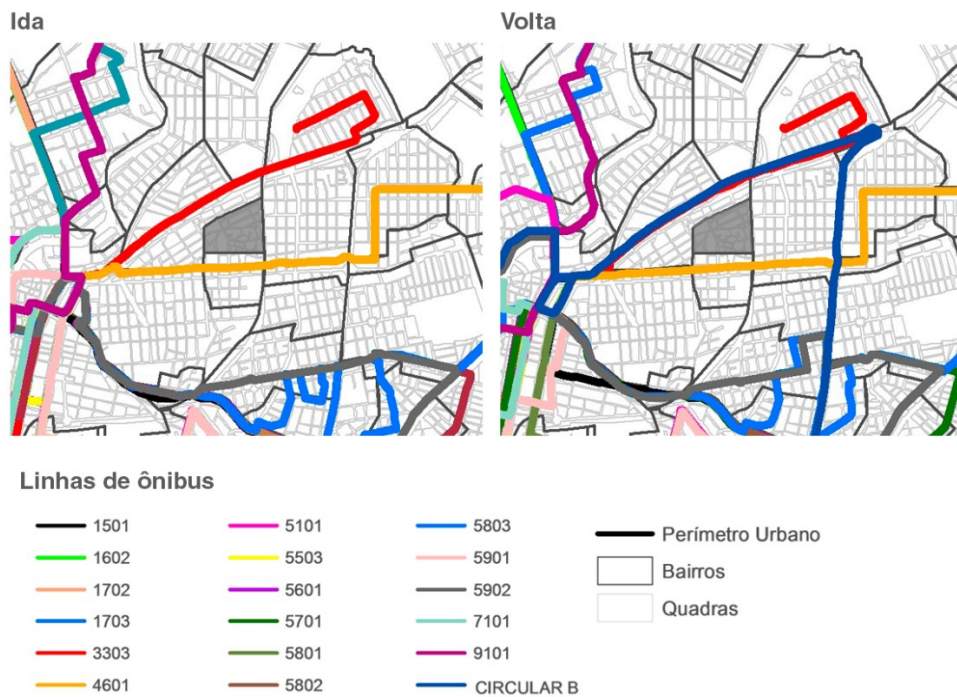


Figura 19: Distribuição de linhas de ônibus - TRANSMOC.  
Fonte: Adaptado de Plano Diretor de Montes Claros, 2015.

Atualmente existem três escolas no bairro Cristo Rei, a Escola Estadual Filomeno Ribeiro que possui ensino médio e fundamental, o CEMEI Professor Hamilton Lopes que oferece educação infantil e a Fundação Educacional Montes Claros que é uma instituição privada que fornece ensino fundamental, médio e técnico. Para além dessas instituições tem também a Escola Municipal Alcides Carvalho localizada no bairro Vera Cruz e a Escola Estadual Antônio Figueira no bairro São José que também atendem as demandas da Comunidade.

### EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS

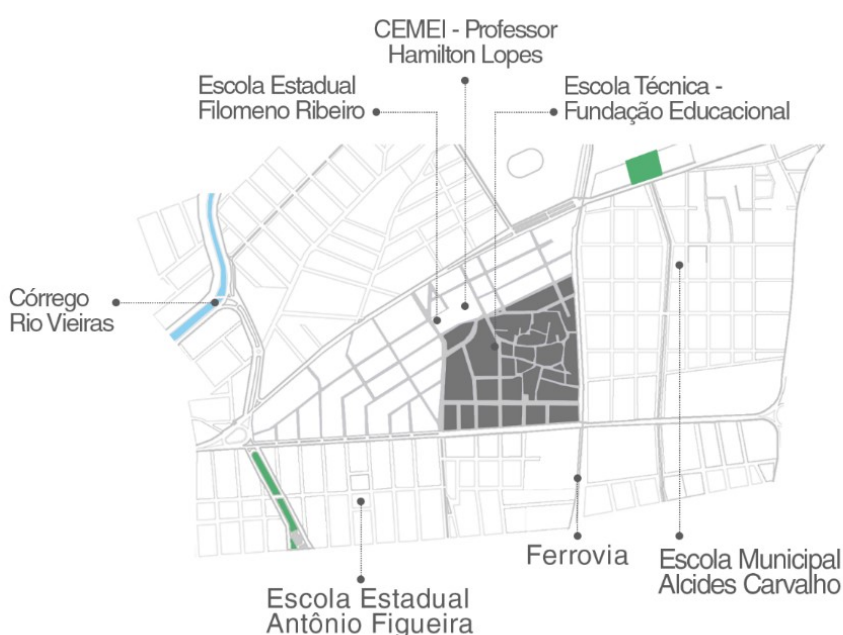


Figura 20: Mapa equipamentos educacionais.  
Fonte: Acervo da autora, 2022.



Figura 21: CEMEI Professor Hamilton Lopes.  
Fonte: Google Maps, 2022.



Figura 22: Escola Estadual Filomeno Ribeiro.  
Fonte: Google Maps, 2022.

No que diz respeito aos equipamentos de saúde a Comunidade tem um posto de saúde, o Estratégia Saúde da Família – ESF que fornece um atendimento básico a saúde dos moradores do Cristo Rei, faz o acompanhamento de alguns casos, previne agravamento de sintomas e orienta sobre os tratamentos. O ESF conta com médicos, enfermeiros e agentes comunitários.

Além da unidade do Cristo Rei, o ESF do bairro Vera Cruz é próximo e alguns moradores costumam procurar atendimento nessa unidade quando o da comunidade está sob muita demanda. O Hospital Dilson Godinho é outro equipamento de saúde localizado nas proximidades do bairro. Apesar de ser um centro de Oncologia, presta atendimento para consultas públicas ou particulares e também como pronto socorro.

#### EQUIPAMENTOS SAÚDE



Figura 23: Mapa equipamentos de saúde.  
Fonte: Acervo da autora, 2022.

No que diz respeito aos equipamentos esportivos a Comunidade não possui academia, quadra ou ginásio. As quadras que estão no Cristo Rei ficam nas dependências das instituições de ensino. A da E. E. Filomeno Ribeiro pode ser usada pelos moradores, desde que haja agendamento prévio e a quadra da Escola Técnica só pode ser usada pelos alunos (FONSECA, 2017). Nas proximidades estão localizadas também a quadra da Praça Flamarion Vanderlei, localizada no bairro São José, que é aberta ao público e pode ser usada durante todo o dia sem restrição de horário e a quadra da E. M. Alcides Rabelo do bairro Vera Cruz.

#### EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS

---



Figura 24: Mapa equipamentos esportivos.  
Fonte: Acervo da autora, 2022.

Portanto, percebe-se que o Cristo Rei apesar de ter surgido como um espaço periférico e o seu desenvolvimento ter sido marcado pela falta de planejamento urbano, conforme a malha urbana montesclarensense foi se expandindo, a comunidade passou a ser parte de uma área central no contexto da cidade. Possui traçado viário orgânico se analisado em contexto aos bairros dos arredores, é marcado pela irregularidade das residências do ponto de vista institucional, mas está localizada em uma região que é dotada de equipamentos e serviços urbanos que atendem a população.





Figuras 25, 26, 27 e 28: Ruas e residências da Comunidade Cristo Rei.  
Fonte: Marçal, 2013.



### **CAPÍTULO III**

## **HISTÓRIAS, COTIDIANO, NARRATIVAS E PERCURSOS**



Histórias, cotidiano, narrativas e percursos é um capítulo que faz a apresentação das interlocutoras e dos dados coletados na pesquisa de campo. Serão mostradas as narrativas de oito mulheres que participaram da construção dessa pesquisa sobre suas histórias, cotidiano e trajetos no bairro Cristo Rei e na Cidade de Montes Claros. Há uma diversidade nas histórias, período em que chegaram no bairro, algumas já são senhoras, outras adultas, mas a maioria delas tem a profissão e a necessidade de transitar pela cidade como ponto em comum.

Em um segundo momento o trabalho dissertará sobre como as relações de trabalho construídas no período escravocrata impactaram na forma como mulheres negras foram colocadas no mercado de trabalho pós-abolição e a influência que exercem na atualidade. Falar sobre a construção das relações entre senhores/escravas e patrões/empregadas é fundamental para compreender o porquê de mulheres negras serem historicamente associadas ao trabalho e ao cuidado doméstico.

A análise do cotidiano e das incursões das interlocutoras se dará a partir do que o filósofo Michel de Certeau (1998) considera como estratégias e táticas no planejar e praticar a cidade e o espaço urbano para, então, entender como essas mulheres vivem a cidade de Montes Claros e o Cristo Rei, como se apropriam dos espaços e também quais são os movimentos de resistência ao que lhes é imposto pelo espaço urbano. Serão apresentados os mapas dos trajetos em função das demandas produtivas e reprodutivas das interlocutoras. Os nomes das entrevistadas foram alterados para garantir o anonimato na participação do trabalho e mostrar que as narrativas e vivências aqui apresentadas apesar de serem narradas por uma pessoa, se repetem em outros contextos urbanos, cidades médias e metrópoles.

### **3.1 Histórias e narrativas**

#### **3.1.1 Dona Joana**

Dona Joana é uma senhora, doce, serena e bastante comunicativa. É muito conhecida no bairro e tem o afeto de todos. Sempre sorridente, gosta muito de receber visitas em sua casa. É viúva e atualmente mora com Vitória, sua única filha

de 27 anos, em uma residência pequena, de três cômodos, com cozinha na área externa.

É natural de Rio Pardo de Minas-MG, tem 67 anos e veio para Montes Claros ainda na infância. Ficou órfã no início de sua vida e morou por muitos anos com uma conhecida de sua mãe. Começou a trabalhar como doméstica quando era ainda criança e durante o diálogo relata alguns episódios em que foi violentada por seus patrões. Frequentemente era proibida de comer qualquer tipo de alimento na casa dos seus patrões e passou por diversas situações em que foi castigada, agredida e punida fisicamente por desagradar a dona da casa que morava. A interlocutora conta sobre um episódio em que pegou uma banana da fruteira para que pudesse se alimentar e a patroa, mesmo na presença de seus filhos, bateu em Dona Joana até que lhe sangrasse a cabeça.

Dona Joana é moradora do Cristo Rei há 12 anos e mora em uma residência que foi doada pelos Vicentinos, ela narra que todas as residências que foram construídas na quadra em que mora são habitações que foram doadas por essa organização e algumas casas eram ocupadas por usuários de drogas que nos últimos anos foram cedidas para famílias que moravam em outros bairros da cidade, mas que não tinham condições de arcar com aluguel mensalmente. A moradora não possui a escritura do imóvel, o que coloca o terreno em situação irregular, por isso não contribui com IPTU e nem a taxa de lixo que é cobrada no município.

Atualmente Dona Joana é aposentada devido ao problema de varizes que tem nas pernas, que dificulta a realização de trabalho produtivo fora de casa. Não conseguiu se aposentar como doméstica, por ser uma atividade reconhecida como trabalho formal recentemente pela Lei nº 150 de 2015. Apesar de ser uma senhora que gosta muito de socializar e circular pela cidade, teve que se manter reclusa por causa de sua saúde, principalmente após a pandemia causada pelo vírus da COVID-19. Comenta que a principal necessidade de transitar pela cidade é em função de saúde, costuma usar o Programa de Saúde Familiar (PSF) do bairro, mas que o serviço não costuma ser suficiente. Quando precisa de atendimento de saúde de forma mais rápida e eficaz se desloca até ao PSF do Chiquinho Guimarães, que fica na região sul da cidade.

Dona Joana diz gostar muito de seus vizinhos e gosta de andar nas ruas do bairro pra conversar com as pessoas, por isso sente que a Comunidade precisa de espaços de lazer de qualidade. Próximo a sua residência, na Rua Mato Verde, possui uma praça e ela diz que poderia ser um local reformado pela Prefeitura, que seria muito importante que houvesse um espaço bem cuidado, que as pessoas sentissem vontade de ficar. Alega que gostava muito de ir ao Parque Municipal passar o dia, mas que com a distância e a idade isso tem se tornado muito difícil.

### **3.1.2 Maria**

Maria nasceu em Montes Claros, tem 42 anos e mora na Comunidade há mais de 20 anos. É um pouco tímida e acanhada, quando foi informada que seria entrevistada ficou um pouco retraída a princípio. Tem 7 filhos e por muitos anos trabalhou como faxineira em algumas casas nos bairros Amazonas e Doutor Chaves, era comum que Maria pegasse lotação ou mototáxi todos os dias para trabalhar devido à distância. Para complementar a renda costumava ocupar a calçada de sua casa para vender cachorro quente para os seus vizinhos e moradores do bairro. Nesse regime de trabalho ela declara que não cumpria uma rotina diária pré-estabelecida.

Recentemente, Maria abriu um quiosque para venda de lanches na Praça Itapetinga, em frente à Escola Estadual Coronel Filomeno Ribeiro. Ela, além de ser responsável por sua vendinha, também cuida das tarefas domésticas e dos cuidados que envolvem seus filhos. Faz as compras para as tarefas produtivas e reprodutivas, leva os filhos à escola e sempre que há necessidade de atendimento médico, acompanha as crianças ao PSF do bairro Vera Cruz. Dos seus 7 filhos, 3 ainda são crianças que precisam de um cuidado maior de Maria. Bruna, Lucas e João eram matriculados na Escola Filomeno Ribeiro, mas Maria optou que eles mudassem para a Escola Estadual Antônio Figueira, que fica no bairro São José, próximo ao Cristo Rei.

Maria diz gostar muito da vida que tem no bairro e que não tem o desejo de morar em outro lugar, apesar de se preocupar com a socialização das crianças com algumas pessoas no Cristo Rei, devido ao tráfico de drogas.

### **3.1.3 Paula**

Paula tem 29 anos, é muito séria, mas ao mesmo tempo muito falante, passa muita firmeza na sua forma de falar. Mora com seu companheiro e com dois filhos em uma residência com 4 cômodos pequenos. Ela vive na informalidade, não tem emprego fixo e conta que para sobreviver faz alguns “bicos”. Em casa, frequentemente rala coco para fazer cocada que são vendidas em barraquinhas e feiras como a que acontece na Praça Flamarion Vanderlei, no bairro São José, mas que só consegue realizar a atividade quando não faz frio, pois tem problema nas articulações e costuma sentir dores nas mãos que impossibilitam movimentos que exigem força ou repetição. Com menor frequência, ela faz faxinas em algumas casas no bairro para complementar a renda.

Como toda sua rotina de trabalho se concentra exclusivamente dentro da comunidade, ela foi questionada sobre a utilização da região central e de outros bairros da cidade. Relatou que não há nada para fazer no centro, exceto quando precisa levar as crianças, é mãe de um menino de 7 anos e uma bebê de 10 meses, para consulta médica, porque alega que o posto de saúde do bairro não é qualificado o suficiente. Quando vai, costuma ir a pé, por ser próximo de sua casa.

Paula afirma que não costuma frequentar outros bairros, nem os espaços públicos que não sejam em sua comunidade, que todas as atividades que envolvem o seu lazer são restritas ao Cristo Rei. Apesar de dizer que tem uma relação boa com os vizinhos, ela não gosta de viver no bairro. Fala que não há muita confiança nas relações com as pessoas e associa a desobediência do seu filho mais velho à violência presente no cotidiano da comunidade.

### **3.1.4 Dona Conceição**

Dona Conceição é umas das moradoras mais antigas da comunidade. Tem 60 anos de idade, se mudou para a comunidade aos 10 anos acompanhada dos seus pais e irmãos quando se mudaram de Francisco Sá, cidade próxima de Montes Claros. Trabalhou durante muitos anos como empregada doméstica, mas também não conseguiu se aposentar pela profissão, devido à regularização tardia desse serviço.

Conta que casou e criou seus 2 filhos na comunidade. A casa em que mora atualmente foi doada pelos antigos moradores. O terreno foi cedido para uma nova construção após o desabamento da edificação existente que ocorreu em decorrência da quantidade de chuva naquele período, isso em torno dos anos de 1980. Ela e o marido aos poucos construíram a casa que era feita em adobe e cercada por Avelós<sup>11</sup>. Nessa época a comunidade não tinha arruamento, energia elétrica ou água encanada. A sua residência foi a primeira a ter acesso a luz elétrica.

Por ter sido doado informalmente, Conceição não possui escritura do seu imóvel, que atualmente está embargado judicialmente para que seja desocupado e regularizado, embora a moradora resida no mesmo local há quase 40 anos. Pela irregularidade da moradia, ela não contribui com o IPTU e nem com a taxa de coleta de lixo municipal. Foi criada e cresceu na comunidade e não se imagina morando em outro lugar, embora diga que existem coisas que acontecem lá que não são certas.

A moradora vive sob o cuidado de sua filha após ter feito uma cirurgia na coluna que a impede de andar. O ESF do Cristo Rei costuma atendê-la em casa para que ela não precise se deslocar até a unidade.

### **3.1.5 Poliana**

Poliana tem 35 anos, nasceu e foi criada na comunidade por sua mãe e seus avós. Tem 1 filha e está grávida de outro bebê, trabalha como auxiliar de cozinha em um restaurante no bairro Morada do Parque localizado na região sul da cidade.

Devido à rotina de cuidados com a própria casa e com a mãe, Poliana não consegue levar a filha à escola. Matriculada na Escola Estadual Antônio Figueira, no bairro São José. Quando era mais nova Poliana costumava colocá-la em uma van para que não fosse sozinha. Atualmente a filha já consegue ir à escola a pé, sem o acompanhamento de um adulto.

Poliana questiona a qualidade do PSF em função das suas demandas e das de sua mãe. Alega que o atendimento não é bom e que sempre faltam profissionais

---

<sup>11</sup> A interlocutora chama a cerca feita de Avelós de cerca de “pecado pelado”.



e os materiais nem sempre são suficientes para atender satisfatoriamente os pacientes. Por isso, costuma procurar atendimento no Pronto Atendimento Alfreu de Quadros do bairro Santo Antônio ou na UPA do Conjunto Chiquinho Guimarães que é classificada como outra favela em Montes Claros.

Ela conta que tinha o costume de sair de casa e sociabilizar com os vizinhos, mas que após o COVID-19 e a gravidez acabou ficando mais reclusa e não sabe mais o que acontece na comunidade.

### **3.1.6 Dona Selma**

Dona Selma é uma senhora simpática e muito receptiva, diz gostar muito de receber as pessoas em casa e conversa dos mais diversos assuntos ao mesmo tempo. Nasceu em Jequié, Fortaleza, mas veio morar em Minas Gerais muito jovem. Antes de se mudar para Montes Claros, viveu por um tempo em Francisco Sá, onde conheceu o seu marido e se casou. Ela tem 74 anos, 7 filhos e é aposentada há 10 anos.

Foi uma das primeiras moradoras da Comunidade. Dona Selma conta que quando chegou em Montes Claros ela e o marido não tinham condições de pagar aluguel, então recorreram aos vicentinos para que ela e a família pudessem encontrar uma moradia. O terreno em que mora foi uma doação do seu Afonso, José da Conceição e Artur Leite, que segundo a moradora eram os presidentes da conferência São Vicente de Paula, pessoas na quais ela tem muita gratidão. Ao chegar na conferência, ela diz que só haviam 7 casas construídas, o restante do espaço era ocupado por alguns chiqueiros e bastante mato. O seu marido, que faleceu há algum tempo, criou os arruamentos, mandou registrar os nomes das ruas e solicitou ao batalhão da polícia que fosse instalado um posto policial na comunidade. Conforme os seus filhos foram crescendo e formando suas famílias, a conferência foi cedendo os terrenos nos arredores da casa de Dolores para que eles pudessem construir. Ela divide muro com dois dos seus filhos e os outros moram em diferentes casas, mas na mesma rua. Trabalhou durante toda sua vida como doméstica e lavadeira. Costumava trabalhar durante a semana em casas de família como doméstica e pegava roupas de outras famílias para lavar fora do horário de expediente.

Dona Selma diz que não há do que reclamar em morar na comunidade atualmente e que não se imagina morando em outro lugar. Há alguns anos ela e muitos moradores ficaram preocupados, porque o espaço era local de disputa de duas facções, aconteciam muitas trocas de tiro durante o dia, o que impedia o cotidiano de todos os moradores: as crianças ficavam impossibilitadas de irem a escola e os adultos não podiam sair para trabalhar.

As demandas que mais exigem deslocamento de Dona Selma são realizadas por sua filha Luciana. Apesar de gostar muito da comunidade, ela diz que nem sempre se sente segura para ir à Praça Mato Verde, onde gostava de ir para ver as crianças brincarem, devido ao descaso da Prefeitura no cuidado de manutenção daquele espaço público. A moradora questiona também o fechamento do Posto Policial da comunidade que trazia uma sensação de segurança para os moradores e fazia com que eles pudessem circular no bairro de forma tranquila.

### **3.1.7 Luciana**

Luciana é filha de Dona Selma. Diferente da mãe, ela é um pouco mais reservada e tímida, mas muito sorridente e receptiva. Tem 53 anos e nasceu em Francisco Sá, mas cresceu na comunidade. É viúva há seis anos e tem dois filhos. Começou a trabalhar na adolescência e durante muitos anos atuou como empregada doméstica, mas atualmente não realiza nenhuma atividade produtiva fora de casa.

Como mora em um terreno doado informalmente e afirma que toda comunidade foi criada como um bairro de doação, Luciana não possui escritura ou documentação do terreno. Com isso, enfrenta alguns problemas com as instituições responsáveis pelo fornecimento de água e energia da comunidade. Durante a conversa ela relata que houve resistência da CEMIG em religar a sua luz recentemente. Ela teve o fornecimento da sua energia elétrica cortado e quando solicitou o religamento a Cemig se recusou, alegando que a Prefeitura havia ordenado que nenhum imóvel sem registro deveria ter acesso à rede elétrica. Ela precisou do auxílio de um advogado e recorreu aos trâmites judiciais para que tivesse acesso à eletricidade novamente; só assim a sua solicitação foi atendida. Diante disso, ela acha que seria necessário criar uma associação de bairro com um

presidente que represente os moradores e seja responsável por levar as demandas e necessidades à Prefeitura.

### **3.2 Mulheres negras e o trabalho produtivo**

É possível perceber que um ponto de convergência nas histórias da maioria das mulheres entrevistadas é começarem a trabalhar como empregadas domésticas na infância ou adolescência. O sociólogo Jessé Souza (2009) em seu livro *A ralé brasileira* classifica as domésticas como o grupo pertencente a uma classe social desprovida de recursos financeiros. Para o autor, a profissão de empregada doméstica é uma das principais formas das quais mulheres que vivem em situações sociais precárias e têm baixa escolaridade conseguem dispor para obtenção de renda. É uma atividade que exige esforço físico, mas pouca qualificação. São mulheres que utilizam do corpo como instrumento para ganhos financeiros servindo nas casas de classe média.

O serviço doméstico tem acompanhado a vida de mulheres negras desde o período escravocrata, como já foi apontado em outro contexto nesse trabalho. Essa função já era exercida antes do fim da escravidão e passa por novos arranjos após a Lei Áurea de 1888. Embora não tenha exclusivamente exercido as funções domésticas, a figura da mulher negra sempre esteve historicamente atrelada à casa grande. Ela desempenhou um papel importante na estruturação social e organização da casa grande patriarcal, garantindo o seu funcionamento. Os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos das senhás foram condicionantes para a regulação da relação entre as senhoras e escravas que foi estruturada na dominação de classes, pautada em inferioridade social das negras escravizadas e superioridade das senhoras, mesmo que as mulheres negras tenham amamentado seus filhos (PEREIRA, 2011).

Com o fim da escravidão, o sistema de trabalho passa a ter outras configurações e o trabalho doméstico ocupou um lugar central nas relações estabelecidas entre antigos senhores e antigas escravas. A mulher negra passa a realizar as atividades do lar dentro de outro arranjo social, estabelecido por contrato de locação de serviços. Muitas mulheres recém libertas não tinham para onde ir e continuaram com seus antigos senhores, exercendo a mesma função do cuidado

com a casa e a família. As atribuições profissionais das mulheres negras se mantiveram. Elas continuaram a atuar como lavadeiras, empregadas domésticas, babás, amas de leite, mucamas e cozinheiras. Algumas trabalham em troca de casa e comida, já outras teciam um regime de trabalho em que eram estabelecidos serviços diários ou mensais de maneira informal pautados nos laços de favores ou compadrio. Enquanto a maioria dos homens negros não conseguia se inserir no mercado de trabalho formal, já que nesse período o Estado promove uma política estatal de imigração de força de trabalho branca, essas mulheres passaram a ocupar posição de destaque dentro de sua comunidade, sustentando financeiramente sua família (PEREIRA, 2011; BARRETO, 2005).

Pereira (2011) considera o trabalho doméstico como um setor importante dentro das grandes cidades no fim do século XIX e início de século XX por ter assegurado a incorporação de mulheres negras no sistema produtivo, embora esse tipo de trabalho não fosse formalmente reconhecido pela economia. Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho já se apresentava dentro de uma hierarquia constituída entre mulheres recém libertas e antigos senhores de engenho. A ideologia que passou a predominar no mercado de trabalho manteve mulheres negras como cuidadoras dos lares. O trabalho como empregada doméstica recorrente na vida de mulheres negras se configura, em muitos casos, como a única forma possível de ocupação oferecida. Essa profissão historicamente passa pela precariedade estrutural no país, às margens da regulamentação salarial pelo Estado. O trabalho doméstico articula em torno de si a tríplice opressão: gênero, raça e classe.

Com a modernização da sociedade e a conseqüente industrialização do processo de produção, as mulheres brancas de classe média são incorporadas ao sistema produtivo fora do ambiente doméstico e passaram a deixar as demandas domésticas e reprodutivos sob a responsabilidade de uma empregada. O trabalho doméstico, exercido quase que exclusivamente pelas mulheres negras, teve sua função fortemente marcada pelas relações de opressão de gênero e raça, reforçando os valores patriarcais e paternalistas que perpetuaram práticas de subordinação e dependência estabelecidas como “naturais”, inerentes à mulher negra (PEREIRA, 2011).

Uma série de melhorias vêm transformando as condições de trabalho de empregadas domésticas. Embora muitas trabalhassem na informalidade não contando com tempo de trabalho ou particular definidos, algumas trabalhadoras conseguiram, com a “carteira assinada”, ter acesso à estabilidade de renda e direitos que não lhes eram conhecidos. Atualmente a profissão deixou de ser desregulada e, além do salário fixo, elas conseguem estabelecer suas vidas particulares separadas do ambiente de trabalho e longe do domínio de seus patrões<sup>12</sup>.

De acordo com as narrativas de Dona Joana, Dona Selma e Dona Conceição, o serviço doméstico como fonte de renda permeou a maior parte da vida dessas mulheres. Dona Joana, além de ter iniciado o trabalho como doméstica na infância, passou grande parte da sua juventude morando na casa dos seus patrões. Trabalhava em tempo integral e era responsável pela limpeza do lar, cozinhava, lavava e passava roupas e ainda servia como babá dos filhos de seus patrões. A interlocutora conta que devido à baixa escolaridade e a necessidade de se manter financeiramente, já que não tinha os pais vivos, ela precisou trabalhar e a forma mais fácil de conseguir um emprego era como doméstica na casa de conhecidos dos amigos de seus pais. Dona Joana conta que só deixou de morar na casa de seus patrões quando se casou com seu marido, mas que continuou servindo como doméstica e por vezes precisou pegar algumas faxinas e roupas fora dos dias e horários de trabalho pré-estabelecidos pela residência fixa que trabalhava. Atualmente é aposentada, mas não em função da sua profissão<sup>13</sup>.

Dona Selma é mãe de Conceição e Luciana. As três têm em comum a mesma profissão exercida antes de aposentarem. Dona Selma expõe que durante toda sua vida só teve um trabalho formalmente registrado. Trabalhava como auxiliar

---

<sup>12</sup> Era comum que empregadas domésticas residissem na casa de seus patrões até o final do século XX. Elas exerciam a sua função em tempo integral, sem período de trabalho, descanso, lazer ou alimentação programados e dormiam em um “quarto de empregada”, localizado próximo à área de serviço da casa ou apartamento normalmente com aberturas pequenas que dificultam a entrada de iluminação e ventilação. Atualmente, com a regulamentação da profissão, essa prática não é mais comum e os novos projetos de arquitetura vêm sendo pensados sem a “dependência de empregada” que as antigas residências exigiam.

<sup>13</sup> O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) dá a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou a pessoa com deficiência de qualquer idade. É comum que trabalhadores e trabalhadoras informais que não contribuíram com o INSS utilizem do benefício para garantirem uma renda mensal para sua subsistência.

de limpeza na Pizzarela, pizzaria próxima ao aeroporto que foi fechada há alguns anos, em que trabalhou durante 2 anos. Costumava trabalhar como diarista<sup>14</sup> em residências com dias e horários fixos em algumas casas de classe média no bairro São José e pegava serviços como lavadeira e passadeira para complementar a renda em casa. Suas filhas “herdaram” o serviço doméstico da mãe. Poliana, que é neta de Dona Selma, filha de conceição, conseguiu sair do ciclo do trabalho doméstico e atualmente trabalha como auxiliar de cozinha em um restaurante.

Com menor frequência Paula e Maria têm em comum o exercício do serviço doméstico como diaristas e faxineiras que são conciliados com outra ocupação. A informalidade e a instabilidade dos seus trabalhos fizeram com que elas buscassem outras formas de obter e ampliar a renda em casa, já que não podiam contar exclusivamente com a função de doméstica. Maria que investia em um negócio de cachorro quente na porta de sua casa, decidiu ampliar o seu negócio e investir em vendas de salgados e lanches. Nesse sentido, é importante considerar o que Berth (2019) diz a respeito da necessidade histórica de pessoas negras empreenderem<sup>15</sup>, visto que o racismo estrutural se apresenta como uma barreira para colocação em empregos formais. Figueiredo (2004) apresenta o contexto de mulheres negras no século XX, forras ou cativas que transitavam pela cidade vendendo seus produtos e artesanatos.

Diante do contexto apresentado é importante questionar a relação dos papéis atribuídos à mulher escravizada e a condição da mulher negra na atualidade. A mulher negra é a babá dos filhos da mulher branca e precisam abdicar de cuidar dos seus próprios filhos, que vivem soltos nas ruas. Maria aponta que uma das maiores dificuldades enfrentadas ao trabalhar como faxineira era encontrar quem pudesse ficar com seus filhos, para que pudesse sair

---

<sup>14</sup> A função de diarista surge como uma substituição da empregada doméstica. Sem o vínculo de trabalho e uma rotina diária estabelecida pelos patrões, esse serviço é acionado somente quando necessário e se torna menos dispendioso para os empregadores e a hora de trabalho do empregado é mais valorizada, embora precise dispendir de mais tempo e exige maior locomoção pela cidade.

<sup>15</sup> É importante salientar que o avanço do discurso neoliberal e o incentivo ao empreendedorismo por parte do governo e da sociedade nos últimos anos com o fomento à criação de microempresas nada mais é do que uma forma de regulamentar a informalidade. Apesar de ser uma estratégia de aparente estabilidade trabalhista, quando nada mais é do que uma forma de precarização do trabalho e da situação dos trabalhadores.

tranquilamente, e em diversas situações precisou deixar as crianças com um dos seus filhos mais velhos como cuidadores. Em seu quiosque, consegue conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, já que consegue levar as crianças para o seu ambiente de trabalho.

Dona Joana durante muitos anos não teve acesso a uma vida privada e só pôde construí-la após a juventude, quando se casou e saiu da casa dos seus patrões. Para as trabalhadoras domésticas a relação público-privado é diferente do que é construída pelos estudos que relacionam gênero e espaço. Enquanto reivindicam a desprivatização do espaço doméstico, para as trabalhadoras esse lugar está conectado ao sentimento de bem estar e liberdade. A família é um elemento importante para o cotidiano dessas mulheres e é a partir dela se que separa o que é ambiente de trabalho e ambiente familiar. Ter a sua própria moradia é passar a habitar um lar, já que morar na casa dos seus patrões, no seu ambiente de trabalho é diferente de ter a sua própria casa. Nesse caso o doméstico não pode ser visto somente das perspectivas convencionas de público e privado.

Embora a escravidão tenha acabado, as suas heranças ainda perpetuam e reverberam no cotidiano e nas experiências de mulheres negras. O sistema capitalista entrega às classes dominantes seus privilégios baseados na subordinação dos grupos dominados. A atual situação da mulher negra tem raízes históricas que ainda determinam que seu lugar seja na cozinha e nos cuidados com o lar. A prestação de serviços domésticos tem significados sociais e raciais que acompanham as relações que foram estabelecidas entre patrões/senhores e suas empregadas/criadas. O trabalho doméstico, é uma atividade que historicamente foi associada às habilidades femininas. No contexto escravocrata, a organização e o cuidado com a casa grande ficaram a cargo de mulheres negras, enquanto as mulheres brancas estabeleciam a ordem e o funcionamento do lar (PEREIRA, 2011).

O que estrutura mantém as relações sociais da forma que estão são consolidadas nem sempre é perceptível e pode ser compreendido no cotidiano de forma prática, fazendo com sejam consideradas naturais ou que não podem ser transformadas. Contudo, o que mantém mulheres negras na condição de subalternidade nos processos de produção e na sociedade não acontece por mera casualidade. Embora os objetos sociais fiquem imperceptíveis, Milton Santos

(1977) em *Espaço e sociedade* disserta sobre a imposição do espaço sobre os indivíduos no cotidiano. A casa, o lugar do trabalho, os caminhos, os pontos de encontro são elementos que condicionam as atividades dos sujeitos e comandam a prática social. Lefebvre (2006) disserta sobre como os modos de produção vão ditar sobre o espaço e ditam o cotidiano na cidade, como são distribuídos os serviços, bens necessários para manutenção da vida e acesso a esses lugares. A cidade é um todo fragmentado a partir das demandas capitalistas e não em função da vida cotidiana e a produção capitalista, patriarcal e racista do espaço que condiciona a vida dessas mulheres à subalternidade e à precariedade. É pelo espaço que essas estruturas se mantêm e se renovam, mas é por meio dele também que as possibilidades de resistência e subversão da ordem acontecem, ainda que em uma microesfera.

Portanto, a obtenção de renda de mulheres negras, tomando como referências as análises sobre o trabalho produtivo das interlocutoras da Comunidade Cristo Rei, ainda é permeada pela herança que as relações sociais e hierarquias que foram construídas no período escravocrata deixaram na contemporaneidade. O trabalho doméstico, a informalidade e a necessidade de empreender são inerentes à experiência negra feminina no mercado de trabalho devido a exclusão no acesso a profissões que exigem conhecimento técnico e qualificação, visto que o racismo estrutural se apresenta como um impedimento para a colocação em empregos formais.

Doravante, as análises sobre as interlocutoras se direcionarão as atividades cotidianas, as incursões na cidade em função das demandas do dia-a-dia e das relações e sociabilidade que são observadas nesse percurso.

### **3.3 Cotidiano e percursos**

Michel de Certeau (1998) em *Invenção do cotidiano: as artes de fazer* afirma que planejar a cidade é pensar a pluralidade do real e efetivar esse pensamento, “é saber e poder articular”. Para Certeau a cidade é definida pela possibilidade da junção da produção de um espaço próprio pautado em uma organização racional que reprima qualquer expressão que comprometa essa ordem com o estabelecer



um sistema sincrônico, um tempo de realização para as atividades cotidianas e a criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade.

A distribuição da cidade se dá em partes para o autor: de um lado estão as funções organizadas pelas operações especulativas e do outro está tudo que é considerado detrito, que não é tratável por uma administração funcionalista. A organização funcionalista que privilegia o progresso abandona a condição de possibilidade que é o próprio espaço. A cidade, que seria o objeto de apropriações, transformações e intervenções dos sujeitos, funciona somente como um conceito da modernidade. A linguagem do poder se urbaniza, mas a cidade acaba sendo entregue a movimentos que escapam ao poder de controle.

Certeau (1998) chama de “estratégias” as normas estipuladas por um sistema que tenta dominar os corpos e os usos do espaço, enquanto as “táticas”, a arte do mais fraco, são os mecanismos criados que subvertem às estratégias criadas através da apropriação e usos inesperados dos espaços, abrindo caminhos para sobrevivência e resistência cotidiana. É possível notar pelos relatos dessas mulheres como o poder se estrutura sobre a cidade e reverbera no cotidiano, mas ao mesmo tempo se vê movimentos contrários aos que são ditados pelas estruturas de poder e vigilância.

O cotidiano de Dona Joana acontece de forma mais reclusa, já que ela não consegue transitar pela cidade sem estar acompanhada de alguém mais jovem. A interlocutora ainda consegue realizar algumas atividades domésticas em casa que não exijam muito esforço físico por conta do seu problema com varizes. A maioria das tarefas do dia-a-dia Joana realiza com o auxílio de sua filha Vitória que se tornou responsável por cumprir com as demandas que envolvem a organização do lar, pelas compras em supermercado, padaria, açougue e pelo cuidado com a saúde de sua mãe. Vitória começou a trabalhar recentemente como auxiliar de enfermagem no Hospital Dilson Godinho que é localizado próximo a Comunidade. A filha de Dona Joana conta que depois que começou a trabalhar na área da saúde ficou mais fácil conseguir os agendamentos de consultas e tratamentos para sua mãe. Vitória não tem um horário de trabalho fixo todos os dias, seus turnos variam de acordo com os plantões da semana que são estipulados pelo hospital.

A circulação cotidiana de Dona Joana fica restrita à Comunidade. Durante a tarde gosta de andar na rua de sua casa para ver as crianças correrem e brincarem.

Nessa caminhada está também seu momento de sociabilidade com seus vizinhos em que conversam sobre o dia-a-dia e acontecimentos do bairro. Dona Joana diz gostar muito de passar tempo observando e conversando com as crianças e adolescentes e conta que recentemente um vizinho perdeu a avó que ele era muito próximo e pediu para que Dona Joana passasse então a ser a avó dele, que assim sentiria menos falta. Heitor Frúgoli (2017) fala sobre a construção de laços de solidariedade em locais que são socialmente habitados por pessoas que se reconhecem como semelhantes. Além dos laços de afeto que são construídos, Carneiro (2002) aponta que mulheres negras são associadas a imagens de professoras, líderes comunitárias e mães e são referências importantes para as comunidades que estão inseridas na reivindicação de direitos e cuidado com o bem-estar dos moradores locais.

Vitória circula em função das demandas produtivas e domésticas, diariamente vai ao hospital e precisa conciliar com as atividades de casa que precisa realizar. Alguns desses trajetos são feitos a pé ou com motoristas de aplicativo. Vitória vai ao trabalho a pé ou de bicicleta, devido à proximidade com a sua residência. Para fazer pequenas compras para casa costuma ir a pé, mas as de maior volume aciona motoristas de aplicativo para auxiliar no trajeto. Aos finais de semana é comum que ela vá ao Parque Municipal para correr e conversar com as amigas e pra esse deslocamento ela utiliza o transporte público.

Apesar de Vitória utilizar das lotações para ir ao Parque, não é comum que ela e Dona Joana utilizem desse modal. O transporte coletivo, de acordo com Dona Joana, não costuma atender as suas demandas. A velocidade com que os motoristas andam e as freadas bruscas ao parar nos pontos colocam em risco a segurança, o conforto, bem-estar de Dona Joana, já que por seu problema de saúde tem dificuldade em caminhar e se equilibrar com os movimentos da lotação. Por isso, motoristas de aplicativo têm sido a solução utilizada pela moradora quando há a necessidade de percorrer longas distâncias.

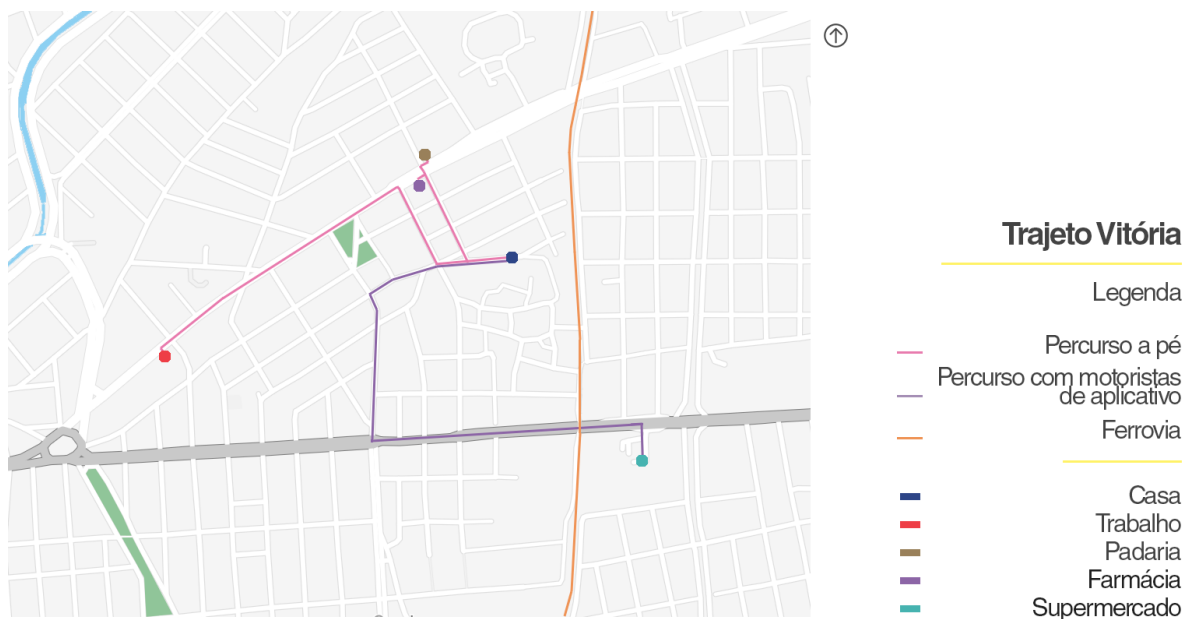


Figura 29: Mapa trajeto de Vitória.  
 Fonte: Acervo da autora, 2022.

Maria começa a organizar o almoço para as crianças cedo, no início da manhã. Ela abre o seu estabelecimento às 9hrs da manhã, para conseguir vender para os alunos da Escola Filomeno Ribeiro durante o intervalo e fecha durante o almoço para que consiga terminar o preparo da comida dos seus filhos antes de leva-los à escola. No início da tarde, Maria leva os filhos à escola e de lá volta para o seu quiosque que costuma ficar aberto até as 19h, porque após a moradora costuma ir ao culto em uma igreja evangélica próxima de sua casa. No fim da tarde, as crianças voltam da escola acompanhadas dos irmãos mais velhos e vão ficar com Maria até o horário de encerrar o expediente no quiosque. A maioria desses percursos Maria faz a pé, devido à proximidade do seu ponto de trabalho, residência e escola das crianças. O trabalho de Maria a coloca em contato com muitas pessoas durante o dia. Ela atende não só os alunos e professores da Escola, mas os funcionários que trabalham na oficina ao lado e as pessoas que utilizam da praça como espaço pra lazer e contemplação. Maria gosta do seu trabalho, da comunidade e de estar atendendo e sempre se comunicando com os clientes.

É possível observar em como Maria lida de forma subversiva com a ocupação dos espaços. Antes de abrir seu ponto de comércio na praça, Maria utilizava da calçada em frente a sua residência durante a noite para vender cachorro quente, local que é destinado à passagem pública que não deve ser

obstruído de acordo com o poder público. Atualmente ela concilia parte do horário de trabalho com o cuidado e lazer dos filhos. As crianças ficam no quiosque durante uma parte do dia, entre uma venda e outra ela “passa o olho” nos meninos e deixa eles brincarem na praça. Essas podem ser vistas como as “táticas” que Maria utiliza de utilização do espaço para obtenção de renda e ainda conciliar trabalho produtivo e reprodutivo que por uma convenção social funcionaria em espaços e tempos distintos.

Maria também vai regularmente ao supermercado que vende por atacado próximo de sua casa para repor as mercadorias do quiosque e aproveita também para fazer as compras de casa. Ela aproveita o tempo para conciliar as demandas produtivas e domésticas e não ter trabalho duplo.

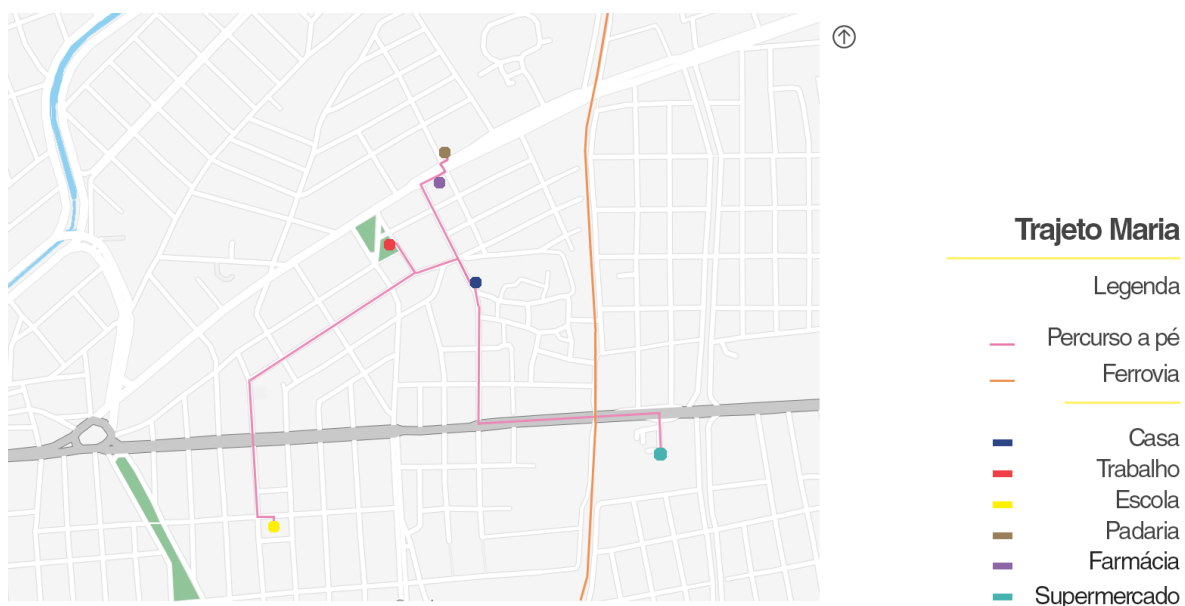


Figura 30: Mapa trajeto de Maria.  
Fonte: Acervo da autora, 2022.

Paula não mantém uma rotina diária ou possui um horário fixo para exercer as suas atividades produtivas. O seu cotidiano é estabelecido a partir do cuidado com seus filhos. Ela tem um companheiro que a auxilia financeiramente e com algumas tarefas domésticas como as compras em supermercados, mas os cuidados com a casa e com as crianças ficam sob responsabilidade dela. O único trajeto diário que Paula faz é para levar seu filho mais velho ao CEMEI do bairro. Ela o deixa na escola no início da tarde e volta pra busca-lo no final da tarde. Conta

que a necessidade de cuidar do seu bebê faz com que ela prefira ficar em casa, porque não pode deixá-lo desacompanhado, nem sempre é fácil caminhar com um carrinho de bebê por causa da falta de acesso das calçadas e espaços públicos.

O cotidiano de Paula revela como a qualidade dos espaços públicos se apresentam como um impedimento para que mães possam transitar pela cidade com seus filhos e carrinhos de bebês e as induzem a um confinamento por não se sentirem adequadas para o espaço. O fato de Paula ter se mudado recentemente para a comunidade e não gostar muito do ambiente pode contribuir para que passe um tempo maior reclusa. Embora a interlocutora tenha relatado que não se sente acanhada em amamentar seu filho em público, Kern (2019) aponta que a amamentação em espaços públicos é um ato de coragem, que por vezes se sentia deslocada, como se estivesse ocupando o espaço de uma forma que deixasse as pessoas ao seu redor desconfortáveis.

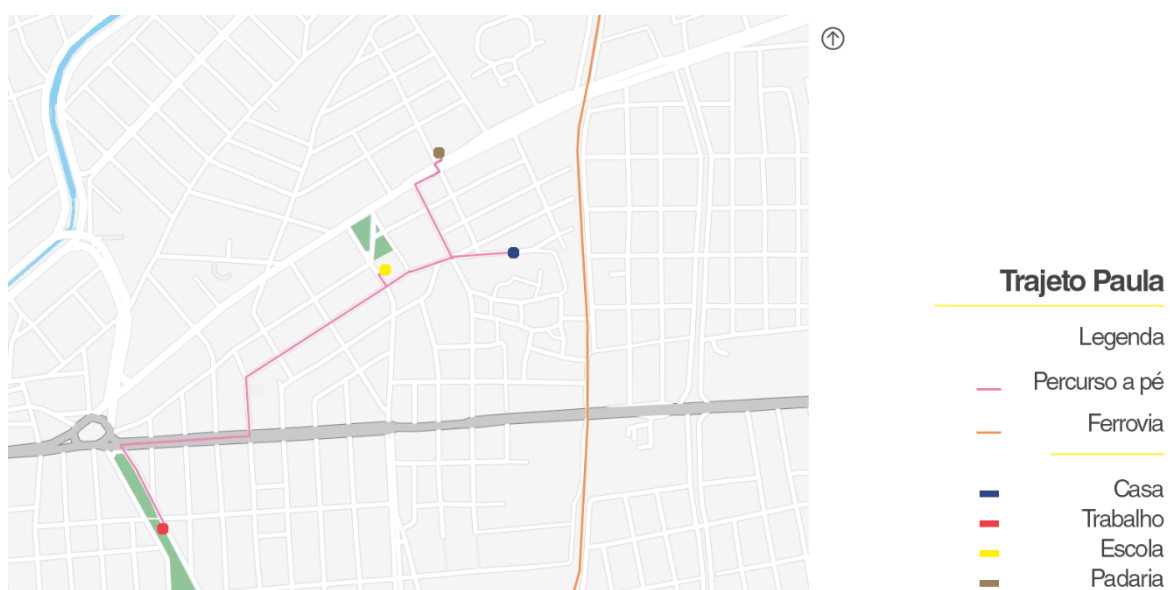


Figura 31: Mapa trajeto de Paula.  
Fonte: Acervo da autora, 2022.

Dona Conceição é cadeirante e por isso não tem o hábito de transitar pela cidade e suas atividades cotidianas são realizadas sempre com o auxílio de um de seus filhos e principalmente de Poliana sua filha mais nova. Não possui veículo próprio e alega que o transporte público não é seguro para se locomover pela

cidade. Quando há a necessidade de deslocamento, que têm se dado por questões de saúde, ela opta por chamar os motoristas de aplicativo.

Poliana é responsável pelas demandas domésticas de sua casa e ainda cuida de sua mãe, o que faz com que ela tenha uma rotina de circulação que inclua açougue, padaria, banco e casa lotérica para fazer compras e pagar as contas. Os principais lugares pelos quais ela circula são os comércios no Alto São João, próximo a comunidade, mas diz que sempre há a necessidade de ir ao centro resolver algumas questões no banco. Os percursos que precisa fazer próximos ao bairro costuma ir a pé, mas para lugares mais distantes, como o seu local de trabalho, ela utiliza a sua moto.

Faz os turnos no restaurante que trabalha durante a manhã. Se desloca do Cristo Rei ao Morada do Parque durante 6 vezes na semana, com folga de um dia. Poliana tem o auxílio do seu companheiro para cumprir com algumas atividades e é no período da tarde ela cumpre com as demandas do seu lar, vai ao supermercado, paga as contas e aproveita para cumprir com as demandas da casa de sua mãe também. No início da noite ela fica com Dona Conceição e auxilia na organização das refeições da sua mãe.

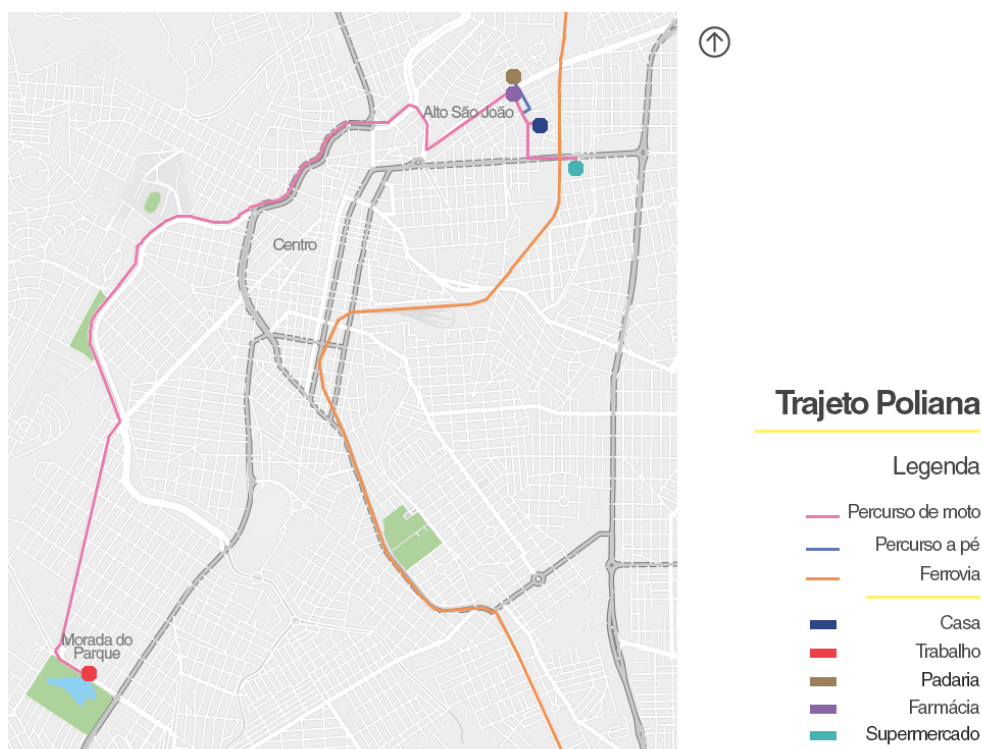


Figura 32: Mapa trajeto de Poliana.  
Fonte: Acervo da autora, 2022.

O cotidiano de Dona Selma tem se dado de forma mais reclusa após a COVID-19. A interlocutora conta que nos últimos dois anos têm passado maior parte do tempo em casa, mas que ainda sai um pouco de casa para visitar seus filhos. Atualmente sua filha Luciana é responsável pelas demandas domésticas de sua casa que envolvem os deslocamentos.

Luciana diz que diariamente precisa ir à padaria e que todas as compras, supermercado, farmácia, açougue, é ela quem realiza tanto para a sua casa, como para o lar de sua mãe. É também responsável por organizar e pagar as contas. Todo esse deslocamento ela faz a pé, já que nos bairros aos arredores da comunidade essas ofertas de serviço estão presentes, mas que quando há necessidade de um deslocamento maior, ela aciona os motoristas de aplicativo. Luciana diz que o transporte público é sempre muito cheio e que antes da pandemia ela já não sentia que o serviço prestado tinha qualidade, os motoristas andam muito rápido, são freadas muito bruscas e os passageiros correm os riscos de se machucarem e agora, com o Covid-19 e a super lotação dos ônibus, ela se sente ainda menos segura em utilizar o transporte público.

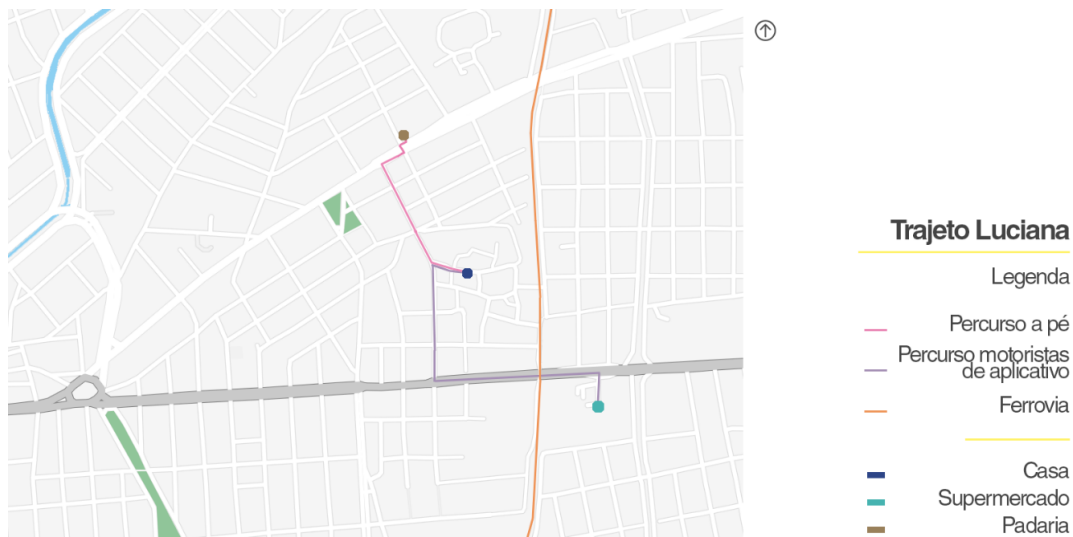


Figura 33: Mapa trajeto de Luciana.  
Fonte: Acervo da autora, 2022.

Dona Selma e Luciana gostam muito e se sentem muito pertencentes à Comunidade, a experiência e a compreensão que elas têm da cidade de Montes



Claros é toda a partir de seu bairro, desde o surgimento até os dias atuais. Certeau (2009) diz que afirmar gostar de estar em um espaço é também praticá-lo a partir da linguagem. Diferentemente do estigma que relaciona o Cristo Rei com a violência essas mulheres apresentam o bairro como um local que foi fundado e construído na escassez, mas com laços de amizade e solidariedade e assim vem resistindo ao longo dos anos, apesar do descaso do poder público.

Um ponto em comum presente no cotidiano dessas mulheres negras é a organização da rotina sempre voltada para o cuidado do outro. Como Helene (2019) mencionou, mulheres são sempre responsáveis por cuidar dos filhos e também dos idosos e nesse contexto de escassez e dificuldade de inserção dos homens negros no mercado de trabalho formal, elas são as referências como provedoras financeiras dos lares.

É possível perceber também que as gerações mais novas, como a de Vitória e Poliana, que têm o acesso à educação e apresentam maior escolaridade conseguem se inserir melhor no mercado de trabalho devido aos cursos técnicos e qualificações promovidas pelos programas criados nos governos de 2003-2015 e rompem com a informalidade e a necessidade do trabalho doméstico como única forma de obtenção de renda.

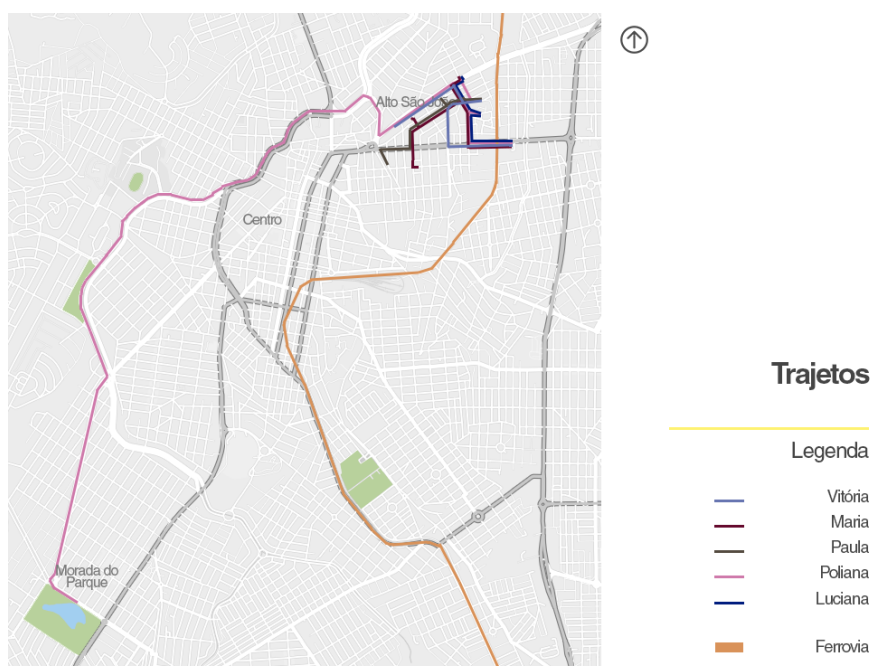


Figura 34: Entrecruzamento dos trajetos.

Fonte: Acervo da autora, 2022.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante salientar a dificuldade em encontrar literatura nas áreas da Arquitetura e do Urbanismo que abordem a interseccionalidade entre raça e gênero relacionados à cidade e ao espaço urbano. O capítulo 1 - *“Interseccionalidade e cidade: gênero, raça e classe na produção urbana capitalista”* foi construído para entrecruzar as teorias que dissertam sobre a formação da sociedade brasileira com a construção do espaço para compreender quais papéis foram socialmente determinados para as negros e mulheres e quais lugares foram determinados a esses corpos na cidade para encontrar onde a mulher negra está localizada nesse contexto.

Com as informações coletadas nas narrativas das interlocutoras, foi verificado que elas possuem um cotidiano restrito à Comunidade e a princípio tem relação com encontrarem os serviços necessário para reprodução de vida no dia-dia nas imediações, havendo necessidade de deslocar até outros lugares somente em casos de saúde, caso precisem de produto específico ou atendimento bancário que só são encontrados na região central e não por não se sentirem bem-vindas ou pertencentes às outras partes da cidade.

A falta e a informalidade no acesso à terra e ao trabalho são estruturantes para as desigualdades sociais e culminam em segregação no espaço urbano. A isenção do Estado na elaboração de políticas públicas de distribuição de solo corrobora para que essa exclusão seja estruturada na sociedade, dificultando a negros, sobretudo mulheres negras, a inserção na ordem econômica capitalista que privatiza a terra. Além de participarem da produção econômica no lugar da subalternidade, a população negra tem sua cultura, subjetividades e saberes secundarizados ou apagados pelo regime capitalista liberal que desconsidera outras formas de reprodução de vida que não o que é ditado pela branquitude patriarcal.

A dificuldade no acesso à educação também faz com que mulheres negras enfrentem barreiras para a mobilidade social e ocupem lugar de desvantagem no mercado de trabalho devido à baixa escolaridade e o não ingresso no ensino superior. As interlocutoras Vitória e Poliana são exemplos de como o acesso dado à população de baixa renda é uma das condições para que mulheres negras saiam

da condição de informalidade e subalternidade dos postos de trabalho.

Além da dificuldade de inserção no processo de produção econômica na cidade, a posse de terras na cidade também diz respeito às condições materiais de habitar as regiões privilegiadas da cidade. A ausência do território faz com que a população negra seja jogada para as margens e franjas da cidade, habitando locais com pouca infraestrutura urbana. O funcionamento da cidade pautado na higienização dos espaços para especulação imobiliária expulsa os “corpos indesejáveis” das regiões visadas pelo planejamento urbano e ficam à mercê da informalidade e irregularidade habitacional na cidade. Habitam territórios que são caracterizados pela ausência de planejamento urbano, com equipamentos públicos de pouca qualidade, marcados por construções feitas de forma autônoma e sem orientação técnica. São locais que comumente estão associados à violência e criminalização pela vulnerabilidade econômica de parte dos moradores, vistos como sinônimos da desordem e da marginalização. A Comunidade Cristo Rei é um desses territórios que se forma apesar do descaso do poder público em prover moradia e habitação de qualidade para a população proveniente do campo e de baixa renda na cidade. O bairro que surge a partir de uma organização que tinha como premissa o assistencialismo temporário a algumas famílias, se consolida de forma espontânea, sem ordenamento ou regularidade dos assentamentos e arruamentos, embora o único planejamento de ocupação por parte do poder público não tivesse a intenção de promover melhores condições de vida para os moradores e sim funcionar como um mecanismo de controle para evitar que novos moradores migrassem para o local.

Como foi constado, o bairro é um território que pertence à Prefeitura de Montes Claros. Grande parte dos moradores foram responsáveis pela ocupação e formação do espaço, mas não possuem escritura dos seus imóveis, somente contratos de doação feitos pela Organização Vicentina. A ocupação da terra sem a regularização da posse culmina no fornecimento precário de energia elétrica, água e saneamento básico. Embora as propostas de diretrizes para Uso e Ocupação do Solo do Plano Diretor de Montes Claros de 2015 sejam: melhorar as condições de vida considerando as favelas e conjuntos residenciais não regularizados de alta concentração demográfica; garantir a regularização fundiária e conceder assistência técnica e jurídica para projetos e regularização habitacional, o Poder

Público Municipal ordenou, de acordo com os moradores do Cristo Rei, que a CEMIG e a COPASA não fizessem ligações de energia ou água na Comunidade. Ao invés de regularizarem a área e facilitarem o processo jurídico para posse da terra, a Prefeitura se apresenta como impedimento no acesso à infraestrutura básica para parte da população, mostrando que a moradia não representa o direito à habitação de qualidade quando não há segurança da posse e não vem acompanhada de infraestrutura de qualidade.

No que tange a circulação nas ruas, as mulheres são restringidas fora de casa. Se não são assessoradas por um transporte público de qualidade, há chance de ficarem confinadas pela dificuldade em pagar por uma alternativa privada. É sabido que a forma como o poder público trata as diferentes necessidades na cidade é desigual. O transporte individual como o carro e a motocicleta são bens que contemplam uma parte da população. A mulher branca que habita as regiões mais abastadas da cidade, paga pelo serviço doméstico e utiliza o transporte individual tem o cotidiano pensado por uma lógica diferente das mulheres negras, pobre e periféricas que dependem do serviço público. Apesar do Cristo Rei ser bem contemplado pela quantidade de linhas de ônibus que passam nas proximidades, a falta de qualidade do serviço prestado faz com que as interlocutoras, principalmente as que são idosas, optem por acionar os motoristas de aplicativos para distâncias mais longas. Observa-se a transferência da solução de um problema para a esfera individual que deveria vir da esfera pública.

Apesar das demandas de mulheres serem diferentes das necessidades masculinas, os planos diretores elaboram diretrizes para a mobilidade urbana de forma generalista, sem considerar as diferentes formas que a cidade é experienciada e vivida a partir da circulação e dos trajetos. Pensar o transporte público somente pela lógica produtiva é uma forma de excluir parte da população que se locomove em função de outras demandas. Além da dificuldade de transitar com crianças e idosos que usam carrinhos de bebê e andadores pela falta de qualidade e acesso do calçamento e praças, a utilização do ônibus coletivo também é dificultada, não só pela dificuldade em adentrar o veículo, que nem sempre possui a plataforma elevadora, mas também pela velocidade de arrancada e freio pelos motoristas.

Foi possível observar, a relação que as interlocutoras têm com as ruas. Na

ausência de espaços de lazer e contemplação como praças, parques e quadras na Comunidade, as vias são utilizadas para lazer e sociabilidade das crianças, adolescentes e idosos. As ruas deixam de ser espaço exclusivo para o tráfego e passam a funcionar como a extensão das residências, que por serem pequenas não têm espaço suficiente para que as crianças possam brincar. As mães, além de acompanharem as crianças brincarem, aproveitam também para sociabilizar com a vizinhança e se informar sobre o que acontece no bairro.

As cidades pensadas pela lógica capitalista para produção e reprodução de lucro se torna um agente de exclusão para os grupos que não demandam sobre o espaço público e desconsidera as múltiplas formas de reprodução de vida presentes na cidade. A hierarquização de interesses, a supremacia de uns e subalternização de outros fazem com que a distribuição material e o espaço sejam mecanismos de segregação. A elaboração de planos diretores participativos, embora não seja a solução efetiva para a exclusão e hierarquização das demandas na cidade, pode se tornar uma ferramenta utilizada para que o planejamento urbano consiga atingir o bem-estar e qualidade de vida da maior parte da população.

Nesse sentido a periferia precisa ser reconhecida como lugar da possibilidade, produtora de saberes e práticas que questionam e desafiam a hegemonia da colonialidade, abrindo a sociedade e o espaço para reconhecer um novo discurso e um novo mundo. Não só serem reconhecidos como sujeitos com voz, mas como agentes de sua própria realidade social e espacial que determinem as agendas sociais de suas comunidades nos níveis políticos e individuais para que formas outras de existência se apropriem do direito à cidade. Para que o exercício desse direito seja efetivado, é necessário que o plano teórico esteja articulado à prática socioespacial. Entender o direito à cidade não como política pública institucional, mas como prática cotidiana de toda população e principalmente dos grupos marginalizados como negros, mulheres, LGBTQUIA+. As transformações precisam acontecer nos âmbitos sociais, políticos e sobretudo nos espaços. Concordando com Lefebvre (1999) a revolução precisa, necessariamente, ser urbana.



## REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. **O antropólogo, a margem e o centro**. Mana. v.21, n.3, 2015, p.483-498.  
<https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>

ALKIMIM, Priscila Dias. **Regularização fundiária urbana das favelas na cidade de Montes Claros/MG**. 2021. 101f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo, SP: Pólen, 2019.

BARBOSA, Erivaldo Moreira; MACHADO, Charliton José dos Santos. Gênese do direito do voto feminino no Brasil: uma análise política, jurídica e educacional. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.45, 2012, p. 89-100.  
<https://doi.org/10.20396/rho.v12i45.8640138>

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles**. 2005. 128f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BATISTA, Ramony Pereira; PEREIRA, Anete Marília. Reestruturação urbana e segregação socioespacial: Uma análise de montes claros/mg. In: **Congresso em Desenvolvimento Social**, 5, Montes Claros. Anais. Montes Claros: Unimontes, 2018. p. 324 - 337.

BAUDELAIRE, Charles. **As Flores do Mal**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1985.

BENJAMIN, Walter. Paris, a capital do século XIX. In: **Sociologia**. Trad. Flávio Kothe. São Paulo, Ática, 1985, p.30-43.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo, SP: Pólen, 2019.

BOYS, Jos *et al.* Women and public space. In: **Making space: women and the man-made environment**. London, UK: Verso, 2022, p.1-10.

BOYS, Jos. Women and public space. In: **Making space: women and the man-made environment**. London, UK: Verso, 2022, p.37-54.

CAMPOS, Gabriel Victor Martins de. **Lazer e o direito à cidade: a ludicidade no**

espaço urbano de Belo Horizonte. 2021. 121f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

CANAN, Luciana Fonseca. **Leitura da paisagem urbana da cidade de Montes Claros**: análise das transformações do “coração do núcleo urbano”. 2014. 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CARDOSO, Elna Dias. **“Nós também fazemos parte desta história”**: memória de mulheres negras em Brasília. 2018. 196f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.89588>

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça na sociedade brasileira. In **Escritos de uma vida**. São Paulo, SP: Pólen, 2019 [2002], p.150-184.

CARNEIRO, Sueli. Matriarcado da miséria. In: **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo, SP: Selo Negro, 2011 [2000], p.127-130.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: **Escritos de uma vida**. São Paulo, SP: Pólen, 2019 [2009], p.274-286.

CARNEIRO, Sueli. Tempo Feminino. In: **Escritos de uma vida**. São Paulo, SP: Pólen, 2019 [2000], p.106-116.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Histórica**. São Paulo, n.2, 2005, p.1-7.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 2002, p.7-16.

DALCASTAGNE, Regina. Para não ser trapo no mundo: as mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea. **Estud. Lit. Bras. Contemp.**, Brasília, n. 44, p.289-302, dez. 2014. <https://doi.org/10.1590/2316-40184413>

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBRET, Jean-baptiste. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18749/jean-baptiste-debret>>. Acesso



em: ago. de 2022.

FALQUET, Jules. História do Coletivo Combahee River. Trad. Jair Pinheiro (do original: Le Combahee River Collective, pionnier du féminisme Noir: contextualisation d'une pensée radicale. Cahiers du Cedref, Paris, n. 14, 2006). **Lutas Sociais**, São Paulo, v.22, n.40, 2018, p.124-137.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary del (org); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 141-188.

FONSECA, Guilherme Henrique de Oliveira. **Planejamento em área de vulnerabilidade social**: um estudo sobre o bairro Cidade Cristo Rei (Montes Claros – MG). 2017. 236f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) - Universidade Federal de Minas Gerais - Instituto de Ciências Agrárias/ Universidade Estadual de Montes Claros.

FONSECA, Guilherme Henrique de Oliveira; MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. Planejamento em área de vulnerabilidade social: um estudo sobre o bairro Cidade Cristo Rei. **Revista Brasileira Multidisciplinar**. Vol. 22, nº 1, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRÚGOLI JR, Heitor. Sociabilidade urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

GARCIA, Antônia dos Santos. Mulher negra e o direito a cidade: relações de raça e de gênero. In: SANTOS, Renato Emerson dos(org.). **Questões Urbanas e Racismo**. Petropolis, RJ: DP et AI; Brasília, DF: ABPN, 2012.

GARCIA, Carolina Gallo. **O gênero da cidade em disputa**: práticas artísticas como manifestação do dissenso. 2018. 156f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2018.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A CIDADE NO BRASIL – período colonial. **Caminhos de Geografia Uberlândia**, Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 8 – 15, 2011. <https://doi.org/10.14393/RCG123816118>

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino** v.1, 2011, p.12-20.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p.223-244.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro. Análise comparativa do processo de transferência de terras públicas para o domínio privado no Brasil e EUA: uma abordagem institucionalista. **Revista de Economia**. Curitiba, v. 32, n1, 2006, p. 7-

36. <https://doi.org/10.5380/re.v32i1.6825>

GUIMARÃES, Érika Neves. **Habitação Social em Montes Claros: Aspectos e Abrangência das Políticas Públicas**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - Universidade Estadual de Montes Claros, 2007.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. "O direito à cidade". **Lutas sociais**, São Paulo, n. 29, 2012, p.73-89.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. In: **Cadernos Metrôpole**. n. 46, p. 951-974, 2019. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>

HISSA, Cássio E. Viana; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Corpo-cidade. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.54-77, 2013.

IBGE 2019. **Cidades e Estado: Montes Claros**. Montes Claros, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/montes-claros.html>. Acesso em: 03 jul. 2021.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4 ed. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ed. Francisco Alves. 1960.

KERN, Leslie. **Feminist city: the feminist city is an ongoing experiment in living differently, living better, and living more justly in an urban world**. Canada: Verso, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev.2006.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Marcos Esdras; PEREIRA, Anete Marília. Expansão territorial e os espaços de pobreza na cidade de montes claros. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 5., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2005, p.7475 – 7487.

LYRA, Luna Esmeraldo Gama. **Por onde caminham as mulheres?** Um estudo sobre percursos cotidianos de mulheres diaristas em Belo Horizonte. 2017. 128f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Diane de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, 2018. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, século XVII a XIX. **Novos Estudos**, n. 74. p. 107-123, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007>

MERLI, Giovanna Augusto. **Lugar da Mulher é na cidade: desenho urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia**. 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

METCALF, Alida. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Panaíba. Trad. Laura Teixeira Motta (Do original: Slave Family life in eighteenth century São Paulo: evidence from Santana de Parnaíba.) **Estudos Econômicos**, São Paulo, n. 17 (2). p. 229-243, 1987.

NASSAU, Juçara de Souza. **Álbum de Montes Claros (1927): estudo crítico a partir das fotografias de Serafim Facella (1927-1939)**. 2014. 161f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

O LUGAR NÃO TE DEFINE. Direção: Daniel Rodrigues e Welica Costa. Produção: Centro de Prevenção à Criminalidade - CCR e Nextudios. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6L7xTdaZVwo&t=326s>> Acesso: mai. 2021.

OLIVEIRA, Joana D'arc; BORTOLUCCI, Maria Angela Pereira Castro e Silva. Percursos e deslocamentos urbanos de mulheres negras no pós-abolição em São Carlos-SP: entre o espaço público e o doméstico. In: **Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – ENANPARQ**, 4, 2016, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: 2016, p.1-27.

OLIVEIRA, Reinaldo José. A segregação racial e o pensamento urbanístico no Brasil. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, vol. 9, n. 1, p. 26–39, 2020.

PAULA, Aline Baptista de. Territórios desiguais – racismo e o acesso à cidade. In: **Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 64-82, 2016.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas: A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. In: **Simpósio Nacional de História**, 16, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: 2011, p. 1-7.

PEREIRA, Gabriela Leandro. O exercício de atravessar a cidade pela narrativa de Carolina Maria de Jesus. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR**, 16, 2015, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: 2015, p. 1-13.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. **Plano diretor de Montes Claros 2015**. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/planodiretor/planodiretor2015.htm>>. Acesso em: Jan. 2022.

RAUL, Jessica Mara. Mulheres negras, movimentos sociais e direito à cidade: uma perspectiva para políticas públicas. **Revista eletrônica de estudos urbanos regionais**. Ano 6, nº 22, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROLNIK, R. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos: CEEA/Universidade Cândido Mendes**, Rio de Janeiro, n. 17, 1989.

Santos, Izadora de Oliveira. **Morro da Conceição: das origens ao processo de turistificação**. 2016. 106f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Turismo e Hotelaria, 2016.

SANTOS, Lilian Maria. **A vivência de uma comunidade em situação de vulnerabilidade social e as práticas da ESF: o caso da comunidade Cidade Cristo Rei**. 2011. 99f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: **O preconceito**. São Paulo: IMESP, 1997, p.133-144.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. In: **Boletim Gaúcho**. Porto Alegre, n. 21, 1996.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, 1977, p. 81-100.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SARAIVA, Ágar Camila Mendes. Gênero e Planejamento Urbano: trajetória recente da literatura sobre essa temática. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR**, 17, 2017, São Paulo. Anais... São Paulo: 2017, p. 1-19.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**. Ano 8, nº 22, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. Mana Estudos de Antropologia Social, v. 11, n.2, 2005 [1903], p. 577-591. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>

SILVA, Lisandra Mara. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte**. 2018. 241f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Thais Canfid. Um olhar sobre o I Salão Feminino de Arte de 1931. In: **Encontro de História da Arte**, 13, 2018, Campinas. Anais... Campinas: 2018, p. 837-843.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary del (org); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 362-400.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. A visibilidade da raça e a invisibilidade da classe. **A Invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, v, p. 71-96.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: 2015. Disponível em:

[https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf).  
Acesso em: 04 jul. 2021.